

Marcelo Souza Oliveira

Rafael Rosa da Rocha

(ORG.)

DE VILA DO AÇÚCAR À CIDADE DO OURO NEGRO



CAPÍTULOS DA HISTÓRIA DE CATU

Proex
INSTITUTO FEDERAL BAIANO

 **INSTITUTO FEDERAL**
Baiano

Appris
editora

**DE VILA DO AÇÚCAR À CIDADE
DO OURO NEGRO**
CAPÍTULOS DA HISTÓRIA DE CATU

Editora Appris Ltda.

1ª Edição - Copyright© 2022 dos autores

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nºs 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

D278d 2022 De vila do açúcar à cidade do ouro negro : capítulos da história de Catu / Marcelo Souza Oliveira, Rafael Rosa da Rocha (orgs.).

- 1. ed. - Curitiba : Appris, 2022.

204 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-250-2357-1

1. Catu (Bahia) - História. 2. História - Estudo e ensino.

3. Patrimônio cultural. I. Oliveira, Marcelo Souza II. Rocha, Rafael Rosa da

III. Título.

CDD - 981

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Marcelo Souza Oliveira
Rafael Rosa da Rocha
(org.)

**DE VILA DO AÇÚCAR À CIDADE
DO OURO NEGRO**
CAPÍTULOS DA HISTÓRIA DE CATU

Appris
editora

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL	Augusto V. de A. Coelho Marli Caetano Sara C. de Andrade Coelho
COMITÊ EDITORIAL	Andréa Barbosa Gouveia (UFPR) Jacques de Lima Ferreira (UP) Marilda Aparecida Behrens (PUCPR) Ana El Achkar (UNIVERSO/RJ) Conrado Moreira Mendes (PUC-MG) Eliete Correia dos Santos (UEPB) Fabiano Santos (UERJ/IESP) Francinete Fernandes de Sousa (UEPB) Francisco Carlos Duarte (PUCPR) Francisco de Assis (Fiam-Faam, SP, Brasil) Juliana Reichert Assunção Tonelli (UEL) Maria Aparecida Barbosa (USP) Maria Helena Zamora (PUC-Rio) Maria Margarida de Andrade (Umack) Roque Ismael da Costa Güllich (UFFS) Toni Reis (UFPR) Valdomiro de Oliveira (UFPR) Valério Brusamolín (IFPR)
ASSESSORIA EDITORIAL	Cibele Bastos
REVISÃO	Camila Dias Manoel
PRODUÇÃO EDITORIAL	Raquel Fuchs
DIAGRAMAÇÃO	Luciano Popadiuk
CAPA	Eneo Lage
COMUNICAÇÃO	Carlos Eduardo Pereira Karla Pipolo Olegário
LIVRARIAS E EVENTOS	Estevão Misael
GERÊNCIA DE FINANÇAS	Selma Maria Fernandes do Valle



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair M. Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Milton Ribeiro

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Tomás Dias Sant'Ana

REITOR

Aécio José Araújo Passos Duarte

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Ariomar Rodrigues dos Santos

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Luciana Helena Cajas Mazzutti

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Leonardo Carneiro Lapa

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Hildonice de Souza Batista

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Rafael Oliva Trocoli

COORDENADORA GERAL DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

Camila Teixeira Santos

COORDENADOR GERAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Luís Henrique Alves Gomes

COORDENADOR GERAL DE DIFUSÃO

TÉCNICO-CIENTÍFICO CULTURAL

Pollyanna de Salles Brasil Barbosa

AGRADECIMENTOS

À Pró-Reitoria de Extensão do IF Baiano (Proex), nas pessoas dos professores Rafael Oliva Trocoli (pró-reitor de extensão) e Luís Henrique Alves Gomes (coordenador geral de qualificação profissional), pelo apoio financeiro para a publicação desta obra pelo Edital 127/2021 – Apoio à publicação de livros eletrônicos (e-books).

À Secretaria de Educação e Cultura do Município de Catu, na pessoa da professora Rosângela Maria de Sales Mota, pelo fomento para a impressão de exemplares deste livro e disponibilização gratuita aos professores da rede municipal de ensino de Catu.

Aos autores e coautores de cada capítulo que compõem esta coletânea, por aceitarem o desafio de contribuir para a construção da primeira coletânea sobre a história do município de Catu.

PREFÁCIO

Há poucas décadas, escrever sobre a história de cidades do interior, muitas vezes, era da alçada de memorialistas locais, que não poderiam ser considerados historiadores profissionais e muito menos passavam pelo crivo das universidades. Esses indivíduos eram o que se poderia chamar de guardiões das tradições locais e, não raro, eram os responsáveis por justificar a manutenção do *status quo* político, social e econômico do lugar.

A ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação em História, das pesquisas e das produções historiográficas, a partir dos anos de 1980, não foi suficiente para tornar o local e a cidade objetos sobre os quais os historiadores se debruçariam de maneira mais sistematizada.

Na Bahia, a despeito da existência de cursos de licenciatura em História em cidades do interior, os primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no nível de mestrado, fora da capital, Salvador, somente começaram o seu funcionamento a partir de 2007. E essa ampliação de vagas nesses cursos possibilitou a emergência de uma série de pesquisas que tiveram como *locus* privilegiado as diversas cidades do interior baiano. O livro *De vila do açúcar à cidade do ouro negro*, por vias diversas, pode ser considerado um tributário, um herdeiro desse processo de democratização do acesso aos cursos e de ampliação dos campos da pesquisa em História. Mas não apenas por causa desses fatores, como se verá adiante.

Os organizadores do livro têm vasta experiência de pesquisas tendo a cidade de Catu como o seu espaço privilegiado, até mesmo com livros publicados sobre o tema. Ambos são naturais da cidade e lá desenvolvem seus projetos como pesquisadores e desempenham suas funções profissionais no *campus* local do IF Baiano.

Além do desenvolvimento dos campos de pesquisa da História, o livro também se tornou possível por conta do acúmulo de estudos sobre a cidade que vêm sendo largamente produzidos no IF Baiano por docentes e discentes, o que está representado na variedade das temáticas dos capítulos reunidos na obra.

A escolha da temática geral, a cidade de Catu, pode se justificar, entre outras questões, porque nesse espaço se desenvolveram relações sociais, políticas e econômicas que podem ser pensadas como fundamentais para

a formação do Brasil. A própria escolha do título já indica que, do ponto de vista da exploração econômica, Catu apresentou-se com destaque no cenário estadual e nacional.

Em tempos de Brasil colonial e imperial, destacou-se não apenas pela produção de cana-de-açúcar, carro-chefe da economia baiana no período, mas, por isso mesmo, foi um espaço de exploração da mão de obra escravizada. Ou seja, não há possibilidade de estudar a história da Catu na colônia e no império, sem abordar a dinâmica da escravidão. Por outro lado, os membros das famílias de sua classe dominante ocuparam cargos de relevância estadual e nacional, mesmo com destaque para a produção intelectual dos filhos diletos de suas respectivas famílias abastadas. Mesmo com a decadência dessas famílias, seus descendentes mantiveram posições de destaque no Brasil república. Talvez o exemplo mais representativo seja o de Clemente Mariani, intelectual, professor, banqueiro e político que assumiu cargos no legislativo federal e alcançou o cargo de ministro da Educação.

A partir da segunda metade do século XX, a exploração dos poços de petróleo novamente colocou Catu em consonância com os padrões de acumulação do capital em que o Brasil estava articulado. Essa atividade econômica gerou alterações nas dinâmicas urbanas e das relações de trabalho e no nível de vida e de renda dos trabalhadores direta e indiretamente implicados na indústria petrolífera. No mais, há um esforço importante para construir uma síntese histórica que busca abarcar os processos históricos da localidade desde a colônia até o tempo presente.

Os temas tratados no livro abordam questões relacionadas à história de Catu e que estão inseridas nessa delimitação temporal. A articulação dialética entre o local e o global pela abordagem de temas caros e consolidados na história do Brasil e da Bahia é parte importante das análises aqui empreendidas. Além disso, os aspectos educacionais da cidade também foram tratados, tendo o *campus* do IF Baiano não apenas como um locus privilegiado de análise, mas também sendo o espaço produtor de conhecimentos nessa área; nesse caso, o IF Baiano em Catu é sujeito e objeto de análise no conjunto dos capítulos. Desfilam, ainda, por suas páginas comunistas, trabalhadoras fumageiras e as relações de gênero entre a população catuense.

É preciso destacar que os autores e autoras dos capítulos estão em momentos variados de suas respectivas carreiras profissionais e acadêmicas. Assinam os capítulos desde estudantes do ensino médio, graduandos, graduados, até mestres e doutores de variadas instituições de ensino

no Brasil e no exterior. Muitos são professores e professoras do *campus* Catu. Além disso, parte deles ainda é estudante ou egressa da mesma instituição, o que demonstra o acerto no incentivo e no investimento na educação e na pesquisa científica desde a primeira série do ensino médio.

Em tempos de ataques à ciência e do desmonte da educação com o sufocamento orçamentário e a perseguição ideológica, além do retrocesso que representa o novo ensino médio e a Nova BNCC, este livro surge como um ato de afirmação em defesa da educação pública de qualidade e do incentivo à pesquisa científica criteriosa e responsável.

Prof. Dr. Carlos Nássaro Araújo da Paixão¹
Instituto Federal Baiano, campus Serrinha

¹ Professor de História do Instituto Federal Baiano, *campus* Serrinha. Licenciado em História pela Uneb. Mestre em História Regional e Local pela Uneb. Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Uesb.

APRESENTAÇÃO

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.
(Marc Bloch, 2001, p. 65)

A epígrafe em tela relaciona algo que vem se construindo lentamente nos limites do município de Catu. Qual é a relação entre o presente e o passado da cidade? É nesse afã e com ânsia de materializar o esforço coletivo pela construção dessa história que esta obra se insere. Tendo por base trabalhos que buscam a junção de uma análise densa e sofisticada com uma narrativa leve, o conjunto de textos integra um esforço ao apresentar fragmentos da história de Catu, com o objetivo de proporcionar compreensão do presente, ao passo que mostra os sujeitos e os agentes que contribuíram para a transformação da cidade. É com a reflexão de Marc Bloch que pavimentamos nesta contribuição caminhos para que a história de Catu seja mais entendida e estudada e menos ignorada.

A coletânea tem como objetivo reunir, pela primeira vez, pesquisadores e pesquisadoras interessados em temas e/ou objetos que tenham Catu como recorte espacial. Ela conta com 13 capítulos que seguem uma sucessão que observa a periodização histórica e cronológica da história do Brasil. A história de Catu é tecida na teia de acontecimentos e processos históricos que formaram o país.

No primeiro capítulo, “Catu na história do Brasil”, Marcelo Oliveira, Luís Souza e Herbert dos Santos traçam uma visão panorâmica da história da cidade em cada período da história do Brasil. Figura, igualmente, como capítulo introdutório da coletânea, situando e contextualizando os estudos que estão no escopo da obra.

No segundo capítulo, Sandi dos Santos situa o leitor em relação aos momentos históricos vividos pelos catuenses em cada período da história do Brasil. Como vivia a comunidade nos períodos colonial, imperial e nas diversas fases da república brasileira? Quais atividades econômicas, culturais, relações de trabalho e de classe existiam em cada uma desses períodos? Essas questões orientam a análise e a narrativa da autora.

Em seguida, Joab Santos analisa a genealogia da família Araújo Goes, com base nos escritos de Anna Bittencourt (1843-1930), observando dimensões

das posses, das posições políticas e das formas de manutenção do poder do clã na vila de Santana do Catu, em especial no fim do século XVIII e começo do XIX.

Em “O crime do Catu”, Capítulo 4, Delmaci de Jesus faz uma leitura política e das relações de poder existentes na sociedade catuense oitocentista, por meio da análise de um crime que teve o envolvimento do barão de Camaçari, figura poderosa da política baiana no fim do período imperial.

No capítulo seguinte, “Os mapas também falam”, Adriana Arnaut, José dos Santos e Paulo Menezes apresentam os elementos descritivos da *Planta topographica da freguezia e municipio de Santa Anna do Catú da comarca de Alagoinhas (provincia da Bahia)*, primeiro documento cartográfico de que temos notícia, o qual representa o município de Santana do Catu, em toda a sua extensão, no ano de 1888. Apresentam uma verdadeira cartografia do município.

No sexto capítulo, Marcelo Oliveira trata da biografia e da obra da escritora Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt (1843-1930), destacando as suas vivências no engenho Api, situado em Catu, BA, sua identidade catuense e as possíveis inspirações que extraiu dessa terra para escrever suas obras de memórias e de ficção literária. A escritora é a intelectual mais destacada na história de Catu e deixou um legado que contém as publicações de diversos romances, contos, artigos, entre outros.

Em “Santana do Catú na Primeira República”, Marcelo Oliveira e Larissa Cheyenne de Jesus caracterizam o espaço social catuense pelo contexto histórico da Primeira República no Brasil. Valendo-se de fotografias, recenseamentos, relatos memorialísticos, montam o cenário no qual a comunidade se desenvolveu para compreender as nuances da configuração do contexto histórico na região.

No capítulo oitavo, “Convenções de gênero e vivências sexoafetivas”, Larissa Cheyenne de Jesus discute as vivências sexoafetivas de mulheres e homens pertencentes aos segmentos populares que viveram no município de Catu nas primeiras décadas do século XX.

Na sequência, Ede Ricardo Soares analisa a atuação da esquerda no cenário político catuense. O historiador examina o processo de fundação do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil (PCB), na cidade de Catu, em 1945. Analisa como se organizou o diretório, sua relação com o Comitê Regional do PCB da Bahia (CR-BA) e com as demais forças políticas locais.

No décimo capítulo, Rafael Rosa da Rocha, Júlia Pereira e Filipe Xavier apresentam algumas reflexões sobre a história do petróleo no município de Catu entre os anos de 1950 e 1970, colocando em perspectiva impactos positivos e negativos acarretados pela chegada das atividades petrolíferas ao município.

Maridelza Estrela, por sua vez, reflete sobre o cotidiano das trabalhadoras e dos trabalhadores na cultura fumageira do município de Catu, entre 1955 e 1965. Naquele período, o trabalho fumageiro desenvolveu-se tanto nas lavouras como nos armazéns e nas casas dos agentes daquelas atividades. A autora deixa ver as lides e os desafios das atividades na lida com a cultura fumageira.

No décimo segundo capítulo, Diene da Silva e Marcelo Oliveira refletem sobre as memórias e as histórias da constituição do IF Baiano, *campus* Catu. Destacam os seguintes contextos: da sua criação como Fazenda Modelo de Sant'Anna em 1895; do processo de federalização em 1918, da transformação em Colégio Agrícola Álvaro de Navarro Ramos em 1966; da mudança para Escola Agrotécnica Federal de Catu; e da sua atual conformação como Instituto Federal Baiano, ocorrida em 2008.

Finalmente, no último capítulo, Marcelo Oliveira e Rafael Rosa da Rocha apresentam uma sequência didática, tomando como material de referência a produção historiográfica deste livro, enquanto possibilidade do uso de fontes históricas na sala de aula, na perspectiva da educação científica.

A coletânea apresentada é valiosíssima, tanto em termos temáticos quanto em relação à diversidade de abordagens, propostas, fontes, autoras e autores. Contando com a contribuição de jovens historiadores catuenses, conta igualmente com análises entusiasmadas, de alta qualidade, rigor científico e narrativa fluida e leve. De saída, a primeira escrita coletiva sobre a história do município poderia ser recheada de adjetivos, mas a partir daqui cabem aos leitores degustarem a leitura. Esperamos que os leitores compartilhem do mesmo sabor.

Catu/BA, 11 de janeiro de 2021.

Prof. Dr. Marcelo Souza Oliveira
Prof. Dr. Rafael Rosa da Rocha
(Organizadores)

SUMÁRIO

- 1
CATU NA HISTÓRIA DO BRASIL: PANORAMA HISTÓRICO DO PERÍODO COLONIAL À ATUALIDADE 19
Marcelo Souza Oliveira, Luís Fernando dos Santos Souza & Hebert Willian Fernandes dos Santos
- 2
A FREGUESIA DE SANTANA DO CATU NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX 43
Sandi Ísis Santana dos Santos
- 3
A VILA DE SANTANA DO CATU NO SÉCULO XIX: UM DOMÍNIO DA FAMÍLIA ARAÚJO GOES 53
Joab Silva Santos
- 4
O CRIME DO CATU: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA E AS RELAÇÕES DE PODER NA SOCIEDADE CATUENSE OITOCENTISTA 65
Delmaci Ribeiro de Jesus
- 5
OS MAPAS TAMBÉM FALAM: A PLANTA TOPOGRAPHICA DA FREGUEZIA E MUNICIPIO DE SANTA ANNA DO CATÚ DA COMARCA DE ALAGOINHAS (PROVINCIA DA BAHIA, 1888) 79
Adriana Andrade Arnaut, José Gomes dos Santos & Paulo Márcio Leal de Menezes
- 6
ANNA RIBEIRO DE ARAÚJO GÓES BITTENCOURT NA SANTANA DO CATU IMPERIAL: HISTÓRIA, MEMÓRIA E LITERATURA 93
Marcelo Souza Oliveira
- 7
SANTANA DO CATÚ NA PRIMEIRA REPÚBLICA (BAHIA, 1890-1930) 109
Marcelo Souza Oliveira & Larissa Cheyenne Nepomuceno de Jesus

8

CONVENÇÕES DE GÊNERO E VIVÊNCIAS SEXOAFETIVAS ENTRE POPULARES EM SANTANA DO CATÚ NA PRIMEIRA REPÚBLICA 125

Larissa Cheyenne Nepomuceno de Jesus

9

A CRIAÇÃO DO PCB NA CIDADE DE CATU E A LUTA POLÍTICA DE OSCAR PEREIRA SOBRINHO NA CÂMARA DE VEREADORES (1945-1948) 135

Ede Ricardo de Assis Soares

10

CAMINHOS E LEMBRANÇAS: A HISTÓRIA DO OURO NEGRO NOS LIMITES DO MUNICÍPIO DE CATU (1950-1970) 147

Rafael Rosa da Rocha, Júlia dos Santos Pereira & Filipe Matheus Oliveira Santos Xavier

11

TRABALHO FEMININO E COTIDIANO NA CULTURA FUMAGEIRA EM CATU, BA (1955-1965) 159

Maridelza Alves Oliveira Estrela

12

MEMÓRIA E HISTÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO, CAMPUS CATU 169

Diene Israela da Silva & Marcelo Souza Oliveira

13

SEQUÊNCIA DIDÁTICA: PESQUISANDO O PASSADO E CONSTRUINDO OUTROS CAPÍTULOS SOBRE A HISTÓRIA DE CATU 187

Marcelo Souza Oliveira & Rafael Rosa da Rocha

SOBRE OS AUTORES 197

ÍNDICE REMISSIVO 203

CATU NA HISTÓRIA DO BRASIL: PANORAMA HISTÓRICO DO PERÍODO COLONIAL À ATUALIDADE

Marcelo Souza Oliveira

Luís Fernando dos Santos Souza

Hebert Willian Fernandes dos Santos

Introdução

Quando Cabral, com sua caravana, aportava às terras do Brasil, trazendo consigo as luzes da civilização cristã, prenúncio de uma nova era para a nossa pátria, viviam no território onde hoje está situado o município de Catu os bravos e aguerridos índios pataxós e tupiniquins, que mais tarde emigraram para os sertões, fugindo da penetração dos colonos portugueses (IBGE, 1958, p. 154).

A devoção à Senhora Santana deu-se pelo fato de um mascate e ou tropeiro esquecer a imagem da Santa no tronco de um tamarineiro situado em um anti-plano, à margem esquerda do Rio Catu, local onde foi erguida a primeira capela (PARÓQUIA SANTANA..., 2016, p. 01).

As citações que abrem o presente capítulo são fragmentos retirados dos mitos de origem sobre a cidade de Catu, BA. A tradição popular local conta uma narrativa em que, na gênese do município, existiria uma participação simultânea do elemento indígena e do português católico, ambos também elementos da construção da identidade nacional brasileira. Interessante notar que tais mitos nos mostram as contradições de uma história em que os “bravos índios pataxós” fugiram à “penetração” dos colonos portugueses. A narrativa oculta, por exemplo, o processo de dizimação dos indígenas provocado pela colonização portuguesa.

No território onde hoje se localiza Catu, se um dia houve indígenas, eles desapareceram, fosse por terem “fugido”, fosse por terem sido dizima-

dos. Como possíveis vestígios de que um dia viveram nessa localidade, existem apenas os termos de origem tupi que nomeiam dos diversos locais na cidade, tanto na atual sede do município quanto na zona rural. Podemos citar como exemplo *Mucambo*, *Araticum*, *Tereré*, entre outros tantos que são nomes de lugares bastante conhecidos dos catuenses na atualidade. Além do próprio nome da cidade, *Catu*, cujo significado é algo bom (CHIARADIA, 2008).

Nas origens desse mito também está a presença da religiosidade católica, que é representada no conto quase milagroso do tropeiro (português?) que encontrou uma imagem de Nossa Senhora Santana num tronco de tamarineiro às margens do rio Catu. Mito esse muito semelhante à narrativa contada sobre a padroeira do Brasil, Nossa Senhora de Aparecida. Segundo a tradição católica, dois pescadores encontraram partes da imagem de Nossa Senhora ao lançarem suas redes no Rio Parnaíba do Sul. A partir daquele momento, os três pescadores apanharam tantos peixes que se viram forçados a retornar ao porto, uma vez que o volume da pesca ameaçava afundar as embarcações (NOSSA SENHORA..., [201-]). Esses mitos de origens reforçam as figuras de heróis, milagres e histórias que apresentam a fundação pacífica tanto do município de Catu como do Brasil.

É traçando o paralelo entre os mitos de origem de Catu e do Brasil que iniciamos este texto. Nele, o objetivo central é traçar um panorama histórico da comunidade de Catu no contexto histórico brasileiro. Procuramos situar o leitor em relação aos momentos históricos vividos pelos catuenses em cada período da história do Brasil. Como vivia a comunidade nos períodos colonial, imperial e nas diversas fases da república brasileira? Quais atividades econômicas, culturais, relações de trabalho e de classe existiam em cada um desses períodos? A essas questões se busca oferecer (possíveis) respostas e/ou proposições. Trata-se de um capítulo introdutório que busca facilitar a contextualização dos temas e momentos abordados pelos autores nos próximos capítulos desta obra.

Desta forma, optamos por traçar um paralelo entre os períodos históricos da história do Brasil e o que estava acontecendo no município de Catu em cada momento. Assim, acreditamos oferecer ao leitor não só um capítulo introdutório aos estudos que constam nesta coletânea, mas também demonstrar como a comunidade catuense contribuiu para a construção da história do nosso país.

Período colonial (1500-1808)

Período da história do Brasil que se inicia com a chegada dos portugueses ao território “desconhecido” no século XVI. Encontro de civilizações que dizimou violentamente os povos nativos. Outras características são a montagem de um sistema administrativo colonial com base na extração de riquezas como pau-brasil, o sistema de *plantations* de cana-de-açúcar, pecuária e extração de ouro. A economia funcionou, a princípio, com base na escravidão de nativos e posteriormente na escravidão africana, processo violento que marca a história do Brasil. Iniciou sua crise a partir da segunda metade do século XVIII, quando as ideias iluministas começaram a chegar à colônia, no contexto da administração do Marquês de Pombal, possibilitando a circulação de ideias revolucionárias. Chegou ao seu fim com os eventos provocados por Napoleão, na Europa, forçando a família real a fugir para o que se tornaria, a partir daquele momento, o primeiro império em terras coloniais.

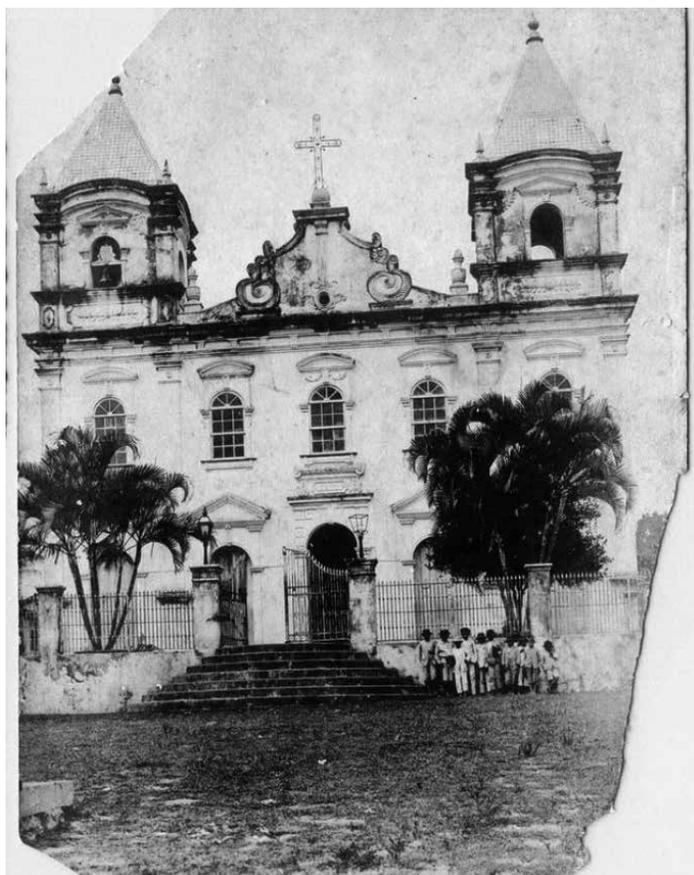
Interessante notar que no mesmo período, exatamente no ano de 1809, integrantes da comunidade catuense solicitaram da coroa imperial brasileira a elevação da então freguesia à condição de vila, conforme nos mostra estudo recente de Santos (2021). Segundo a autora, a transformação de uma povoação em vila significava galgar um foro representativo por tornar-se o “núcleo do poder local em âmbito administrativo e político. Era a partir da vila que o termo era administrado, nela instalando a estrutura administrativa, cuja principal instituição era a câmara” (SANTOS, 2021, p. 18). Contudo, apesar da mobilização da comunidade local, a emancipação de Catu à condição de vila não chegou a se concretizar nesse período e ocorreu, como veremos, décadas depois.

A propriedade mais antiga a ser registrada nessa região foi o engenho Pojuca (também conhecido como engenho Caboclo), já mencionado em 1757 pela nova divisão que criou a paróquia catuense. O engenho Pojuca fazia divisa com o rio do mesmo nome, e esta serviu de fronteira entre Mata de São João e São Sebastião do Passé. A localização dessa propriedade tem sua importância não só porque ajudaria a entender os critérios de demarcação dos municípios que se formariam, mas também porque norteou o processo de ocupação histórica da região (OLIVEIRA, 2015, p. 29). Ao longo do século XIX, esses engenhos foram aumentando em número, propiciando o desenvolvimento e o crescimento do poder da elite local.

A freguesia de Catu foi criada em 1796, desmembrada do território de Inhambupe. Freguesia é a menor divisão administrativa em Portugal, no antigo Império Português e no Império do Brasil, semelhante à paróquia civil dos outros países. No Brasil, não havia distinção entre freguesia e paróquia. Num período em que a Igreja Católica era a religião oficial do Império Português a Igreja era uma importante instituição não só para a catequização de índios e escravizados, como também na organização administrativa do Estado. Como já mencionado na introdução deste capítulo, a freguesia de Nossa Senhora Santana foi criada por ordens da Igreja e do Estado, o que levou essa santa a ser dali em diante a padroeira oficial da localidade. Talvez por isso, em torno dela, como já registrado, surgiram as histórias do mito de criação do município.

Figuras 1 e 2 – Igreja Matriz de Nossa Senhora Santana do Catu. Foi construída no fim do século XVII. Essa construção, no entanto, foi somente o centro da igreja, excetuando-se as duas torres que foram construídas na reforma de 1871. Fotos da década de 1930 antes da reforma do Adro, quando foi retirado o gradil visando facilitar a passagem de veículos, já que a hoje BR-110 cortava o perímetro urbano da cidade





Fonte: acervo pessoal do Sr. Antônio Sergio Farias

A Igreja tinha uma importante função na constituição do cotidiano da localidade catuense. Tanto é que, em volta dela, foram construídas a praça, o cemitério, a Casa da Câmara, a Cadeia Pública, entre outros prédios administrativos. Nas proximidades aconteciam também a feira local, onde os produtores rurais vendiam e compravam produtos agrícolas. Realizavam-se também as festas religiosas, que congregavam a população local que vinha de outros distritos, além dos engenhos, das fazendas e dos sítios para participar de momentos de espiritualidade, que também se constituíam nos raros momentos de sociabilidade dos habitantes da localidade. Anna Ribeiro (1992) registra alguns desses momentos, nos tempos de sua infância, já no período do império (por volta de 1850), em seu livro de memórias, intitulado *Longos serões do campo*.

Embora a freguesia do Catu tenha sido desmembrada da longínqua diocese da Inhambupe, os povoadores da cidade de Catu vieram, porém, de São Francisco do Conde, o que explicaria o fato de que, até a sua emancipação, o então distrito catuense integrar o território desse município. Dessa forma, infere-se que a ocupação de Catu se deu da mesma maneira que em vários lugares do Brasil: por meio da introdução do sistema de agrícola baseado na mão de obra de escravizados. Segundo Santos (2021), a freguesia de Santana do Catu produzia fumo, algodão, açúcar, aguardente e outros produtos que eram comercializados para fora da região. Percebemos que a produção de açúcar em larga escala não havia se desenvolvido na freguesia desde o período colonial até pelo menos meados do século XIX. Tanto é que a freguesia do Catu ocupava apenas o quarto lugar na hierarquia do termo de São Francisco do Conde, no que concerne à quantidade de engenhos, e tinha a menor quantidade de escravizados (SANTOS, 2021, p. 21-22).

Com efeito, a freguesia de Santana do Catu tinha vasto território que distava da sua sede, São Francisco do Conde, e tinha precários meios de transporte e comunicação, uma vez que a linha férrea ainda não havia sido construída e havia apenas as estradas. Era uma comunidade rural pequena com uma dinâmica voltada para a pequena e média produção agrícola, pautada no trabalho escravo, conforme se pode analisar no capítulo desta coletânea intitulado “A freguesia de Santana do Catu na primeira metade do século XIX”, de autoria de Sandi Ísis Santana dos Santos.

Período imperial (1822-1889)

O processo de independência inicia-se no ano de 1808, por conta dos eventos causados na Europa por Napoleão, com um status controverso e dúbio. A ex-colônia torna-se independente em 1822 e tem sua primeira Constituição em 1824. Uma estrutura administrativa mais sofisticada foi montada, trazida nos navios portugueses: instituições, burocracias, hábitos e costumes da corte foram introduzidos em um cenário onde começaram a florescer os primeiros indícios de uma cultura nacional.

No território brasileiro, esse período também foi momento de bastante instabilidade, com muitas revoltas, principalmente na primeira metade do século XIX, e uma guerra sangrenta envolvendo países vizinhos, a Guerra do Paraguai, enfraquecendo as finanças do Império. Na década de 1870, novas ideias começaram a circular: republicanismo, abolicionismo, entre outras, apontando para caminhos transformadores. A escravidão, que marcou

todo o século, começou a ser questionada pelos ingleses e, com muitas idas e vindas, foi abolida em 1888, por conta de muita resistência escrava. No ano seguinte, 1889, o Império chegou ao fim.

Nesse mesmo período, a vila de Santana do Catu era ainda uma das poucas regiões do Recôncavo Canavieiro cujo solo ainda havia sido pouco explorado pelos produtores de cana-de-açúcar. Assim, ao longo do período imperial brasileiro, houve uma expansão do número e do tamanho dos engenhos produtores de cana. Catu então passou a fazer parte desse complexo econômico e social que marcou a economia baiana no século XIX. Talvez como sinal do aumento de prestígio social e econômico da elite catuense, ocorreu a elevação efetiva de Santana do Catu à condição de vila, tendo sua instalação ocorrida de fato no ano de 1877, já muito próximo do fim do império e início da república brasileira.

Registre-se ainda que Catu também mantinha produção de fumo e de gêneros alimentícios como farinha, algodão e hortifrutigranjeiros, em geral produzidos por escravizados e homens e mulheres pobres e livres e comercializados nas feiras locais em outras cidades, mesmo na capital. No auge dessas atividades econômicas, na década de 1860, houve duas mudanças significativas para a população de Catu: a construção da linha férrea que ligava Salvador ao São Francisco (Juazeiro), dinamizando as relações com outras localidades e contribuindo para a intensificação do povoamento. Além disso, aconteceu nesse período a emancipação política da cidade, ocorrida no ano de 1868.

Figura 3 – A passagem da linha férrea na cidade, ainda nos tempos do império, impulsionou o seu crescimento e possivelmente influenciou até mesmo a sua emancipação política, uma vez que facilitava a circulação de bens e pessoas diretamente para a capital



Fonte: acervo do Museu Catu em Retrato

Em Catu, como em todo o Brasil, a escravidão foi uma instituição que instituiu uma violenta e complexa relação entre dominados e dominantes que, no cotidiano, era vivida por meio de uma micropolítica movida pelos interesses de ambas as partes. Esses interesses poderiam estar entrelaçados a sentimentos e circunstâncias várias, mas, em sua essência, estavam sempre em foco negociações e conflitos que colocavam em xeque as relações de exploração propiciada pela escravidão. Nesse sentido, o território catuense teve um desenvolvimento mais intenso nas últimas décadas do império, período que coincide com o lento processo de decadência do escravismo brasileiro. As terras do norte do Recôncavo passaram a ser as preferidas das elites senhoriais em virtude da sua fertilidade, do regime de chuvas e da facilidade do escoamento da produção, sobretudo depois da construção da linha férrea (OLIVEIRA, 2015).

Tanto é que, no auge do crescimento da produção de açúcar na região, o imperador D. Pedro II concedeu o título nobiliárquico de barão a três de seus súditos catuenses: José Freire de Carvalho, o barão de Pojuca (1823-1909);

major Paulino de Araújo Góes, o barão de São Miguel (1840-1932); e Antônio Calmon de Araújo Góes, o barão de Camaçari (1828-1913). Estes eram indivíduos de enorme prestígio na política local e provincial, ocupando diversos cargos eletivos, além de grandes proprietários de engenhos e de escravizados².

Figura 4 – José Freire de Carvalho (Salvador, 1823 – Catu, 1909), primeiro e único barão de Pojuca. Era coronel da Guarda Nacional, “abastado” senhor de engenho e ocupou diversos cargos políticos, sendo, segundo a tradição, um dos responsáveis pela emancipação do município de Catu em 1868



Fonte: Acervo museu Catu em retrato

O barão de Pojuca, destacado político proprietário do engenho Pojuca, na localidade de mesmo nome, alcançou grande destaque na corte de D. Pedro II,

² Os títulos de nobreza no Brasil-império eram pessoais e vistos como uma recompensa, e não com origem hereditária ou linhagística (FONSECA, 2021).

chegando a ser chefe da Guarda Imperial; teve como sócio na Fábrica Central da Pojuca outro eminente morador da localidade de Pojuca, então distrito de Santana do Catu: tratava-se de um dos homens mais poderosos do Segundo Império, o conselheiro Saraiva (1832-1895). Político destacado no cenário nacional, Saraiva foi, entre outras funções, ministro dos Negócios Estrangeiros, da Marinha, da Guerra e primeiro-ministro. Embora tivesse nascido na cidade de Santo Amaro, era na localidade de Pojuca que ele detinha engenhos e que descansava, segundo jornais da época. Foi também onde viveu e faleceu após renunciar ao cargo vitalício de senador³.

Além dos barões do açúcar, a elite política local contava com representante de algumas famílias tradicionais, em que se destaca a família Araújo Góes pela sua influência e poder local, conforme estudos presentes nesta coletânea intitulados “A vila de Santana do Catu no século XIX: o domínio da família Araújo Goes” e “Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt na Santana do Catu imperial”, de autoria de Joab Silva e Marcelo Oliveira, respectivamente.

Como visto, o território catuense teve um desenvolvimento mais intenso nas últimas décadas do império, período que coincide com o lento processo de decadência do escravismo brasileiro. As terras do norte do Recôncavo passaram a ser as preferidas das elites senhoriais em virtude da sua fertilidade, do regime de chuvas e da facilidade do escoamento da produção, sobretudo depois da construção da linha férrea.

Assim, podemos evidenciar que, entre 1860 e 1880, houve uma forte resistência dos proprietários em libertar seus escravizados, mesmo ante a euforia que pouco a pouco tomava o país. Tratava-se de uma questão difícil, pois os senhores do Recôncavo tiveram dificuldades em entender o mundo fora das relações senhor/escravo. Muitos afirmavam que a lida nas lavouras era coisa de negros e que nem imigrantes nem mesmo negros libertos aceitariam trabalhar diariamente em tão difícil labuta. Contudo, os escravizados desenvolveram diversas estratégias de obtenção da sua liberdade, como a aquisição de cartas de alforria, além de terem apoio de abolicionistas. Após a Lei de 13 de maio 1888, muitos se recusaram a permanecer na antiga terra de seus senhores⁴ — o destino desses ex-escravizados ainda precisa ser identificado por novos estudos. Não se sabe, por exemplo,

³ Sobre a atuação as relações do barão de Pojuca e do conselheiro Saraiva na então localidade catuense de Pojuca, ler o livro *Pojuca: arraial de passagem*, de autoria de João Batista (2018).

⁴ Sobre a escravidão e seu declínio em Catu, bem como a dinâmica social da vila na segunda metade do século XIX, ver: OLIVEIRA, 2015.

se miraram para outras regiões, para a capital do estado ou mesmo se foram trabalhar em outras propriedades da localidade catuense que produziam fumo, farinha e outros víveres.

Primeira República (1889-1930)

Um golpe militar retira D. Pedro II do trono em novembro de 1889, e, a partir daquele momento, uma série de crises começa a acontecer: disputas políticas intensas marcam a república da espada, período que se encerra em 1894. Em seguida, uma grave crise no sistema financeiro abate o país. Monta-se um novo aparato jurídico e legislativo, com integrantes da elite do império, e cria-se uma constituição em 1891. Para amenizar as tensões políticas, novos arranjos são montados, e a política do café com leite foi operacionalizada por Campos Sales para conter as divergências entre as esferas municipal, estadual e federal.

O período foi marcado por epidemias, greves operárias, pequeníssimos nichos de industrialização, pelo café como motor da economia, pelo coronelismo, pela grande presença de imigrantes, pela negação da cidadania aos ex-escravizados que foram marginalizados com a chegada da república. Na década de 1920, uma série de eventos modifica o cenário e gera uma crise para as oligarquias: a Semana de 1922 traz uma nova leitura revolucionária de mundo para a época; o tenentismo cria uma crise política sem precedentes que culmina na Revolução de 1930, marcando o fim do período.

Nesse mesmo período, Catu enfrentou uma forte decadência econômica, que advinha dos mesmos motivos que também assolaram as demais cidades do Recôncavo: fim do escravismo, perda na concorrência externa de venda de açúcar e falta de modernização da produção. Nesse período, é importante considerar que todo o território nacional começou a sofrer transformações importantes. A economia dava indícios de um desenvolvimento industrial: embora não sendo expressiva, impactou significativamente na economia brasileira, ainda dependente da exportação do café.

Em paralelo, Catu, cuja economia se concentrava no cultivo de fumo e de outros gêneros agrícolas de subsistência, servia apenas de entreposto comercial. Embora a cultura fumageira persistisse com considerável força de produção local e até para exportação, não foi capaz de proporcionar o crescimento econômico que a cidade tinha vivido no século XIX, com a cultura açucareira. A Bahia foi um estado que influenciou os governos durante o período republicano. A elite baiana conseguiu se destacar

ao representar esse papel com eficácia, principalmente com a ascensão de Góis Calmon ao poder, marcando a fase de domínio do poder político. Um período importante para a consolidação de instituições políticas, assim como para as práticas de governo.

Em virtude disso, o governo do estado fundou em 1893 a Fazenda Modelo de Criação — atual IF Baiano —, com o intuito de promover o fortalecimento da criação de gado na região. Sobre o processo histórico vivido por essa instituição, recomendamos ler o último capítulo desta coletânea, “Memória e história do Instituto Federal Baiano, *campus Catu*”, de autoria de Marcelo Oliveira e Diene Israela.

Ainda na Primeira República, na gestão do governador J. J. Seabra, a localidade de Pojuca, que era o 2º Distrito de Paz de Santana do Catu, foi emancipada e elevado à categoria de município. O processo ocorreu entre os anos de 1912 e 1913 e teve, segundo João Batista (2018), como motivadores o crescimento populacional e econômico da vila [*sic*], a partir da chegada da estrada de ferro; a insatisfação dos moradores do vilarejo com a pouca atenção dada por Catu aos problemas locais e a organização política dos comerciantes do distrito, liderados pelo Coronel Carlos Pinto.

Contudo, Batista só nos traz evidências convincentes para comprovar que a emancipação de Pojuca em relação a Catu aconteceu primordialmente por motivos políticos, no fim das contas. Deixa evidente que os conchavos políticos entre o coronel Carlos Pinto e o governador Seabra foram determinantes para que tal processo acontecesse. Tanto foi que o político local foi eleito deputado estadual nas mesmas eleições em que Seabra foi eleito governador, e logo após tomar posse este segundo autoriza o desmembramento de Pojuca de Catu, tendo o coronel como primeiro-intendente (prefeito), cargo que ocupou até o ano de 1927 (BATISTA, 2018, p. 31-37). A política dos governadores assegurava as suas bases políticas locais e o controle das estruturas do Estado nessas localidades pode ser observado não só nesse episódio, como em muitos outros da história dos municípios brasileiros, sobretudo no Nordeste.

Nesse momento, a política é marcada pelos mandonismos protagonizados pelos coronéis, como o já citado coronel Costa Pinto (intendente de Catu e depois de Pojuca), como também pelo eminente clérigo Pe. Cupertino (intendente de Catu e depois também deputado). Não só esses e outros coronéis, como também esse período da história catuense, precisam ser pesquisados, uma vez que essas práticas políticas permearam todo o século XX e o século XXI até os nossos dias.

Outrossim, é preciso também destacar as vivências das classes menos abastadas. Os populares, muitos deles jogados à miséria pelas crises econômicas, como ressalta Batista (2018, p. 29), mesmo explorados econômica e politicamente pelas elites, tiveram suas experiências e contribuições para a história local. Como bem destaca a historiadora Larissa Cheyenne Nepomuceno de Jesus (2021), em dissertação de mestrado recente sobre a história de Catu na Primeira República, com foco nas situações/casos de violência física (letal e não letal) e sexual vivenciadas por um conjunto de mulheres pobres e, majoritariamente, negras que habitaram essa cidade, nesse período de sua história. Sugerimos também a leitura do Capítulo 7 desta coletânea, intitulado “Santana do Catú na Primeira República”, de Marcelo Oliveira e Larissa Cheyenne Nepomuceno de Jesus.

Era Vargas (1930-1945)

O período é iniciado com um movimento armado de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba que derrubou o presidente eleito Júlio Prestes, em 1930. O período é a continuação de uma grande tensão política advinda da queda da oligarquia, com articulação meticulosa feita entre estados para derrubar o governo provisório. Uma nova tensão instaura-se entre os comunistas, os integralistas e o governo Vargas. Assim como todo o estado da Bahia, nesse período, a cidade ainda enfrenta um período de marasmo econômico, mas de muita participação política nas frentes nacionais, destacando-se a atuação de grupos políticos que se opuseram ao governo Vargas.

A disputa por interesses políticos era tamanha que uma forte crise de hegemonia se instalou no período, houve mudanças de representantes, o que resultou numa atuação mais arbitrária no cenário atual. Governada por uma elite local descendente dos tempos imperiais, o município tinha a maior parte da população alocada na zona rural. A economia da população ainda girava em torno da criação de gado e da produção de gêneros agrícolas, assim como em períodos anteriores.

O núcleo urbano da cidade relegava-se ao centro da cidade, construída no entorno da Igreja Matriz de Nossa Senhora Santana, contrastando com o conceito de secularização surgido no século XIX. No Brasil houve uma disputa entre ações como: a Intentona Comunista em 1935, numa tentativa de lutar contra o governo, e a ruptura com os ensaios da Constituição de 1934, tendo como base o nacionalismo, o anticomunismo e o autoritarismo. Os movimentos contribuíram para potencializar o anticomunismo no país

e serviram para a implementação do Estado Novo em 1937. No campo da política, o município apresentava alguns dos segmentos observados nas demais regiões do país. Uma luta entre os autonomistas que criticavam o novo modelo de Estado que estava sendo gestado para substituir o federalismo oligárquico.

Na realidade catuense, os cidadãos eram integralistas ou comunistas, havendo registros de conflitos e perseguições a estes últimos incitados pelos ideais nacionalistas. Com o processo de industrialização nacional, a realidade catuense sofreria novamente com uma mudança na estrutura socioeconômica, diante da identificação de possíveis poços de petróleo identificados pelo então Conselho Nacional de Petróleo. Além disso, novos grupos de pessoas foram atraídos para a cidade, como: técnicos, engenheiros e investidores, trazendo consigo as mudanças que impactaram drasticamente a dinâmica socioeconômica e cultural da cidade.

Nesse período, na década de 1930, têm início as ações nacionais em prol da detecção e exploração do petróleo em solo brasileiro, tendo na localidade do Lobato, em Salvador, suas primeiras incursões — posteriormente na região de Catu, Pojuca, São Sebastião do Passé e adjacências. Em 1938, a criação do Conselho Nacional do Petróleo teve efeito imediato na busca pela nacionalização do Petróleo. Esses foram os “tempos do Conselho”, como diziam nossos antepassados catuenses. Nas décadas de 1940, foram realizadas várias pesquisas para a detecção de novos poços. Em 1950, foi inaugurada a refinaria de Mataripe, em Salvador, buscando tornar eficiente a extração de petróleo na região do Recôncavo (PEREIRA *et al.*, 2021).

A extração de petróleo em Catu vai modificar profundamente as estruturas da cidade. Durante a Primeira República, o município enfrentou um período de forte decadência econômica, o advento da “era do negro” trará crescimento econômico que, nas décadas seguintes, provocará, entre outros, os seguintes processos: emigração, êxodo rural, aumento da demografia, crescimento da prostituição, urbanização da sede do município, modificações na arquitetura, surgimento de uma nova classe trabalhadora e de uma nova elite local etc. Cabe pontuar que estudos ainda precisam ser realizados para verificar em quais medidas essas mudanças transformaram a cidade. Contudo, nas linhas a seguir, tentamos pontuar, em linhas gerais, a dinâmica social catuense, sobretudo com a vinda da Petrobras e de outras empresas petrolíferas para a região.

Intervalo democrático (1945-1964)

O período que ficou conhecido como intervalo democrático ocorreu durante os anos de 1945 e 1964, e tal época ficou marcada por diversos acontecimentos que impactaram e impactam no nosso país até os dias atuais, pois se trata de um momento de muitas reviravoltas dentro da política da nação brasileira, tendo-se iniciado às mãos de um governo interino cujo presidente era José Linhares, que permaneceu no cargo durante o curto prazo de três meses e cinco dias, seguido de outros acontecimentos impactantes, como o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, além do golpe militar que ocorreu em 31 de março de 1964, dando um fechamento para esse período histórico e dando início a uma nova fase na república brasileira.

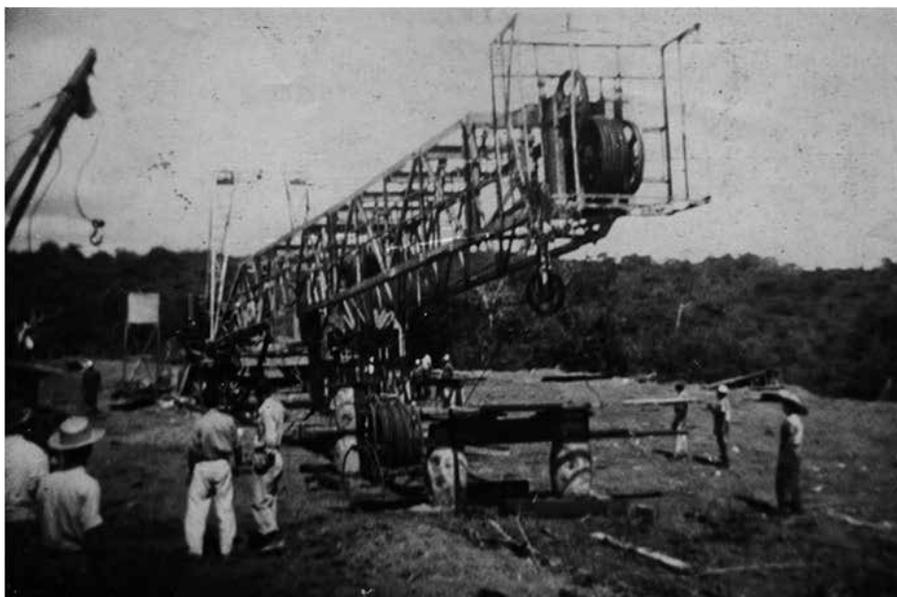
O intervalo democrático também pode ser visto como um momento da nossa história que ficou marcado por embates idealistas, pois, no momento em que ocorria a Guerra Fria entre Estados Unidos da América e a União Soviética, com seus diferentes ideais, isso gerou uma polarização de pensamentos no solo verde e amarelo, onde grupos de pensamentos capitalistas se alinhavam aos pensamentos norte-americanos, enquanto outros grupos demonstravam seu apoio aos sociais soviéticos e alinhavam-se aos pensamentos da URSS. Nessa mesma época, nasceu a Petrobras, empresa petrolífera que foi de grande importância para o crescimento econômico do Brasil e que, por sua vez, transformou a cidade de Catu em uma das cidades mais importantes do país num momento de exploração do petróleo.

Nesse período, inicia-se em Catu o processo de implantação da Petrobras e da economia petrolífera. Inserida num ciclo produtivo que integrava vários municípios baianos ao processo de extração, transporte e produção de derivados de petróleo, a cidade de Catu ficaria conhecida como a terra do “Ouro Negro). No início da década de 1950, a Petrobras iniciou a exploração do Campo Água Grande, então o maior poço de petróleo do país. A empresa construiu um acampamento para abrigar parte dos trabalhadores que foram contratados e viam de diversas áreas do país. Estes apresentavam diversos graus de escolaridade e profissões.

Em 1954, quando a Petróleo Brasileiro S.A. entrou em operação, existiam pequenas unidades de produção em Catu que foram otimizadas e potencializadas tanto em termos técnicos de exploração como de infraestrutura para os trabalhadores instalados na cidade. Em 1955, por exemplo, os campos petrolíferos da cidade produziam uma média de 13 mil barris por ano.

No ano seguinte, em 1956, a produção anual cresceu aproximadamente 10.000%, com produção de mais de 1 milhão de barris por ano (PEREIRA *et al.*, 2021).

Figura 5 – Francisco Paula de Medeiros (de calça branca, de costas) e Florisvaldo Cruz (mestre de perfuração) em Catu, Bahia, durante montagem de uma sonda terrestre. Esta imagem pode nos servir de divisor temporal, pois a partir daqui vemos Catu, que anteriormente tinha sua economia movida por trabalho rural em sua grande maioria, iniciando um processo industrial que mudaria a cidade e a região até os dias de hoje. Sonda de exploração de petróleo instalada na zona rural de Catu em 1954



Fonte: Pereira *et al.* (2021, p. 4)

Em 1962, iniciou-se a instalação da planta de gás natural em Catu, para obtenção do líquido de gás natural. Isso indica a inserção do município no ciclo de produção também de gás natural brasileiro. Com o advento da economia petrolífera, iniciou-se um franco processo de migração para o município, bem como do êxodo rural. Esse processo trouxe uma nova configuração urbana, social e cultural para o município, proporcionando o aumento da população local e, conseqüentemente, do oferecimento de produtos e serviços. Porém, a introjeção da economia petrolífera impulsionou o atrofamento das demais atividades econômicas locais e instaurou um alto grau de dependência econômica do município, que dura até os dias atuais.

Ditadura civil-militar (1964-1985)

O período da ditadura militar deixou muitas marcas em nosso povo e na história do nosso país. Movidos pelo medo de uma falsa ameaça comunista dentro da nação, grupos de civis acabaram por fortalecer o golpe que ocorreu no ano de 1964, quando os militares tiraram o até então presidente João Goulart do poder e assumiram o governo, o que, por sua vez, gerou uma grande revolta em alguns grupos da população, que se enraiveceu ao ver a execução de um ato tão desrespeitoso e até criminoso perante a democracia e o poder de escolha dos cidadãos.

Dessa forma, foram mobilizadas diversas passeatas e protestos nos quais o povo buscava expressar seu descontentamento perante a situação da política brasileira, mas isso não impediu que atos cada vez mais cruéis fossem tomados pelos militares, que no fim do ano de 1968 decretam aquilo que ficou conhecido até os dias atuais como AI 5 (Ato Institucional nº 5), que passou a tornar comum e permitir formas mais violentas de perseguição política, o que hoje nos traz relatos de pessoas que foram torturadas, mortas, que desapareceram, e muitas outras atrocidades que podemos encontrar em registros e depoimentos desse período. Nos anos seguintes, o Brasil veio a enfrentar uma crise financeira devido a problemas com a exploração do petróleo. Os militares, por sua vez, tiveram grande dificuldade em manter o país nos trilhos, o que colocou o Brasil em uma situação ainda mais complicada, até que no ano de 1985, depois de muitos acontecimentos, o poder volta à mão dos civis com o presidente Tancredo Neves, que estava no poder, mas ainda sofria uma certa pressão de militares que permaneceram em posições de poder dentro do governo.

Figura 6 – Evento esportivo em Catu, em 1965 em frente à Igreja Matriz. Em escala nacional, o futebol foi utilizado pelo regime ditatorial brasileiro como elemento para a promoção do sentimento de nacionalismo



Fonte: @catureliquias

Figura 7 – Desfile de 7 de setembro na década de 1970. Os eventos cívicos foram outro recurso ideológico promovido pelo regime civil-militar e tinham o objetivo de promover na população o sentimento nacionalista



Fonte: @catureliquias

Em contraparte a todos esses acontecimentos, podemos dizer que a cidade de Catu, como muitas outras do interior, sentiram muito pouco o impacto da ditadura de forma agressiva, pois, por essas cidades estarem distantes dos grandes centros, não presenciaram os movimentos e as coisas que aconteciam próximo às grandes massas, o que fez com que muitas pessoas oriundas da região por muitas vezes descreditassem dos ocorridos do período ditatorial militar — e, dessa forma, alguns até negam a existência de tal momento na nossa história.

Durante essa época, a cidade de Catu teve um grande crescimento econômico por conta da Petrobras e do Campo d'Água grande, que vinha a ser explorado pela empresa, o que gerou um grande crescimento econômico na região e movimentou a cidade ao também criar locais para

a estadia de trabalhadores que vinham do país inteiro e que utilizavam o seu dinheiro com os comerciantes locais, o que fortaleceu a economia do município. Unido a isso, veio, no mesmo momento, a construção da planta de processamento de gás natural. A cidade de Catu viveu um momento de prosperidade muito grande, momento esse que gerou um grande crescimento urbano na cidade, de forma que muitas pessoas se deslocaram da zona rural e de outras cidades das redondezas para o centro de Catu, o que gerou um grande crescimento urbano, e toda essa movimentação de pessoas e dinheiro acabou por incentivar a construção de clubes, prédios comerciais e escolas, como é o caso do Colégio Agrotécnico Federal, atual IF Baiano, *campus* Catu.

O impacto da descoberta foi tão grande que o governo do estado precisou realizar novos investimentos para dinamizar e escoar a produção. Em meados dos anos de 1960, criou-se o Centro Industrial de Aratu (CIA), às margens da Baía de Todos os Santos. Em 1971, criou-se o Complexo Petroquímico de Camaçari. Na seara desses investimentos, apesar do descobrimento do petróleo em águas profundas e da crise internacional do petróleo, nos anos de 1970, Catu atraiu diversas empresas prestadoras de serviço, como Sotep, Perbras, Halliburton, Mi-Swaco, Conterp etc., ditando o ritmo da economia local (PEREIRA *et al.*, 2021).

Nova República (de 1985 à atualidade)

A nova república é um momento de muitas mudanças no nosso país. Recentemente liberto de um governo de ditadores, torturadores e assassinos e entregue de volta à democracia, o país tentava se reerguer dentre os escombros do que havia ocorrido nos anos anteriores, o que não seria uma tarefa fácil, pois o Brasil estava vivendo um péssimo momento em sua economia. Devido a uma crise econômica gerada por uma alta inflação, os anos seguintes seriam marcados por diversas tentativas de reviver a economia brasileira, tentativas essas que foram ineficazes e acabaram até impulsionando um impeachment. Posteriormente, com a criação de uma moeda e tentativas de tornar o país mais ativo dentro dos meios de produção global, o Brasil começou a se reerguer; na virada do século, o povo brasileiro vivenciou o melhor dos seus períodos em anos, os governos que estavam no poder buscaram ações que reduzissem a fome e a desigualdade social, reduzindo os graus de pobreza, o que foi positivo para o país e melhorou

a nossa imagem mundialmente, mas por volta de 2010 começamos a sofrer impactos referentes a corrupção e duelos políticos que vieram a ser prejudiciais para o povo brasileiro.

O alto grau de dependência da economia petrolífera marca esse período. A grande maioria das empresas que atuavam na cidade estava ligada a esse setor produtivo. Mesmo gerando uma alta concentração de renda e de impostos, a cidade não soube diversificar suas atividades. Entre os anos de 1985 e 2010, a cidade progressivamente observou um processo de declínio econômico, que se intensificou nos últimos anos. Em Catu, o pré-sal, anunciado pelo governo brasileiro no ano de 2006, foi sinônimo de decadência. À medida que a Petrobras se dedicava cada vez mais aos megacampos no mar, foi deixando para trás os poços terrestres. Na Bacia do Recôncavo, na Bahia, onde está o município de Catu, a produção da estatal caiu de 62,5 mil para 36,4 mil barris diários em uma década, um tombo de 42%. A esperança de Catu, e de toda a região, está nas pequenas petroleiras, que começam a chegar para assumir áreas abandonadas pela Petrobras. As empresas independentes, cuja presença era praticamente nula em 2010, hoje produzem juntas 4,8 mil barris diários, o que pode ser um indicativo de certa recuperação econômica local.

Enquanto isso, em Catu, a cidade começava a sentir os primeiros impactos da dependência econômica que se construiu em volta do petróleo. Grande parte das empresas que se instalaram na cidade e na região durante esse período buscava a exploração do petróleo, e essa pouca diversificação de negócios na cidade fez com que, no momento em que a Petrobras havia descoberto o pré-sal no ano de 2006, as atividades do petróleo na região reduzissem em grande parte, o que gerou uma queda significativa dos lucros movidos dentro da região da cidade de Catu. Aquela que anteriormente havia sido conhecida como cidade do ouro negro, naquele momento havia sido escanteada nas explorações do petróleo. Hoje, após muitas mudanças e chegada de novas empresas à cidade, esta tenta se reerguer economicamente, mas ainda são visíveis os impactos deixados pelo abandono da Petrobras.

Considerações finais

Neste capítulo procuramos oferecer ao leitor uma síntese da história de Catu e, ao mesmo tempo, demonstrar como o passado dessa cidade está atrelado à história da Bahia e do Brasil. Em sua história, Catu passou: pelo período colonial, quando da formação territorial e populacional da antiga

localidade de Santana do Catu; pelas vivências da opulência dos senhores do açúcar que exploraram a mão de obra de escravizados africanos e seus descendentes; pela decadência do mundo senhorial e pela sobrevivência da economia de subsistência na Primeira República e parte da Era Vargas; pelo explosivo crescimento econômico e populacional até a decadência da economia petrolífera vivenciada nas últimas décadas. Foram séculos de histórias de uma comunidade que tem parte de seu passado contada nos capítulos deste livro, mas sobre a qual há muito a saber, pesquisar, conhecer. Nesse sentido, deixamos aqui o convite para que o leitor se debruce sobre as histórias que, nas páginas seguintes, serão contadas.

Referências

BATISTA, João. *Pojuca: arraial de passagem*. Salvador: EGBA, 2018.

BITTENCOURT, D. Anna Ribeiro de Góes. *Longos serões do campo*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1992. v. 2.

CHIARADIA, Clovis. *Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena*. São Paulo: Editora Limiar, 2008.

FONSECA, Alvaro Monteiro Mariz. O “direito de nobreza” na cultura jurídico-política do Brasil Imperial. *Almanack*, Guarulhos, n. 27, ea02219, 2021.

FREYRE, Gilberto. *Bahia e baianos*. Salvador: EGBA, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 20. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_20.pdf. Acesso em: ago. 2015.

JESUS, Larissa Cheyenne Nepomuceno de. “*E insuflou-me a espancar felicidade*”: tramas de mulheres pobres em Sant’Anna do Catú, Bahia (1890 – 1930). 2021. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2021.

NOSSA SENHORA da Conceição Aparecida. **Wikipédia**, [201-]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Nossa_Senhora_da_Concei%C3%A7%C3%A3o_Aparecida. Acesso em: 21 nov. 2021.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. *A Imperial Villa de Santana do Catu: histórias de uma comunidade no Recôncavo Baiano*. Quarteto Editora: Salvador, 2015.

PARÓQUIA SANTANA DE CATU, BA. **VYMaps**, c2016. Disponível em: <https://vymaps.com/BR/Paroquia-Senhora-Sant-ana-De-Catu-ba-659019407450488/>. Acesso em: 23 nov. 2021.

PEREIRA, Julia dos Santos *et al.* *Ouro negro: cartilha histórica sobre a história do petróleo no município de Catu-BA (140-2019)*. Catu: Instituto Federal Baiano *campus* Catu, 2021. Disponível em: <https://catuemretrato.com.br/>. Acesso em: 27 nov. 2021.

SANTOS, Sandi Isis Santana dos. *Escravidão, batismo e compadrio na freguesia de Santana do Catu, 1826-1849*. 2021. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2021.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 12. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

A FREGUESIA DE SANTANA DO CATU NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Sandi Ísis Santana dos Santos

Introdução

A freguesia de Santana do Catu, localizada ao norte do Recôncavo, durante o século XIX esteve sob jurisdição administrativa de São Francisco do Conde e teve seu desenvolvimento econômico favorecido pelo cultivo da cana-de-açúcar e produtos de subsistência como mandioca e fumo (BARICKMAN, 2003). Segundo Stuart Schwartz, nesse contexto de abastecimento interno, apenas 10% dos proprietários possuíam 43% dos escravizados, isto é 58,8% desses escravizados trabalhavam nos 10 engenhos de Catu entre 1816 e 1817, enquanto 25,3% prestavam serviços para os lavradores do povoado (SCHWARTZ, 1988). Nessas lavouras, houve grande participação da força de trabalho de homens e mulheres escravizados, e sua ampliação e/ou manutenção ocorria tanto de forma endógena quanto pelo tráfico transatlântico de africanos, que deixaram indícios de suas relações sociais nos documentos eclesiásticos da região (SANTOS, 2017).

Catu na primeira metade do XIX

A história de Catu, como a de muitas freguesias da capitania da Bahia, confunde-se com a ereção de uma capela, mas nada se sabe sobre onde esta se localizava. Segundo Cândido da Costa e Silva, a freguesia foi fundada no ano de 1787 pelo então 12º arcebispo da Bahia, D. Antônio Correia (1779-1802). Em 1802, o vigário de Santana do Catu era José Pereira Ferreira, mas não se sabe se assumiu a paróquia desde sua criação. Também desconhecemos a mobilização dos moradores da localidade para a criação da freguesia, até então subordinada a São Gonçalo, da vila de São Francisco do Conde, uma das áreas açucareiras mais importantes do Recôncavo, com São Gonçalo, São Sebastião do Passé, Monte e Socorro (SCHWARTZ, 1998).

Decorrida pouco mais de uma década, no entanto, deparamo-nos com um requerimento localizado no Arquivo Histórico Ultramarino que revela o desejo e a articulação de seus moradores por autonomia administrativa ao pleitearem a criação da vila.

Era o dia 20 de outubro do ano de 1809, quando chegou ao termo de Santo Amaro uma petição dos habitantes da freguesia de Santana do Catu em que o capitão Francisco Moitinho, o capitão Manoel Ferreira de Oliveira e Joaquim de Santana Araújo e Góes solicitavam ao príncipe regente, D. João VI, a elevação da povoação de Catu à condição de vila. Os argumentos apresentados tanto pelos requerentes quanto pelas testemunhas para fundamentar o pedido da criação da vila referiam-se à extensa dimensão territorial da freguesia — cerca de 8 a 9 léguas de comprimento e 5 ou 6 léguas de largura —, bem como sua grande distância, tanto da Cidade da Bahia (como Salvador era conhecida) quanto da vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, 18 e 12 léguas, respectivamente.

Além da distância, explicitaram os empecilhos e dificuldades que existiam no deslocamento para outros locais, mesmo no inverno. Em tempos de chuvas, os três rios existentes na região — Pojuca, Jacuípe e Joannes — enchiam e alagavam os caminhos, impossibilitando a passagem de moradores e viajantes, resultando em perigos e prejuízos para seus moradores, quando estes necessitavam ir às sedes que representavam o povoado para resolver suas demandas de responsabilidade da administração da Justiça civil e criminal, uma vez que, no início do século XIX, parte da freguesia pertencia à vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde e outra à Cidade da Bahia, conforme informação expressa na fonte.

Dessa forma, além dos depoimentos dos três requerentes, capitão Francisco Moitinho, capitão Manoel Ferreira de Oliveira e Joaquim de Santana Araújo e Góes, seis das oito testemunhas eram homens de prestígio e importância daquele povoado. Este é o caso do padre José Pinto Ferreira, vigário da freguesia de Santana do Catu, uma das testemunhas mais relevantes para a solicitação, uma vez que forneceu informações detalhadas acerca daquela freguesia. Seu testemunho provavelmente foi o de maior peso e valor, levando em consideração que ele era o responsável eclesiástico pela paróquia e conhecia a comunidade — tanto os que moravam na sede da povoação quanto os que se espalhavam em sítios e roças. Logo, tendo em vista o prestígio do cargo que ocupava na Igreja, sua palavra poderia influenciar positivamente na ereção da vila.

O padre fez questão de mencionar a quantidade de 8 mil almas na região, além das riquezas provenientes da sua autonomia econômica, tais como o açúcar, o tabaco, o algodão e a aguardente; além de mencionar o rio Catu, o qual, segundo ele, era responsável pela fertilidade daquela freguesia. O padre Ferreira também se referiu à grande quantidade de bens de alguns lavradores e ressaltou que na freguesia tem o melhor de duzentos homens brancos, estabelecidos, capazes de perpetuarem cargos de uma república e no Arraial dessa freguesia. Assim, por seu julgamento, o padre deixou claro que ali havia homens capacitados para exercer as funções administrativas da nova vila — homens brancos, livres e opulentos.

Ao corroborar o testemunho dos moradores e cumprir com o seu dever perante a lei, ou seja, averiguar a veracidade das informações no requerimento, não mentir e confirmar para as autoridades jurídicas e eclesiásticas aquilo que fora dito, o vigário José Pinto Ferreira afirmou que o arraial contava mais de 200 lavradores de tabaco, homens de boa índole e capazes de orientar e administrar a futura vila. E, ao quantificar o número de casas existentes — 76 casas, todas com famílias —, enfatizou a possível opulência no arraial composto por alguns negociantes de fazendas secas e molhadas, de muitos bons ares e fertilizadas pelo Rio Catu.

Entre os homens que assinaram o requerimento, estavam Francisco Ribeiro Miranda, homem branco, 33 anos, casado, lavrador e morador no sítio da Lagoa, na freguesia de Santana do Catu; Joaquim José de Almeida, homem branco, 60 anos, casado, alferes das Ordenanças da vila de São Francisco, morador da freguesia de Santana do Catu e lavrador de mandioca; Joaquim José de Mello, homem branco, 70 anos, viúvo e morador da freguesia; o capitão Faustino da Costa Meirelles, homem branco, casado, 50 anos e morador na fazenda do Mucambo, termo da vila de São Francisco; José Alves da Silva, homem branco, casado, 35 anos, morador da capital e dono de engenho. Esteve presente também o tenente João Evangelista de Sousa, homem branco, casado, 30 anos, morador na freguesia de Santana do Catu e dono de lavoura de tabaco, dados dispostos no documento exatamente nessa ordem de testemunho.

O documento prima pela sistematização das perguntas e respostas coletadas pelo escrivão Theodoro Quirino de Góes Tourinho. Inicialmente foi escrito o nome/sobrenome da testemunha, sexo, cor, condição jurídica, local de moradia, atividade econômica, idade; seguido pelo juramento que pensava ser *aos Santos Evangelhos de Deus*, em que a testemunha prometia

dizer a verdade e nada dizer sobre o que era dito costumeiramente. A segunda parte dos depoimentos era composta por perguntas sobre o requerimento feito pelo capitão Francisco Alves Moitinho, pelo capitão Manoel Ferreira de Oliveira e por Joaquim de Santana Araújo e Góes. As testemunhas confirmaram as informações sobre a extensão da freguesia; da dependência jurídica do povoado, da distância em léguas até São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, da Cidade da Bahia e de Inhambupe de Cima; sobre a situação em que ficavam os caminhos quando chovia, principalmente no inverno, e dos perigos a que se sujeitavam os moradores por conta dos três rios no período das chuvas.

Na terceira parte do documento, discorre-se sobre a fazenda do capitão Pedro Ribeiro de Araújo, que ficava muito distante da Cidade da Bahia e da vila de Inhambupe de Cima, um infortúnio para os moradores do lugar que desejavam que a povoação de Catu fosse elevada à condição de vila; sobre o comércio e as atividades agrícolas ali produzidas, número de habitantes e o pedido feito ao príncipe regente.

Dois dias depois de protocolizada a petição, no dia 22 de outubro de 1809, Santo Amaro pronunciou-se, na pessoa do desembargador Dr. Luís Thomas Navarro de Campos, a respeito da solicitação dos moradores da freguesia de Santana do Catu. Além de endossar o requerimento, o desembargador enfatizou as afirmações feitas pelos moradores daquela freguesia, colocando-se favorável à sua elevação à condição de vila e solicitando que a autoridade régia fizesse aquilo que fosse justo.

O pedido de erigir a vila não foi uma característica restrita aos moradores de Catu. Para Edneila Chaves, a transformação de uma povoação em vila significava galgar um foro representativo por tornar-se o “núcleo do poder local em âmbito administrativo e político. Era a partir da vila que o termo era administrado, nela instalando a estrutura administrativa, cuja principal instituição era a câmara” (CHAVES, 2013, p. 829). Segundo Edneila Chaves, o principal argumento apresentado nas petições para criação de vilas no Brasil, ao longo do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, era o das grandes distâncias entre as povoações e a sede dos termos das vilas, o que acarretava prejuízo aos seus moradores. Já a historiadora Marília Souza indica que a petição para a criação da vila de Inhambupe em 1798 também foi justificada pela longa distância entre o povoado e o termo da vila de Água Fria. A demanda dos moradores daquela localidade foi encaminhada ao Conselho Ultramarino, que autorizou o pleito, sendo a vila criada por

carta régia de 26 de junho de 1801 (SOUZA, 2018). Ou seja, dado o período decorrente da solicitação dos moradores de Santana do Catu, Inhambupe encontrava-se erigida vila desde o ano de 1802.

Ainda segundo Chaves, os pedidos para criação de vilas na província de Minas Gerais eram fundamentos pelos:

[...] interesses de dirigentes locais e de sua capacidade de negociação política junto às instituições gerais. O desmembramento territorial estava ligado ao crescimento demográfico e à prosperidade econômica de determinado território, como também à partilha de poder requerida por grupos dominantes, que almejavam a instituição de nova unidade administrativa em seus núcleos locais de povoamento. Isso implicava para os dirigentes de municípios que perdiam território a diminuição de área de jurisdição, de densidade populacional, traduzida na redução de número de eleitores e de influência política. Por consequência, um processo que desdobrava em disputas entre grupos intralocais (CHAVES, 2013, p. 823).

Desde sua abertura, o processo ficou parado após as testemunhas serem ouvidas naquele ano de 1809, e foi somente no dia 14 de julho de 1810 que o desembargador de Santo Amaro, Dr. Luis Thomas Navarro de Campos, tornou a enviar o pedido de ereção do povoado em vila, representando o requerente principal, capitão Francisco Alves Moitinho, e demais moradores e solicitando que a Câmara de São Francisco de Sergipe do Conde se pronunciasse a respeito da “desmembração”, assim como pediu para que as vilas limítrofes se expressassem sobre a petição.

Nos primeiros meses do ano seguinte, Navarro de Campos foi até o Senado, apresentou o requerimento e, valendo-se de brechas nas Ordenações Filipinas, continuou a interceder pelos suplicantes ao príncipe regente e a requisitar da Câmara da Bahia uma resposta — e, nesse ponto, há manifestação de um pedido adicional que não apareceu de maneira clara nas falas das testemunhas: os moradores de Santana do Catu, além de solicitarem a elevação do povoado em vila, requereram que uma faixa territorial denominada Cajueiro fosse anexada à nova vila de Santana do Catu, com a fazenda do capitão Pedro Ribeiro de Araújo, situada em Divino Espírito Santo de Inhambupe de Cima.

Assim, foi conclamado à Alteza Real uma audiência dos conselhos das vilas envolvidas para atender e deferir o pedido dos suplicantes. Em março daquele ano, a vila de São Francisco de Sergipe do Conde pronunciou-se

e negou o desmembramento, mas o Dr. Luis Thomas Navarro de Campos informou à Excelência Real, o Príncipe, que faltavam as respostas da Câmara da Cidade da Bahia e do Divino Espírito Santo de Inhambupe de Cima. No entanto, somente após reunião em sua Câmara e faltando apenas um dia para completar dois anos dessa súplica, mais especificamente no dia 8 de maio de 1811, Inhambupe enviou resposta ao desembargador Navarro de Campos explicando que seus moradores criaram a vila por meio de uma provisão régia datada de 1802 e que não concordava com a elevação da vila de Santana do Catu, pois, para que a elevação ocorresse, uma parte de seu território seria retirada.

O então procurador Pedro Lucas de Souza, da vila do Divino Espírito Santo de Inhambupe de Cima, chamou a atenção dos moradores do povoado de Santana do Catu evidenciando que não necessitou desmembrar outros povos para se tornar vila nos primeiros anos do Oitocentos e negou a ereção da vila em detrimento da sua. Com esse documento, Inhambupe colocou um fim ao requerimento dos moradores de Santana do Catu, e no dia 15 de julho de 1811 o investigador, desembargador, ouvidor e provedor geral da comarca deu por encerrada a petição, frustrando assim os propósitos daqueles que almejavam a criação da vila e sua autonomia administrativa.

O requerimento referente ao pedido dos habitantes de Santana do Catu não nos permite perceber de forma clara as relações pessoais, sociais e políticas que existiram entre os requerentes em Santo Amaro, por intermédio da pessoa do desembargador Campos, do capitão Pedro Ribeiro de Araújo e de moradores na região do Cajueiro em Inhambupe e da jurisdição de São Francisco do Conde. Contudo, nessa petição fica evidente que nem São Francisco de Sergipe do Conde queria perder território e ter diminuição de sua área de jurisdição, nem Inhambupe desejava perder densidade populacional e muito menos espaço territorial.

A despeito de não ter sido possível rastrear as trajetórias dos “homens bons” que assinaram a petição para a criação da vila de Santana do Catu, o requerimento apresenta testemunho dos homens abastados da localidade, entre os quais senhores de engenho, lavradores, negociantes, além, é claro, do pároco da freguesia, tal como foi observado por Souza para Inhambupe.

A revolta dos escravizados em São Domingos desarticulou a produção açucareira da ilha, promovendo a expansão dessa atividade nas freguesias rurais ao norte do Recôncavo e, conseqüentemente, do comércio de escravizados, que, por sua vez, alavancou a lavoura fumageira. Foi nesse contexto

que os moradores de Catu se articularam para solicitar a criação da vila. Outra perspectiva para refletir sobre o impulso econômico da freguesia em fins do século XVIII e início do XIX é o cenário demográfico, com base nas análises de Stuart Schwartz sobre a estrutura da posse de escravizados para os anos de 1816-1817. Segundo o historiador, Catu possuía nesse biênio 10 engenhos, que empregavam 182 escravizados e 41 lavradores, que possuíam 338 cativos. A proporção de lavradores por engenhos era de 4,1%, e essas unidades produtivas empregavam 58,8% dos escravizados daquela povoação. Possivelmente, alguns proprietários desses engenhos estavam entre os que assinaram a petição para a criação da vila.

Ao avaliar os dados de posse de escravizados por engenhos e lavradores de cana em São Francisco do Conde, Schwartz verificou que 80 senhores de engenho possuíam 5.260 escravizados, e 271 lavradores tinham 2.770 cativos. Assim, no que diz respeito à característica de posse de escravizados por engenho e lavradores, Santana do Catu, que possuía 520 escravizados, estava atrás apenas de São Sebastião do Passé, que possuía 22 engenhos com 1.486 cativos, em que 96 lavradores detinham a força trabalhadora de 885 escravizados; Monte possuía 20 engenhos com 1.782 cativos e 59 lavradores, que empregavam 588 escravizados; São Gonçalo tinha 19 engenhos com 1.298 escravizados, e 62 lavradores mantinham 791 cativos; enquanto Socorro possuía apenas 9 engenhos, que totalizavam 562 escravizados, em que 13 lavradores possuíam 168 escravizados (SCHWARTZ, 1988).

Considerações finais

De acordo com Schwartz, a distribuição da posse de escravizados na Bahia estava relacionada aos padrões de uso da terra da região; logo, áreas com agricultura de subsistência de produção de mandioca ou mistas caracterizavam-se por concentração de pequena e média posse, respectivamente. E esse é o caso de Catu para os anos de 1816 a 1817, quando o número médio de escravo por proprietário equivalia a 9,3. No requerimento discutido anteriormente, o pároco da povoação de Santana do Catu alega ter muitos lavradores de cana, dez alambiques de estilar aguardente, duzentos lavradores de tabaco, muitos de pais opulentos lavradores de algodão, além de salientar que, dos duzentos lavradores de tabaco, alguns dos três [eram] bem opulentos.

Catu tinha uma pequena elite, estava em quarto lugar na hierarquia da jurisdição do termo de São Francisco do Conde no que concerne à quantidade de engenhos e tinha a menor quantidade de escravizados,

e provavelmente por isso não conseguiu a ereção da vila. O povoado tinha menos relevância econômica e política, e isso se expressa no resultado da petição. É interessante percebermos que Monte não solicitou desmembramento nesse período.

Conforme dados analisados por Schwartz sobre as ocupações dos habitantes dos municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde, 861 proprietários desenvolviam atividades como: senhor de engenho, plantador de fumo, dono de sítio ou fazenda, lavrador de cana, plantador de mandioca ou dono de alambique. Como um dos povoados de São Francisco do Conde, Catu dedicava-se à lavoura açucareira e ao plantio de mandioca, e, nesse contexto, apenas 10% dos proprietários possuíam 43% dos escravizados. Portanto, considerando ainda os dados analisados por Schwartz, 58,8% desses escravizados trabalhavam nos 10 engenhos de Catu entre 1816 e 1817, enquanto 25,3% prestavam serviços para os lavradores do povoado.

Segundo Bert Barickman, no fim do século XVIII, as áreas ao norte do Recôncavo ainda não haviam desenvolvido tanto a produção e especialização do açúcar, assim como a do fumo e da mandioca, que eram os principais gêneros cultivados em Santana do Catu, à semelhança de São Pedro do Rio Fundo e Nossa Senhora da Oliveira dos Campinhos; e, embora essas localidades estivessem distantes da margem norte da baía, pertenciam a São Francisco do Conde e Santo Amaro, as principais vilas canavieiras da região (BARICKMAN, 2003).

A respeito da distribuição geográfica dos engenhos que produziam açúcar destinados à exportação, Barickman demonstra que, nas áreas açucareiras de Santo Amaro e São Francisco do Conde, apesar de o número de engenhos nessas regiões ter crescido, houve uma pequena queda de sua percentagem em relação às outras áreas ao sul do Recôncavo, como Nazaré e Maragogipe. Dessa maneira, no ano de 1818, a existência de 90 engenhos correspondia a 30,8%; em 1829, 115 engenhos correspondiam a 29,9%; no ano de 1842, 136 engenhos perfaziam 26,9%; e, em 1873, havia 157 engenhos, significando 24,3% da totalidade. Sobre a expansão da produção de açúcar entre o fim de século XVIII e início do século XIX, o historiador explica que houve a construção de cerca de 80 engenhos ao norte da baía e esses locais continuaram a ser pontos centrais na produção açucareira. Tal expansão ocorreu sobretudo ao norte do Recôncavo, nas freguesias do interior, como Rio Fundo e Bom Jardim, em Santo Amaro; e São Sebastião do Passé e Catu, em São Francisco do Conde (BARICKMAN, 2003).

Referências

- AGUIAR, Durval Vieira de. *A província da Bahia*: descrições práticas da província da Bahia. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979.
- ANDRADE, Vitória Schettini de. Batismo de escravizados em São Paulo do Muriaé entre meados à final do século XIX: algumas variáveis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 12., 2017, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: [s. n.], 2017.
- BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano*: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHAVES, Edneila R. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico – região norte. *Varia História*, [s. l.], v. 29, n. 51, 2013.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica*: população (1719-1826). São Paulo: USP, 1979.
- FLORENTINO, Manolo.; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FREIRE, Jonis. Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP), 14., 2004, Caxambú. *Anais [...]*. Caxambú: Abep, 2004.
- FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 48. ed. Global: São Paulo, 2003. Primeira publicação em 1933.
- GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito*. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: SEJC/SEE, 1993.
- GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravizados na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- GUEDES, Roberto. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh*. São Paulo: [s. n.], jul. 2011.
- LARA, Silvia Hunold (org.). *Ordenações Filipinas*. São Paulo: Companhia das Letras. 1999. Livro V, p. 308. (Coleção Retratos do Brasil, 16).

OLIVEIRA, Marcelo de Souza. *A imperial vila de Santana do Catu: histórias de uma comunidade escravista no Recôncavo Baiano*. Salvador: Quarteto, 2015.

REQUERIMENTOS e ofícios referentes ao pedido dos habitantes de Sant'Anna do Catu a S. M., para elevar esta freguesia à categoria de vila. Santo Amaro, Inhambupe, 1809/1811. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ, doravante). 5 documentos. Originais. 29 f. II-34,8,14. p. 6-7. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000753/mssp0000753.pdf. Acesso em: 1 ago. 2019.

SANTOS, Sandi Ísis S. dos. Demografia da população escrava na freguesia de Sant'Ana do Catu, 1840-1849. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNEB, 21., 2017. *Anais [...]*. p. 405.

SANTOS, Sandi Ísis S. dos. Escravidão e relações de compadrio na Freguesia de Sant'Ana do Catu, 1840-1849. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNEB, 21., 2018. *Anais [...]*. p. 409.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravizados, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravizados na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na família escrava, Brasil (sudeste, século. XIX)*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

SOUZA, Marília de Jesus. *A família escrava entre a legitimidade e a ilegitimidade: freguesia do Divino Espírito Santo do Inhambupe de Cima (1824-1831)*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2018.

A VILA DE SANTANA DO CATU NO SÉCULO XIX: UM DOMÍNIO DA FAMÍLIA ARAÚJO GOES

Joab Silva Santos

Introdução

O cerimonial acadêmico exige dos escritores uma padronização nos textos historiográficos: objetivo, apresentação das personagens, principais conceitos trabalhados, diálogo com a historiografia e exposição das fontes, comentando sobre a tematização realizada. No entanto, para dar sentido às etapas exigidas, é imprescindível que eu apresente a vocês um homem, o Sr. José Quintino dos Santos, meu avô⁵. Este capítulo é uma resposta às questões levantadas por ele durante 23 anos.

Nascido em 1934, na fazenda Sucupira, é filho de Zulmira dos Santos⁶, trabalhadora rural. Além da Sucupira, sua família passou pelo Sonhém, Tereré, Arauariz e Pacas. Pela manhã, percorria 4 km em estrada com a vegetação baixa para chegar à escola em São Miguel, estudando até a quinta série. Desde os 7 anos trabalhava no roçado, auxiliando a mãe e o padrasto, Pedro Bispo, na plantação de milho, feijão, mandioca, batata e abóbora. A sua casa foi construída à base de madeira, barro e telhas, possuindo um quarto, sala e cozinha. Como não dispunham de um banheiro para as necessidades, recorriam às proximidades das plantações.

Quando completou 16 anos, sua mãe, após vir à cidade encomendar um sapato, realizou um acordo com Marcelino, o sapateiro, para que ele ficasse como aprendiz, intentando garantir para o filho uma profissão. Após o período de aprendizado, abriu a sua própria sapataria, possibilitando a vinda da sua mãe para a cidade e iniciando uma nova vida, baseada nas relações urbanas. Além de sapateiro, trabalhou como frentista e segurança noturno no antigo Colégio Estadual Pedro Ribeiro Pessoa, na Rua Anita Cardoso.

⁵ Conhecido como “Seu Tino”.

⁶ O sobrenome original de Zulmira é “Santana”, mas seu registro só foi realizado décadas após seu nascimento, por intermédio do seu filho José Santos. Na documentação, ela assinou como Zulmira Santos. Seu vínculo com a família Santana pode ser observado pelo nome dos seus pais: Esmeraldo Santana e Ana Santana.

Como estive sob sua tutela durante 23 anos, a minha infância foi marcada por suas histórias sobre Catu, descrevendo as fazendas onde morou e o avanço da urbanização no centro da cidade. Entretanto, suas narrativas possuíam lacunas compreensíveis, sobretudo quando comentava sobre os donos da terra, os senhores das fazendas e as origens dos casarões. Para cobrir essas questões, seria necessário recorrer aos séculos XVII, XVIII e XIX, analisando o processo de formação do Brasil, em especial o Recôncavo Baiano. Com o passar do tempo, as perguntas inverteram-se. Se outrora eu o questionava sobre as localizações, apenas como ouvinte, hoje sou responsável por contextualizar as suas histórias, descrevendo as relações das principais famílias, até a formação dos engenhos antes das fazendas, e os personagens políticos do período. Foi pela trajetória do meu avô, Sr. José Santos, que passei a estudar a história de Catu.

Conscientes dessa formação, posso retomar a etiqueta acadêmica. O objetivo deste capítulo é analisar a genealogia da família Araújo Goes, com base no livro *Longos serões do campo*, volume “Infância e juventude”, de Anna Bittencourt (1843-1930), observando as dimensões das posses, as posições políticas e as formas de manutenção do poder do clã na vila de Santana do Catu, em especial no fim do século XVIII e começo do XIX⁷. Sendo uma das principais famílias do Recôncavo Baiano, ao lado dos Bittencourt, Berenguer e Costa Pinto (MATTOSO, 1992), entender a genealogia dos Araújo Goes permite compreender a formação dos principais engenhos do século XIX, as fazendas e os distritos do XX e as homenagens públicas no XXI.

“Infância e juventude” é o segundo volume da série *Longos serões do campo*, de Anna Bittencourt. Construído das suas memórias, a autora narra o cotidiano no engenho de Matias de Araújo Goes, seu pai, sua formação intelectual com base nas leituras francesas, os ensinamentos práticos e religiosos passados por sua mãe, Anna Ribeiro, e os detalhes do seu casamento com Sócrates Bittencourt. Como descreve a formação familiar, apresenta para os leitores, em anexo, a árvore genealógica da família Araújo Goes. Este é o nosso objeto de análise.

Anna Ribeiro de Goes Bittencourt ascendeu à Bahia das letras com o romance *Letícia*, publicado em junho de 1908 pela editora Reis & Cia, na cidade de Salvador. Além deste, suas produções romanescas são: *A filha de Jephthé* (1882),

⁷ Duas observações. Primeira, a grafia para o nome da família varia a depender da fonte e, por vezes, no mesmo documento. É possível encontrar “Araujo Gois”, Araújo Góis”, “Araujo Goes” e “Araújo Góes”. Intentando padronizar este texto, adoto “Araújo Goes”. Segunda, o nome referente à autora varia a depender da documentação ou texto original. Para este capítulo, adoto o padrão ABNT, referenciando a escritora pelo primeiro e pelo último nome: Anna Bittencourt.

O anjo do perdão (1885), *Helena* (1901), *Lúcia* (1903), *Abigail* (1922) e *Suzana* (manuscrito inédito). A autora conta com quatro contos: “Dulce e Alina” (1901), “Violeta e Angélica” (1906), “Marieta” (1908) e uma coletânea; 17 artigos com temáticas sobre o ensino religioso e o feminismo, escritos entre 1886 e 1918, seis poemas impressos e dois livros memorialista: *Longos serões do campo*, volume 1, “O major Pedro Ribeiro” (1992); volume 2, “Infância e juventude” (1992)⁸.

Como não discutiremos sobre a narrativa da obra memorialista, somente observando os quadros em anexos para analisar a linhagem dos Araújo Goes, questões sobre a construção e ressignificação da memória baseadas em Maurice Halbwachs e Ecléa Bosi não aparecem neste capítulo. Entretanto, como a descrição da árvore genealógica passa por lembranças e esquecimentos, conscientes e inconscientes, aponto no fim as referências bibliográficas para indicar ao leitor as bases conceituais utilizadas para a construção da discussão.

Entre a origem, a expansão e o mito da equidade aristocrática: o caso da família Araújo Goes

Anna Bittencourt, em suas memórias, apresenta ao leitor duas árvores genealógicas: a materna e a paterna. No primeiro volume de *Longos serões do campo*, dedicado à trajetória do major Pedro Ribeiro, seu avô, é possível conhecer a sua linhagem materna. O primeiro casal de imigrantes veio para o Brasil no século XVIII, saindo da Ilha da Madeira para a capitania da Bahia. Da união, nasceu Gonsalo da Silva, o primeiro descendente. Gonsalo, em seu segundo casamento, teve quatro filhos: Pedro Caetano, Thereza, Anna e uma quarta filha⁹. Thereza, casada com José Ribeiro de Araújo, um português imigrante no Brasil, deu à luz a três filhos: Francisca, Clara e Pedro Ribeiro de Araújo, o futuro major e pai de Anna Ribeiro, mãe da autora.

No segundo volume de *Longos serões do campo*, dedicado às suas memórias da infância e juventude, Bittencourt narra a origem da família Araújo Goes em Santana do Catu. Embora a escritora alegue dispor de poucas informações para construir o histórico levantado, alerta o leitor sobre as características de seus descendentes: “[...] gozaram sempre da reputação de homens probos, cumpridores de seus contratos, nunca desmentindo

⁸ Sobre as produções da autora, ver: OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Uma senhora de engenho no mundo das letras: o declínio senhorial em Anna Ribeiro*. Salvador: EDUNEB, 2008.

⁹ Bittencourt não recorda o nome.

da espécie de aristocracia formada pela classe muito considerada dos senhores de engenho” (BITTENCOURT, 1992. v. 2, p. 1). Diferentemente da apresentação construída para a família materna, Bittencourt limita as suas informações sobre os primeiros Araújo Goes no Brasil. No entanto, sua bisneta, Maria Clara Mariani, responsável pela publicação do livro e organização das notas de fim, expõe um histórico de origem. Com base nas notas de Mariani, a família Araújo Goes originou-se do casamento de Gaspar de Araújo e Catarina Goes, imigrantes no Brasil desde o século XVII e fixados na capitania de Ilhéus.

A origem portuguesa dos ancestrais de Bittencourt é explicada com base no movimento migratório português da Ilha da Madeira, Ilha do Minho e dos Açores para o Brasil desde o século XVI, estendendo-se até o XIX. O Estado europeu incentivava a ocupação das terras colonizadas, e grupos independentes iniciavam a empreitada por interesses particulares. Para Joel Serrão (1970, p. 602), “ia-se ao Brasil tentar fortuna onde ela era possível, ou seja, no comércio”. A descoberta das minas provocou um êxodo da população metropolitana do Noroeste português em busca de melhores condições de vida. Nos portos, encontravam-se fidalgos e letrados, destinados a funções oficiais e indivíduos das classes mais baixas, como os lavradores.

Com base na narrativa de Bittencourt, o primeiro Araújo Goes que se estabeleceu em Santana do Catu foi Lourenço de Araújo Goes, fundador do engenho Santinho. Lourenço deu origem a sete descendentes, mas destaco apenas três: Joaquim Sant’Anna de Araújo Goes, Manoel José de Araújo Goes e Antônio dos Santos de Araújo Goes¹⁰. Após a morte do patriarca, as posses foram dívidas da seguinte forma: Joaquim de Araújo Goes herdou o engenho Santinho; Manoel de Araújo Goes tomou posse do engenho Conceição; e Antônio de Araújo Goes recebeu terras próximas ao Riacho do Tereré, construindo o engenho com o mesmo nome, o engenho Tereré.

As trajetórias narradas buscam a construção de uma família justa, igualitária e com ideais de liberdade. Em sua descrição sobre a origem da linhagem Araújo Goes em Santana do Catu, Bittencourt traz para os leitores uma lembrança das histórias de seu avô Pedro Ribeiro sobre seus descendentes paternos:

¹⁰ A autora não aponta o nome da companheira de Lourenço de Araújo Goes. Há apenas referência ao nome do patriarca. Como a descrição da origem familiar parte de uma construção memorialista, não sabemos se é um processo de esquecimento ou apagamento intencional.

Como já disse acima, são escassos os esclarecimentos que posso proporcionar sobre a família Araújo Goes, da qual apresento como tronco Lourenço de Araújo Goes. E não há hoje quem nos possa dar melhores. No entanto, para que não julguem que Lourenço era um indivíduo de rasteira condição, direi que meu avô Pedro Ribeiro, escrupuloso como eram os antigos quando se tratavam de uniões matrimoniais, respondeu a um amigo – segundo me contou minha mãe – que lhe perguntava sobre a família do noivo da filha: – É da família Araújo Goes, do Catu; e sei que é boa, porque meu tio Pedro Caetano, quando casou minha irmã Theresa com um Araújo Goes, disse-me: “são de muito boa família e têm até fidalguia; não fazem disso, porém, cabedal, porque são lavradores e homens todos dados ao trabalho” (BITTENCOURT, 1992, p. 7).

O destaque da narrativa em evidência é a afirmação de uma origem fidalga na família Araújo Goes. Para Kátia Mattoso, analisando a genealogia construída por frei Antônio de Santana Maria de Jaboatão sobre as famílias poderosas de senhores de engenho do Recôncavo Baiano, ele agracia todas elas com descendências ilustres; “assim é que Gaspar de Araújo, por exemplo, seria descendente da nobre linhagem dos Araújo de Ponte Lima, do Alentejo, e que Catarina, sua mulher, descenderia dos Goís da Bretanha, província da França” (MATTOSO, 1992, p. 153). A construção de um passado de ouro, passa, portanto, pela edificação de uma origem inexistente. Ainda segundo a autora, Gaspar e Catarina chegaram ao Brasil como simples imigrantes.

Bittencourt, em suas memórias, descreveu uma clássica linhagem aristocrática com práticas elitistas e pertencente a um dos principais clãs do Recôncavo Baiano, como os Bittencourt, os Sodré, os Bulcão, os Berenguer, os Costa Pinto etc. Mesmo com a intenção de apresentar seus familiares como justos com os companheiros e escravizados, os engenhos descritos não fugiam do padrão econômico e social do período colonial e imperial: a escravidão com mão de obra africana e a produção para a exportação. A sua infância foi a de todas as filhas de senhores de engenho, com todas as regalias da desigualdade social. Seu pai, Mathias de Araújo Goes, foi herdeiro de Manoel José de Araújo Goes, um proprietário reconhecido em Santana do Catu.

O objetivo da autora em recuperar as origens familiares está enquadrado em um período de intensas produções intelectuais que buscavam resgatar uma idade do ouro da história da Bahia. Para Rinaldo Leite (2005), as insatisfações das elites da Bahia durante as primeiras décadas republicanas com a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República levaram

os escritores descendentes da antiga aristocracia rural e ainda ressentidos com as mudanças do fim do século XIX a localizar, em especial nos séculos XVII, XVIII e XIX, o que compreendiam como o verdadeiro valor da Bahia. Assim Bittencourt o faz.

Os donos da terra em Santana do Catu

A árvore genealógica da família Araújo Goes permite compreender a dimensão das posses dos integrantes, bem como as interações com os outros clãs do Recôncavo Baiano. Como as relações se expandem em diversos sentidos, dados os interesses na formação matrimonial, os registros aqui expostos serão limitados, apresentando somente até a linhagem de Anna Bittencourt com Sócrates Bittencourt (1843-1907). De antemão, ressalto que os consórcios ocorriam em duas vias: endógena e exógena, visando à manutenção das posses e do poder político. Para Mattoso, “não há dúvida de que os casamentos entre primos longínquos eram frequentes (ainda hoje, os descendentes dessas famílias se tratam de ‘primo’ e ‘prima’), mas esses parentescos devem ser considerados laços muito mais de classe que de sangue” (MATTOSO, 1992, p. 183). Os principais vínculos eram formados entre as famílias já apontadas: Araújo Goes, Bulcão, Berenguer, Bittencourt, Dantas etc.

Com o intuito de compreender a genealogia até o estabelecimento do primeiro Araújo Goes em Santana do Catu, a apresentação dos integrantes do clã seguirá a ordem geracional. A linhagem começa por Gaspar de Araújo e Catarina Goes, imigrantes para a capitania de Porto Seguro no século XVI. As gerações são: primeira, Simeão de Araújo Goes; segunda, Gaspar de Araújo Goes¹¹; terceira, Simeão de Araújo Goes¹²; quarta, Manuel de Araújo Goes e Antônio de Araújo Goes¹³; e quinta, Manuel de Araújo Goes¹⁴.

Lourenço de Araújo Goes, o primeiro do clã em Santana do Catu, proprietário do engenho Santinho, é filho de Manuel de Araújo Goes e pertence à sexta geração de Gaspar de Araújo, o patriarca português. Lourenço Goes foi casado com Maria Bernarda dos Anjos, e tiveram os sete filhos já apontados: Joaquim, Manuel, Antônio, Matias, Ana, Teodora e uma sem identificação¹⁵.

¹¹ Homenagem ao patriarca da família.

¹² Homenagem.

¹³ A linhagem de Antônio de Araújo Goes é ligada ao barão de Camaçari e ao barão de Araújo Goes, sendo Antônio Goes bisavô do pai dos barões, Inocêncio Marques de Araújo Goes.

¹⁴ Homenagem ao pai.

¹⁵ Não há registro para o nome da filha.

Distante do grande centro da província da Bahia, mas integrante do Recôncavo fumageiro e açucareiro, a vila de Santana do Catu, enquanto freguesia, foi criada em 1796, desmembrada do território de Inhambupe e elevada à categoria de vila na primeira metade do século XIX (OLIVEIRA, 2015). Como as demais terras distantes da Baía de Todos os Santos, o território não foi ocupado pela metrópole portuguesa. Para sua povoação, dependeu de indivíduos externos, famílias com notáveis poderes econômicos e adequadas ao sistema de *plantation*, como o clã dos Araújo Góes. O solo arenoso e massapê, ideal para o cultivo de fumo, mandioca e cana-de-açúcar, propiciou um crescimento econômico baseado na agricultura de exportação.

Joaquim Sant’Ana de Araújo Goes, herdeiro do engenho Santinho, casou-se com Maria Teresa Ribeiro de Araújo, e tiveram três filhos: Manuel Joaquim de Araújo Goes, Paulo de Araújo Goes — conhecido como Paulino — e Maria Inês de Araújo Goes. O primeiro foi proprietário do engenho Remédio. O segundo, proprietário da fazenda Pacas; e a terceira, Maria Inês de Araújo Goes, casou-se com Antônio Uzeda e Luna, proprietário do engenho Arauariz.

Manuel José de Araújo Goes, o segundo filho de Lourenço Goes, proprietário do engenho Conceição, teve oito filhos: Manuel José de Araújo Goes¹⁶, Matias de Araújo Goes, Joana Damasceno de Araújo Goes, Miquelina de Araújo Goes, Carolina Maria de Araújo Goes, Jesuína de Araújo Goes, Teófilo de Araújo Goes e Maria da Glória de Araújo Goes. O primeiro herdou o engenho Conceição. O segundo foi proprietário do engenho Coqueiro Novo e do engenho Api. A terceira, casada com Paulino de Araújo Goes, seu primo, foi proprietária da fazenda Pacas. A quarta, em matrimônio com Manuel Joaquim de Araújo Goes, era proprietária do engenho Remédio. Limite as informações até os personagens citados para não referenciar aqueles que não estão ligados a Santana do Catu.

Matias de Araújo Goes e Ana Maria da Anunciação Ribeiro, proprietários do engenho Api e Coqueiro Novo, são os pais de Ana Ribeiro de Araújo Goes, a autora de *Longos serões do campo*. Ela foi casada com Sócrates de Araújo Bittencourt, primeiro-intendente da vila de Catu, e é sobrinha de Atanásia de Araújo Goes¹⁷, proprietária do engenho Caçarangongo. Do casamento, nasceram três filhos: Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt, Maria Francisca Araújo Bittencourt e Joana Josefina de Araújo Bittencourt. O primeiro casou-se

¹⁶ Homenagem ao pai.

¹⁷ O nome do pai da Ana Bittencourt é uma homenagem ao tio, irmão de Manuel José de Araújo Goes.

com Ana Clemente Mariani, e deram origem a Clemente Mariani Bittencourt, ministro da Educação (1946-1950) e ministro da Fazenda (1961-1961).

Mesmo com a intenção de edificar a linhagem dos Araújo Goes, a autora dedica um capítulo do segundo volume de Longos Serões do Campo às memórias com o seu marido, Sócrates Bittencourt, outro integrante de uma das principais famílias do Recôncavo Baiano. Com base nas descrições:

Morreu em 1907, em casa de meu filho Pedro, no Canela, nº 12, nesta Capital. Meu filho trouxera-o como a esperança de ainda encontrar algum recurso; todas as tentativas, porém, foram baldadas. O seu mal era a diabetes, de que padecia havia doze anos. Poucos dias antes de morrer, disse-me: – desejo ser sepultado no Catu, onde foram minha mãe e outras pessoas que nos são caras. E dirigindo-se a um seu parente: – diga ao Vigário que lhe peço um lugar na sua Igreja. E fizeram-lhe a vontade. Quando seu corpo, em trem especial, chegou à estação, via-se ali grande aglomeração de povo. [...] No centro do corpo da Igreja de Sant’Anna do Catu, acha-se a pedra tumular. (BITTENCOURT, 1992, p. 235-236)¹⁸.

Ainda na linhagem de Lourenço de Araújo Goes, há nomes importantes, como Paulino de Araújo Goes, o barão de São Miguel, filho de Paulo de Araújo Goes, proprietário da fazenda Pacas, e neto de Joaquim Sant’Ana de Araújo Goes, proprietário do engenho Santinho. Essa genealogia explícita o método utilizado pelas principais famílias aristocráticas para a manutenção do poder e a ampliação e proteção das terras: os casamentos arranjados por heranças. O barão de São Miguel casou-se com Joana Delfina de Araújo Goes, sua sobrinha, filha de Manuel Joaquim de Araújo Goes com Miquelina de Araújo Goes, proprietários do engenho Remédio.

Compreendida a estrutura familiar que nos leva a Anna Bittencourt, retorno para o bisneto de Gaspar de Araújo e Catarina Goe: Simeão de Araújo Goes. A genealogia analisada foi a do seu segundo filho, Manuel de Araújo Goes. No entanto, seu primeiro descendente, Antônio de Araújo Goes, permite entender o outro lado da família. O bisneto de Antônio Goes é Inocêncio Marques de Araújo Goes, pai de Inocêncio Marques de Araújo Goes¹⁹, o barão de Araújo Goes, e de Antônio Calmon de Araújo Goes, o barão da Camaçari.

¹⁸ Nota 149 de Mariani: “A Igreja de Nossa Senhora Santana, no Catu sofreu diversas reformas. A última, em 1989, descaracterizou completamente o seu interior. Para que o piso e as paredes fossem revestidos de ladrilhos, as lápides foram removidas de suas posições originais e utilizadas como pavimentação da sacristia” (p. 305).

¹⁹ Homenagem ao pai.

Antônio Calmon de Araújo Goes, o barão de Camaçari, foi vereador no município de Mata de São João entre 1873 e 1876, juiz de paz na vila de Santana do Catu em 1884, senador do Estado de 1891 a 1902 e governador interino da Bahia em 1895²⁰. Do outro lado, Inocêncio Marques de Araújo Goes foi bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda, deputado na Assembleia Provincial de 1838 a 1859, agraciado por D. Pedro II com o foro de fidalgo cavaleiro e, em decreto de 2 de abril de 1880, nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça²¹.

Por possuir demasiada valorização pública em âmbito local e provincial, a intervenção dos senhores de engenho em problemas de segurança pública e demais instâncias burocráticas, como divisões de terras, julgamentos públicos etc., era uma prática comum durante o período colonial e imperial, sobretudo aqueles ligados aos principais clãs. Para Luiz Pinto (1949), a participação das forças privadas nas obrigações do Estado é decorrente da formação do novo território português desde o século XVI. A ocupação e a descoberta da colônia foram financiadas, em grande maioria, pelos senhores da terra. Uma estrutura social e econômica foi formada e defendida menos pela ação oficial do que pelo braço e a espada particular. Com a ausência dos poderes públicos, as famílias aristocráticas tornaram-se o centro e núcleo da vida social. Ainda segundo autor:

A história do poder político no Brasil, desde então, é a história dessa competição entre, de um lado, os fatores de dispersão social e política que suscitam e engendram a formação de agências de autoridade privada, e de outro, os fatores de unificação e centralização do poder social que contribuem para a consolidação definitiva da organização estatal – que aliás até hoje, não se pode dizer completada. (PINTO, 1949, p. 54).

Mesmo após a reestruturação política do fim do século XIX, com a abolição da escravidão e a Proclamação da República, os Araújo Goes continuaram com parte significativa da sua representatividade social em Catu. Por se tratar de uma região do interior, o mandonismo de outrora passou ao coronelismo, e sua disseminação política chegou os munícipes do século XXI por diversas formas simbólicas. As terras do barão de Camaçari ficaram conhecidas, no século XX, como fazenda-modelo e hoje são a atual sede do Instituto Federal Baiano, *campus* Catu. Da mesma forma, seu título ecoa

²⁰ Antônio Calmon de Araújo Goes foi agraciado com o título de barão da Camaçari em 13 de setembro de 1871. Sobre isso, verificar: BULCÃO SOBRINHO, Antônio. *Titulares baianos*. [19--], p. 10.

²¹ Ver: BULCÃO SOBRINHO, Antônio. *Titulares baianos*. [19--].

no nome do bairro como um todo: o bairro Barão de Camaçari. Da mesma forma, as terras do barão de São Miguel dão origem ao nome de um dos distritos da região, o distrito de São Miguel. Outros personagens aparecem em escolas e ruas, como Pedro Ribeiro e Inocêncio Goes, recuperando e homenageando os senhores da terra do século XIX.

Considerações finais

Os volumes de *Longos serões do campo* permitem ao leitor compreender o cotidiano de uma senhora de engenho no século XIX na vila de Santana do Catu, bem como as relações políticas e sociais dos membros da família Araújo Goes. Escritos na década de 1920, só foram publicados na década de 1990, quando Maria Clara Mariani, bisneta da autora, integrava a direção da editora Nova Fronteira.

Além dos aspectos culturais e sociais, os livros possibilitam uma investigação da árvore genealógica da família Araújo Goes no Recôncavo Baiano. Uma análise das dimensões das posses do clã e da manutenção do poder ao longo das décadas permite aos leitores compreenderem a estrutura social do século XVII, XVIII, XIX e XX. Santana do Catu, embora contasse pequenos proprietários, era dominada pela família Araújo Goes na perspectiva econômica, política e social.

Os engenhos de outrora, convertidos em fazendas e divididos em povoados na segunda metade do século XX, pertenciam ao clã dominante na vila: os Araújo Goes. Ainda que a historiografia concentre as discussões nos personagens com maiores repercussões, como o barão de São Miguel e o barão de Camaçari, é fundamental analisar as posses hereditárias das terras denominadas: Pacas, Arauariz, Caçarangongo, Tereré, Santinho, Remédio, Api, Coqueiro Novo e Conceição. A construção de uma árvore genealógica evidencia a expansão dos domínios do clã em Santana do Catu com base em personagens não explorados, como Lourenço Goes, Manuel José de Araújo Goes, Matia de Araújo Goes e outros.

Referências

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca, e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goes. *Longos serões do campo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. v. 1-2.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BULCÃO SOBRINHO, Antônio. *Titulares baianos*. [19--].

FONTES, Nancy Rita Vieira. *Uma narrativa testemunhal: as memórias de Anna Ribeiro*. Trabalho apresentado no II Simpósio Baiano sobre gênero. 1998.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A rainha destronada*. Discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas. 2005. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

MATTOSO, Kátia M. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MATTOSO, Kátia M. Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. *A Imperial Vila de Santana do Catu: histórias de uma comunidade escravista do Recôncavo Baiano*. Salvador: Quarteto, 2015.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Uma senhora de engenho no mundo das letras: o declínio senhorial em Anna Ribeiro*. Salvador: EDUNEB, 2008.

PINTO, Luiz de Aguiar da Costa. *Lutas de famílias no Brasil*. São Paulo: Campanha Editorial Nacional, 1949.

SERRÃO, Joel. Conspecto histórico da emigração portuguesa. *Análise social*, [s. l.], v. 8, n. 32, p. 602, 1970.

VILLAS-BOAS, Jayme L. *O crime do Catu: o desaparecimento do processo e os responsáveis por este fato*. Salvador: Imprensa Popular, 1886.

O CRIME DO CATU: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA E AS RELAÇÕES DE PODER NA SOCIEDADE CATUENSE OITOCENTISTA

Delmaci Ribeiro de Jesus

Introdução

Ao iniciar a escrita sobre a política e as relações de poder na sociedade catuense oitocentista, convido o leitor para irmos até a vila do Catu, no século XIX, e com base na sua descrição, percebermos seus limites, características sociais, espaciais e políticas que a constituíam enquanto território que integrava a província da Bahia na última década do século XIX.

Vila do Catu

Vila estabelecida na margem direita do Rio Catu, junto à estrada de ferro inglesa, no 920 quilômetro, 5 léguas aquém da cidade de Alagoinhas. O termo deve ter umas 10 léguas quadradas, dividindo -se com Alagoinhas, Bom Jardim e Santo Amaro; tendo 5 distritos de subdelegacias, por onde se acha disseminada uma população de 22.329 habitantes. A Matriz ultimamente consertada, fica na praça, ao alto da Vila, no correr de um sobradinho onde funciona a Câmara Municipal. Funcionavam regularmente na vila 2 escolas; tendo a de meninos 65 alunos e a de meninas 39. Ficando acima do povoado, na distância de 3 quilômetros, e 11 aquém da vila do Catu, a célebre Fábrica Central açucareira, pertencente a uma associação particular, de abastados lavradores. A coletoria do termo rende 2: 448\$021. Todos os terrenos são de massapê, muito férteis especialmente para a lavoura da cana, cuja produção dá excelente safra. Há muitos engenhos importantes, inclusive o denominado Catu, propriedade do Barão de Camaçari, o qual divide com a vila pelo rio e pela estrada de ferro. As viagens para cima ou para baixo são feitas por estrada de ferro, à exceção das de Santo Amaro, que é pelo Bom Jardim, que dista da vila umas 8 léguas. (AGUIAR, 1979, p. 99).

A descrição da Vila de Sant'Anna do Catu, presente no livro *Província da Bahia* (AGUIAR, 1979), faz-nos fechar os olhos e deslocarmos para o século XIX, numa viagem no tempo que ilustra um cenário onde existiam escravizados, barões, latifúndios, desigualdades e uma acirrada disputa de poder. Conhecer esse lugar e incentivar a leitura, pesquisa e apropriação sobre a história da cidade de Catu é de extrema importância para os munícipes catuenses e as regiões circunvizinhas, visto que a compreensão dos fatos históricos amplia substancialmente o entendimento da realidade na qual estamos inseridos, possibilita mensurar e contextualizar as relações de poder que ao longo do tempo foram constituindo as elites locais.

Dito isso, iniciaremos o presente capítulo, que se apresenta como uma reflexão sobre *O crime do Catu: o desaparecimento do processo e os responsáveis por este fato*, na perspectiva de instigar questionamentos e debates, sobre o contexto político e de disputas por poder no Brasil imperial: entre o Partido Liberal e Conservador, tendo como recorte espacial a vila de Sant'Anna do Catu, na província da Bahia, no período entre 1883 e 1884.

Além das questões citadas, o artigo discorrerá sobre impunidade e parcialidade jurídica em contextos de disputas políticas, no qual um dos réus tem um alto nível de influência social, política e econômica. Os principais personagens dos fatos que serão narrados foram o conservador Antônio Calmon de Araújo Góes, o barão de Camaçari (1828-1913) e o liberal Jaime Lopes Villas-Boas (1862-1900), promotor público que se demonstrou indignado com o desfecho do julgamento do barão: “A justiça deve amoldar-se às circunstâncias, o seu brilho deve ficar ofuscado pelo crime, quando nele intervierem os altos representantes dos poderes do Estado” (VILLAS-BOAS, 1886, p. 3).

Para entender a postura de indignação do promotor, faz-se necessária uma apresentação da sucessão de fatos ocorridos na noite de 22 de abril de 1884, na estrada de ferro que ligava a capital da Bahia ao Vale do Rio São Francisco, na vila de Santana do Catu, que culminaram com o assassinato do rábula Secundino Mendes Rabelo e de Francisco Maia de Carvalho. Os suspeitos foram o barão, Gracindo Pinto Ribeiro de Bulhões, escrivão de órfãos, Saturnino Alves da Silva Pereira, professor da comarca de Catu, o tenente Alexandre Luna de Araújo Góes, o escravo José, que pertencia a Alexandre Góes, e os escravizados Severino e Dionísio, propriedades do barão de Camaçari.

A disputa por poder entre conservadores e liberais para conduzir a organização da sociedade e do estado é apontada como a principal motivação para o crime. Tal disputa provoca discursos, constrói representações

e faz-nos refletir sobre a definição de política e/ou político, segundo René Rémond (2003):

O político é uma construção abstrata, mas ao mesmo tempo, é o que há de mais concreto; não tem fronteiras naturais; é referenciado comumente em relação com o poder, uma relação que se dá na sociedade global; o político ou a política é uma dimensão ampla, o político não é um domínio isolado, não tem margens, se comunica com a maioria dos domínios; existe por si mesmo, tem consciência própria e autonomia suficiente para ser uma parte da realidade distinta. (RÉMOND, 2003, p. 444).

Com base na contextualização das disputas políticas existentes no período histórico ao qual o presente capítulo se refere (1883-1884), é possível inferir que o campo político era, e ainda é, compreendido como campo de luta, espaço de ação orientada para obter influência nos negócios públicos, portanto o crime teria como mote a rivalidade, a busca incessante por poder e as desavenças políticas entre liberais e conservadores que caracterizavam os réus e os acusados.

Na próxima seção, vamos dialogar com o cenário político da cidade de Catu no século XIX, caracterizando os personagens envolvidos no crime e o posicionamento político desses indivíduos enquanto fator de motivação da rixa que culminou em assassinato. Na terceira seção, por sua vez, a ideia é descrever o crime do Catu e refletir sobre a repercussão desse episódio, na sociedade da época, uma vez que um barão no século XIX estava sendo julgado num júri popular, algo extremamente excepcional na história política do Brasil, seja no período colonial, seja no imperial ou mesmo no republicano, uma vez que a elite agrária, política e econômica sempre se manteve numa redoma de parcialidade e impunidade. Nas considerações finais, a ideia central é instigar a ampliação do debate e estudo sobre a história política catuense.

Caracterização política da Catu oitocentista

Quem foi Antônio Calmon de Araújo Góes, o barão de Camaçari?

O título de barão de Camaçari foi concedido a Antônio Calmon de Araújo Góes pelo decreto de 13 de setembro de 1871. Nascido na freguesia de São Pedro de Traripe, do Rio Fundo, no município de Santo Amaro, em 7 de março de 1828, era filho de Inocêncio Marques de Araújo Gois, o barão de Araújo Góes, e de D. Maria Joana Calmon de Aragão. O barão era um dos senhores de engenho mais ricos e poderosos na época do crime do Catu. Político e magistrado, Antônio Góes provinha de duas importantes, ricas e influentes famílias baianas, os Calmon du Pin e Almeida e os Araújo Góes.

Filiado ao Partido Conservador, pertencia a dois clãs que tinham trajetória política no Brasil e, assim como seus antecessores, este continuou a tradição familiar ocupando cargos políticos importantes, como vereador no município de Mata de São João, no quadriênio de 1873 a 1876; senador da Assembleia Constituinte da Bahia em 1891; senador do estado, de 1891 a 1902; sendo secretário do Senado em 1891 e presidente em 1895, exercendo nessa qualidade interinamente o cargo de governador, de 18 de outubro a 20 de dezembro do mesmo ano. Antônio Calmon de Araújo Góes foi, sem dúvida, um indivíduo de grande influência e poder na vila do Catu e no Brasil imperial, sendo um dos responsáveis pela manutenção de uma sociedade brasileira escravocrata, como afirma Oliveira (2015).

O major Paulino de Araújo Góes (futuro barão de São Miguel) e o capitão Joaquim Líger eram representantes de uma elite que ainda contava com nomes de peso, como Antônio Calmon de Araújo Góes (barão de Camaçari) e José Freire de Carvalho (barão de Pojuca), todos conhecidos pela forma violenta e pela resistência em aceitar que o fim da escravidão era eminente. Esses indivíduos dominavam todos os setores do poder catuense, aliados a famílias senhoriais poderosas em níveis local, provincial e até imperial. O uso do poder público em prol dos interesses escravagistas era constante entre aqueles que dependiam da mão de obra escrava, já que quase todos eram senhores de engenho (OLIVEIRA, 2015, p. 68).

Partidos Conservador e Liberal: panorama político da vila de Catu (1883-1884)

De acordo com Mattoso (1992), o surgimento do Partido Liberal e do Partido Conservador gerou acirradas disputas por controle de regiões baianas no século XIX, porque o domínio sobre a terra era também a demarcação

do poder geopolítico. Contudo, somente a elite da sociedade participava desse seleto grupo, já que, para gozar de tal prestígio, era necessário atender a alguns preceitos: o nascimento e a propriedade da terra eram passaportes indispensáveis para ingressar no restrito círculo da elite de Salvador. Mas não eram os únicos. Existiam funções (a magistratura e algumas elevadas funções do estado, por exemplo) ou condições (diploma de direito ou de medicina, por exemplo) que abriam vias de acesso a essa posição social (MATTOSO, 1992, p. 253).

Essas eram características atribuídas ao barão como homem de grande influência na elite política da Bahia, visto que apenas os homens oriundos de famílias ricas, que possuíam terras ou alguma formação acadêmica poderiam ocupar cargos públicos e conseqüentemente se tornar “donos” do poder. Desse modo, aqueles que pleiteavam participar de algum modo do governo do país por meio de cargos políticos imediatamente integravam a elite ou já faziam parte dela. Assim, tal contexto proporcionou a Antônio Calmon de Araújo Góes, barão de Camaçari (Bahia, 1828 – 1913), uma participação de destaque na política ao administrar a província da Bahia, interinamente, de 18 de outubro a 20 de dezembro de 1895, enquanto presidente do Senado estadual, durante o governo de Rodrigues Lima.

De acordo com Mattoso (1992), havia uma espécie de bipartidarismo no cenário político baiano do século XIX por meio do surgimento do Partido Liberal e do Partido Conservador. Apesar de serem dois grupos políticos diferentes, eles tinham basicamente os mesmos interesses, pois “Conservadores e liberais tentavam reforçar as oligarquias políticas que governavam o país, sem apresentar projetos de sociedade e de governo capazes de mudar o curso dos acontecimentos” (MATTOSO, 1992, p. 253).

As discussões realizadas por Mattoso (1992) são complementadas com as ideias de Graham (1999-2000). Segundo este último, a sociedade brasileira do período apresentava uma divisão entre as ideias liberais, que estavam sendo importadas da Europa, e as tradições, já estabelecidas.

De um lado, encontrava-se o conceito de cidadão, definindo como aquele indivíduo pertencente a uma comunidade de iguais, exercendo o poder político por meio de eleições. De outro, ainda aparecia a herança colonial portuguesa, em que a sociedade era vista como constituída de ordens, corporações, guildas e irmandades, assentadas umas sobre as outras ou colocadas lado a lado (GRAHAM, 1999, p. 31).

Desse modo, o fato de que apenas algumas poucas pessoas eram detentoras do poder era consequência da forma pela qual o povo enxergava a cidadania e da dependência do povo com a elite oligárquica. Com relação à maneira de perceber a cidadania, observa-se que o conceito de cidadão espalhado pelas ideias liberais que estavam chegando ao Brasil diferia da realidade do país, que tinha na constituição de 1824, vigente na época, uma sociedade baseada na exclusão e na desigualdade, refletindo isso no modo pelo qual a sociedade estava estruturada na realidade, pois “os brasileiros tomavam por certo que se poderia distinguir as pessoas de acordo com a ordem, escala ou categoria na qual [estavam] colocadas dentro da sociedade” (GRAHAM, 1999, p. 33).

O segundo fator que permitia a manutenção do poder com a elite era que alguns homens livres, fossem brancos, fossem não brancos, eram proibidos de ser candidatos, mas poderiam votar. Porém, a dependência que o povo tinha com os proprietários de terra da região possibilitava que, os donos de terra, dominassem os menos favorecidos. Eles eram os verdadeiros cidadãos. Para manter o controle sobre os outros, eles se apoiavam nas técnicas do paternalismo e da força testadas pelo tempo. Votar podia ser permitido porque os resultados podiam ser manipulados (GRAHAM, 1999, p. 44).

De acordo com as circunstâncias e o contexto histórico em que se deu o crime, é plausível conceber a ideia de que Antônio Calmon de Araújo Góes e os demais réus muito possivelmente foram responsáveis pelo atentado, já que existiam questões como desavenças pessoais, dependência, brigas e principalmente questões políticas que fortaleciam tal fato. Para tanto, é necessário relembrar que na época existia o revezamento do poder entre o Partido Liberal, partido com membros da acusação do crime, e o Partido Conservador, com membros que são réus do crime, por isso o fato também representou a disputa de interesses políticos, uma vez que réus afirmaram possuir desavenças com as vítimas em seus depoimentos, como confirma Gracindo Bulhões:

Perguntado se ele interrogado era inimigo de Francisco Maia de Carvalho, Secundino Mendes Rabelo e José Américo da Silva Freire? Respondeu que com José Américo não tinha indisposição alguma [...] que com Francisco Maia de Carvalho tinha ressentimentos por não lhe querer pagar ao custam que lhe eram devidos e também pela caixa que contra mesmo deu pelo crime de calúnia, sendo porem lhe interrogado com o dito Carvalho se conciliado, digo, não

se conciliado acerca das custas quanto ao pagamento [...], finalmente que não tinha ódio ele e sim nojo de Secundino Mendes Rebello, com o qual não queria relações, para evitar extorsões ou exigências de dinheiro, dados ou emprestados [...]. (AUTO..., 1884, p. 629-630).

Como atendia a todos os requisitos exigidos pela nobreza, o barão de Camaçari fazia parte de um dos mais importantes grupos da elite baiana do século XIX. Com ele, outras pessoas que também pertenciam ao Partido Conservador faziam parte desse grupo e governaram por certo tempo. Contudo, para manter-se no poder, a elite precisava manter uma boa imagem e reputação; além disso, o imperador precisava de representantes que o auxiliasse a administrar as províncias e comarcas. O barão era quem representava o imperador na comarca do Catu, então não era interessante que este fosse acusado, nem sequer citado, como mandante de um crime, pois isto desonraria a imagem do Império.

Além de representar a elite, o próprio status social do barão já conferia a este a impunidade. Isso porque, de acordo com a Constituição de 1824, a vigente na época, os cidadãos eram desiguais perante a lei. Portanto, a sociedade era hierarquizada, a camada mais alta era a mais privilegiada, e, como esta era a que integrava a elite, conseqüentemente seus indivíduos possuíam status de cidadão perante a lei. Sua origem determinava seu status, o status definia seu papel político, e este conferia um olhar diferente da Justiça ao indivíduo, acarretando impunidade, sendo os não cidadãos aqueles que provinham de classes mais baixas.

É importante frisar que, no caso do crime do Catu, há uma dualidade relacionada à disputa de poder pelo Partido Liberal, pois a condenação do barão manteria seus filiados no poder, mas ao mesmo tempo mancharia a reputação destes, já que Antônio Calmon era um forte membro da elite do local e até mesmo os liberais eram representados por ele, justamente por ele ser da elite. Na seção seguinte, vamos fazer um breve relato sobre o crime do Catu pontuando aspectos relevantes para a análise a que se propõe o presente capítulo.

Um breve relato do crime do Catu

O crime que envolveu o barão de Camaçari, “ilustre” figura no cenário político baiano do século XIX, ganhou destaque nos jornais da época e, quando não parecia ter resolução jurídica, tornou-se um livro intitulado

O crime do Catu: o desaparecimento do processo do Catu e os responsáveis por este fato (1886), de autoria de Jaime Lopes Villas-Boas, que foi um dos promotores do caso. No livro, o autor busca narrar como aconteceu o julgamento e quais foram as estratégias utilizadas para que houvesse a absolvição dos réus, mesmo com várias evidências de culpa.

Inicialmente vamos identificar a posição social dos envolvidos no caso: Francisco Maia de Carvalho, irmão do cônsul português na Bahia, era integrante do grupo de oposição ao Partido Conservador na vila do Catu; o rábula²² Secundino Mendes Rabelo, inimigo político do barão de Camaçari, que atuava como advogado, mas não tinha formação em Direito; e José Américo da Silva Freire, a única vítima sobrevivente do crime, desafeto do barão de Camaçari. Os réus, por sua vez, integravam a elite política local, e os demais eram escravizados destes.

Cabe aqui um parêntese sobre o rábula citado, uma vez que a sua formação e característica autodidata, enquanto conhecedor das leis, tornava-o potencialmente um indivíduo politicamente ativo, no cenário do Brasil imperial, polarizado entre liberais e conservadores. Sua presença na vila de Catu e as relações ásperas entre liberais e conservadores dão conta de um contexto no qual a disputa política que determinava a supremacia de ideias e os donos do poder, em âmbito regional e nacional, passava por uma imposição local na vila de Catu, ou seja, do ponto de vista político, a vila era extremamente importante, visto que o próprio barão de Camaçari, acusado de ser mandante do crime, ocupou cargos políticos de destaque como presidente do Senado estadual e administrador interino da província da Bahia.

Antes de ocorrer o episódio conhecido como “crime do Catu”, os réus mais poderosos e as vítimas possuíam um histórico de inimizades políticas e outros casos de tentativas de homicídio uns com os outros. Como já relatado, a figura mais importante do crime é Antônio Calmon de Araújo Góes. O crime aqui descrito foi amplamente divulgado na imprensa local e nacional, e tais registros e os impactos desse alcance para a sociedade brasileira no período imperial serão alvo de futuras pesquisas que se debruçarão para discutir o contexto político na província da Bahia, sobretudo na vila de Catu, tendo como ponto de partida o crime do Catu e a sua repercussão nos periódicos da época mencionada (1882-1884).

²² Indivíduo que, mesmo não tendo a formação de bacharel em Direito, atuava como advogado, situação que era legalmente permitida, visto que eram poucos bacharéis em Direito no Brasil durante o século XIX e o início do século XX.

Segundo o barão de Camaçari, no momento do crime, ele estaria em sua casa com o tenente Alexandre Luna de Araújo Góes, Gracindo Pinto Ribeiro de Bulhões e Saturnino Alves da Silva Pereira. O barão de Camaçari admite que teria motivos para assassinar as vítimas, a exemplo de desentendimentos políticos e pessoais, como disposto: “[...] apenas o de nome Secundino era seu adversário político, e que em relação a Francisco Maia de Carvalho ali se interessou por ele, a fim de chegar a um acordo com seus cunhados em questões pendentes no fórum desta Vila” (INTERROGATÓRIO..., 1886, p. 716).

Quanto aos escravizados que foram acusados de terem executado o crime, este informa que seu feitor, homem de sua confiança, teria garantido que todos os seus escravizados estavam em seu engenho até aproximadamente as 22h fazendo farinha, algo estranho e que a princípio já levanta suspeitas sobre a sua veracidade; e que Dionísio, escravo e réu do crime, teria fugido do engenho porque ficou com medo do feitor torturá-lo devido a um erro que ele cometera na plantação, o que já evidencia o aspecto de violência que está associado ao barão, que por sua vez sempre reforça a ideia de que não autorizou nem ordenou ninguém a matar as vítimas e que “somente atribuía a [denúncia a] perseguições patéticas e que era incapaz de praticar atentados desta ordem, e incompatível com o seu caráter” (INTERROGATÓRIO..., 1886, p. 715).

No interrogatório do barão, ele menciona o fato de sofrer perseguições. Mas cabe aqui uma reflexão para contextualizar a fala de Antônio Calmon de Araújo Góes, o barão de Camaçari. Que tipo de perseguição um barão podia sofrer no cenário do Brasil imperial, no qual o poder político, econômico e social estava concentrado com a elite, da qual o barão fazia parte? É possível inferir que a referida perseguição se trata de estratégia para fugir da acusação de participação no crime do Catu e criar uma imagem de vítima, no que se refere a sua posição naquela sociedade e até mesmo na acirrada polarização entre liberais e conservadores.

Por sua vez, José Américo da Silva Freire, a única vítima sobrevivente do crime, contou que ele e seus companheiros, Francisco Maia de Carvalho e Secundino Mendes Rabelo, teriam sido abordados na noite de 22 de abril de 1884 em um trecho de uma estrada de ferro do termo da vila do Catu localizado nas imediações do engenho Camaçari. Para ele, as vítimas foram atacadas de surpresa por um grupo com cerca de dez homens, que os agrediram com pauladas e cacetadas, e Freire desconfiava que alguns destes eram

escravizados do barão de Camaçari e que esse barão, por motivos pessoais e jurídicos, os teria ordenado. No auto de perguntas realizado com José Américo da Silva Freire, pode-se perceber claramente essas afirmações:

Perguntado mais pela autoridade se ele ofendido conheces quem foram os ofensores? Respondeu que tem convicção que os que agrediram e espancaram são escravizados do Excelentíssimo Barão de Camaçari e julga que os mais eram escravizados do mesmo Barão: que as seis horas da manhã quando vinha para esta Vila encontrou-se com Inocêncio José de Moura e Maria de tal que vendo ele ofendido ensanguentado perguntou o que era aquilo, ao que ele respondeu que tinham sido uns negros que o espancaram e mataram a Secundino e Carvalho respondendo isso [ilegível]=já sei. Perguntado mais se ele ofendido atribuía esta agressão a espontaneidade dos escravizados ou se foi a mandado de alguém? Respondeu que não sabe, mas que tem para si ser desafeto Excelentíssimo Senhor Barão de Camaçari assim como Secundino e [ilegível] Maia de Carvalho, em vista de correspondências e questões jurídicas. (AUTO..., 1886a, p. 76).

Além da versão apresentada pelos réus, Carvalho Júnior (2000), descendente de Cícero Dantas Martins, o barão de Jeremoabo e amigo do barão de Camaçari, apresenta em sua dissertação um fragmento do relato do crime na perspectiva do barão de Jeremoabo. Ele afirma que Cícero Dantas estava de viagem para uma eleição na qual se candidataria, porém o crime o obrigou a retornar para o Recôncavo Baiano.

[...] antes disso, ocorreu um fato que o obrigou a permanecer no Recôncavo até o princípio de agosto. Este foi fruto da animosidade política entre os partidos que se aproveitavam de problemas pessoais para derrubar seus adversários. O fato refere-se a um crime que aconteceu no município de Catu envolvendo o conservador Barão de Camaçari. [...] Havia em Santana do Catu um português de nome Manoel Maia de Carvalho, e que, desafeto pessoal do barão de Camaçari, andava em altas vozes e por todos os modos e lugares a denegrir a reputação do titular. Um cunhado de Camaçari, a revelia deste, delibera castigar com uma roda de pau o lusitano. E no dia 22 de abril de 1884, de 10 para as 11 horas da noite, entre os quilômetros 89 e 90 da estrada de ferro, regressando Maia do engenho Sapé, em companhia do rábula Secundino e de José Américo da Silva Freire, é inopinadamente agredido. Maia reage, mata um dos agressores e trava-se

então terrível luta, da qual saem sem vida o agredido, mais outros dos agressores, além dos feridos gravemente. Corre célere a notícia do crime e a política entra em ação. Camaçari era conservador. Estava no poder a situação liberal e na presidência da província o desembargador João Rodrigues Chaves. O chefe de polícia vai a Catu, procede ao exame de corpo delicto, instaura o inquérito e a política adversa atira-se contra o barão de Camaçari, apontando-o como mandante do crime e tudo fazendo para desmoralizá-lo, e levá-lo ao cárcere. (CARVALHO JÚNIOR, 2000, p. 100).

Mesmo diante do cenário descrito, os réus representados na figura do barão de Camaçari foram levados a júri em função da acirrada disputa política existente na Vila de Sant'Anna do Catu e na província da Bahia como um todo. Como afirma o promotor Jaime Villas-Boas, a “vila do Catu representava um verdadeiro campo de guerra entre o poder público e a prepotência de alguns criminosos; era a luta da iniquidade contra o direito, o pugilato do crime contra a justiça” (VILLAS-BOAS, 1886, p. 15-16).

Porém, mesmo com todos os indícios que levam à culpa dos réus, estes foram absolvidos. O poder do barão certamente favoreceu a sua impunidade, que foi caracterizada pela presença de testemunhas que possuíam laços de dependência com o barão; um clima de guerra foi instaurado; e o processo foi subtraído, simplesmente desapareceu. Ainda que os réus tenham reconhecido que tinham motivos para cometer o crime, foram absolvidos e seguiram exercendo cargo público, como relata o promotor Jaime Villas-Boas, que foi punido com remoção, não por representar a Justiça, mas por personificar os anseios de poder do Partido liberal na vila de Sant'Anna do Catu.

Não obstante a evidência da culpabilidade dos réus, não lhe foi vedado o exercício dos cargos públicos, que anteriormente ocupavam, e cuja responsabilidade não poderá ser devidamente por eles compreendida, a importante função do cargo de juiz de paz são atualmente exercidas na vila do [Catu pelo Barão de Camaçari! [...] O Barão de Camaçari, o tabelião Bulhões e o professor Saturnino são os estereótipos dos funcionários, conforme os escrupulosos interesses da justiça; aquele que era incompatível com esses elevados interesses era o promotor público, e por esta razão foi determinada a sua demissão. (VILLAS-BOAS, 1886, p. 51).

A ideia de impunidade e disputa de poder que envolve o crime do Catu revela as relações sociais que caracterizavam o século XIX e que, em certa medida, não se encontram tão distantes do século XXI. Aqui cabe uma reflexão do leitor sobre as relações políticas e jurídicas que constituem o cenário brasileiro nos últimos 21 anos (2001-2022). As leis e suas aplicações deparam-se com exceções forjadas, quando os protagonistas dos fatos históricos estão entre as pessoas que detêm o poder e ditam as regras de convivência. No decorrer da História, a distância entre os interesses políticos e a aplicação do Direito é uma linha tênue, muitas vezes imperceptível, que corrobora a efetiva perpetuação de poder, não importando os meios utilizados para se alcançar a finalidade desejada.

Considerações finais

O presente capítulo tem a perspectiva de colaborar para reflexões contemporâneas relacionadas à cidade de Catu, tendo como ponto de partida o estudo do caso do crime do Catu, a caracterização sociocultural e as relações de poder, que certamente não ficaram adormecidas no século XIX. Discutir a política local tendo como suporte fatos históricos, como os que aqui foram relatados, favorece uma melhor compreensão e ampliação das possibilidades de concretização de aprendizagens significativas.

Com as análises das fontes, foi possível observar que as versões dos fatos variam de acordo com os interesses políticos e pessoais de cada envolvido na trama. Além disso, o poder aquisitivo é muito importante para que se tenha domínio sobre algo e as decisões ocorram de forma a favorecer os mais abastados, portanto o poderio econômico determinava e, em certa medida, continua determinando a cidadania, que confere o status social. Assim também verificamos que a justiça e a impunidade estão relacionadas à legitimidade da cidadania e às vontades de quem detêm o poder, e que as pessoas que são das classes menos favorecidas acabam se subjugando às elites por serem dependentes dela.

A impunidade é uma questão que atravessa a história do Brasil, estando presente até os dias atuais. A Justiça deixa-se influenciar pelas relações de poder, e a sociedade acabou naturalizando a impunidade, debatendo e discutindo sobre o tema, mas encarando-a como aceitável, uma espécie de determinismo que faz o sujeito desenvolver habilidades para conviver, e torna-se pacífico diante das constantes parcialidades arraigadas no seio social.

Referências

AGUIAR, Durval Vieira de. *Província da Bahia*. 2. ed. (1. ed. 1888). Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

Auto de perguntas realizado ao ofendido José Américo da Silva Freire. Centro de Documentação e Pesquisa (Cedoc), sediado no Instituto Federal Baiano, Campus Catu. Sumário de Culpa - Réus: Barão de Camaçari e outros. Catu, 1886a. v. 3, p. 75-77.

Auto de perguntas realizado ao réu Gracindo Pinto Ribeiro de Bulhões. Centro de Documentação e Pesquisa (Cedoc), sediado no Instituto Federal Baiano, Campus Catu. Sumário de Culpa - Réus: Barão de Camaçari e outros. Catu, 1884. v. 2, p. 629-630.

BULÇÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. A família Bulção da Bahia. *Revista Genealógica Brasileira*, São Paulo, ano 1, v. 2, p. 349-376, 1940.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro P. Dantas de. *Cícero Dantas Martins - de barão a coronel: trajetória política de um líder conservador na Bahia 1838-1903*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

GRAHAM, Richard. Cor e cidadania no Brasil escravocrata. *Maracanan*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 31-55, 1999.

Interrogatório do réu barão de Camaçari. Centro de Documentação e Pesquisa (Cedoc), sediado no Instituto Federal Baiano, Campus Catu. Sumário de Culpa - Réus: Barão de Camaçari e outros. Catu, 1886. v. 2, p. 715.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no império*. Tradução de Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. *A imperial Vila de Santana do Catu: histórias de uma comunidade escravista no recôncavo baiano*. Salvador: Quarteto, 2015.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

VILLAS-BOAS, Jayme Lopes. *O crime do Catu: o desaparecimento do processo e os responsáveis por este fato*. Salvador: Imprensa Popular, 1886.

OS MAPAS TAMBÉM FALAM: A PLANTA TOPOGRÁFICA DA FREGUEZIA E MUNICÍPIO DE SANTA ANNA DO CATÚ DA COMARCA DE ALAGOINHAS (PROVÍNCIA DA BAHIA, 1888)

Adriana Andrade Arnaut

José Gomes dos Santos

Paulo Márcio Leal de Menezes

Introdução

A representação cartográfica marca presença em todos os momentos da história como expressão humana para a reprodução do espaço. Os mapas são uma forma de comunicação que pode apresentar, ao mesmo tempo, um conjunto de símbolos incomparáveis (imagéticos, linguísticos, numéricos e temporais), além de uma forma de conhecer o espaço (HARLEY, 2009). As descrições, textuais e/ou ilustrativas, contidas nos mapas antigos remetem-nos a um cenário pretérito, do qual podemos extrair e decodificar elementos existentes outrora no território, porventura, apagados pelo tempo.

Raros são os documentos cartográficos que retratam o interior da Bahia, numa escala de detalhe, desde a colonização portuguesa até a segunda metade do século XIX. O grau reduzido de informações na cartografia do interior da província da Bahia sofreu transformações, à medida que vilas ou cidades começavam a se destacar economicamente. Este foi o caso de Santana do Catu, com sua ascensão como vila pela Lei Provincial nº 1.053, de 26 de junho de 1868, reconhecida no ano de 1877 pelo presidente da província da Bahia (BAHIA, 1877).

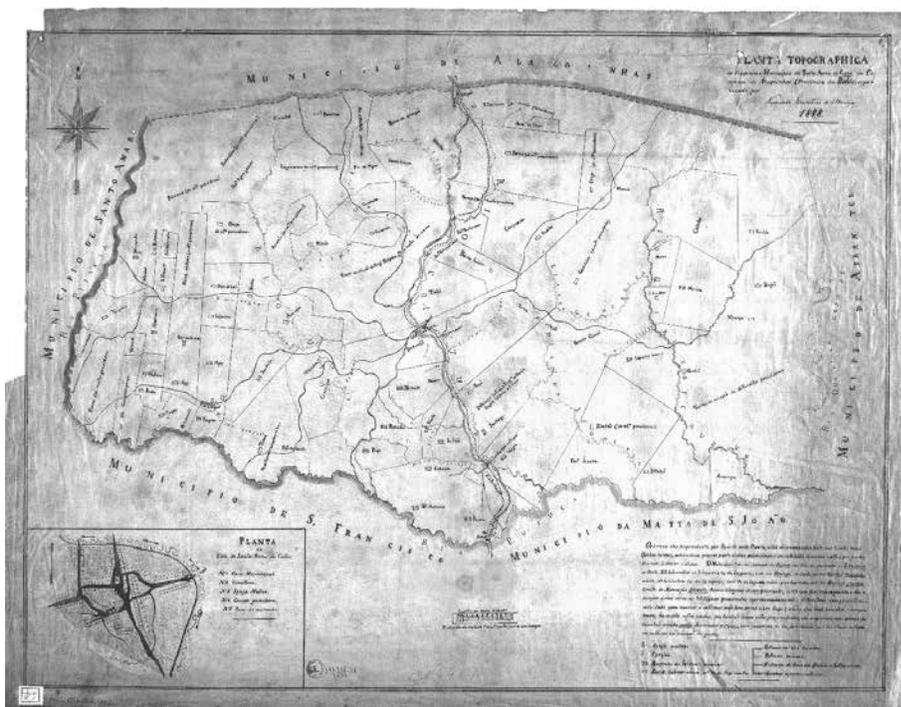
Posto isso, este capítulo objetiva apresentar os elementos descritivos do primeiro documento cartográfico que retrata o município de Santana do Catu em sua amplitude, com melhor detalhamento territorial de que se tem notícia, organizado no ano de 1888.

Trata-se da *Planta Topographica da Freguezia e Municipio de Santa Anna do Catú da Comarca de Alagoinhas (Provincia da Bahia)*, idealizada por Nemezio Quintino de Meneses, no período de transição da economia açucareira baiana, em que muitos engenhos deixaram de produzir açúcar e seus derivados e o trabalho escravo passou a ser substituído pela mão de obra livre e assalariada.

A planta topográfica de Santana do Catu

No fim do século XIX, a Bahia atravessava a crise açucareira, motivada pela concorrência do mercado açucareiro internacional, o que promoveu a queda do valor do açúcar no exterior, além de questões concernentes à falta de mão de obra, em consequência da suspensão do tráfico de escravizados (HEROLD, 2009; MATTOSO, 1992). Em 1888, ano oficial da abolição da escravatura, eis que surge um documento cartográfico do município de Santana do Catu, o qual cobre toda extensão territorial, com riqueza na representação gráfica e textual, denominado *Planta Topographica da Freguezia e Municipio de Santa Anna do Catú da Comarca de Alagoinhas (Provincia da Bahia)* (Figura 1). Organizado por Nemezio Quintino de Meneses, a “planta” foi desenhada numa folha de dimensões 86,5 cm de largura por 65 cm de altura, em pintura aquarelada, e faz parte do acervo histórico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Figura 1 – Planta Topographica da Freguezia e Municipio de Santa Anna do Catú da Comarca de Alagoinhas (Provincia da Bahia)

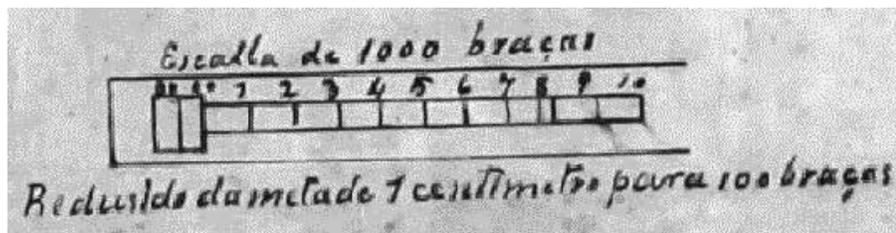


Fonte: Meneses (1888)

Simbologia cartográfica: significados, técnicas e instrumentos de cálculo e conversão

Como elementos geométricos cartográficos, a planta é orientada pelo norte; e a escala gráfica, que fornece a relação entre a distância real e a distância no desenho representada por uma régua com divisões, é expressa em 1.000 braças (Figura 2). A braça é uma unidade de medida que “remonta ao tempo dos primeiros trabalhos da colonização portuguesa [sic] no Brasil, difundiu-se e propagou-se continuamente no país” (IBGE, 1948, p. 9). Procurou-se interpretar a informação textual contida na escala gráfica, na qual cada divisão (porção principal ou talão) seria “Reduzido da metade 1 centímetro para 100 braças”²³, ou seja, 0,5 cm (desenho) = 100 braças = 220 m (real), considerando que 1 braça = 2,20 m. Logo, chegamos ao cálculo aproximado para a escala numérica da planta correspondendo a 1:44.000.

²³ No original: “Redusido [sic] da metade 1 centimetro [sic] para 100 braças”.

Figura 2 – Escala gráfica da *Planta Topographica...*

Fonte: Meneses (1888)

Descodificando a informação (I): notas explicativas

As notas explicativas apresentam descritivo do espaço geográfico do município, trazendo a informação de que, em algumas propriedades, “encontram ainda **matos** chamados **virgens**, com madeiras de lei, prestando-se o território a todas as culturas e a criação de gado”²⁴ (MENESES, 1888, s/p, grifo do autor).

Vianna (1893) enfatiza que os habitantes de Santana do Catu trabalhavam na lavoura de cana, enquanto outros se ocupavam da criação. Sabe-se que no fim do século XIX as atividades econômicas existentes em Santana do Catu eram voltadas ao cultivo de fumo, mandioca e cana-de-açúcar, além da criação de bovino e extrativismo vegetal, conforme referido no trecho descritivo sobre o município de “Sant’Anna do Catú”, presente no *Almanak do Estado da Bahia...* (REIS, 1899, p. 603):

Em geral, o seu terreno é bom, pois que aí encontram-se abundantes madeiras de construção e desenvolvidas as culturas do fumo, mandioca e da cana-de-açúcar. As pastagens são também boas. A criação do gado é regular, mas espera-se que seja em pouco tempo muito melhorada [...].²⁵

Ainda nas notas explicativas, há indicações de medidas em léguas e quilômetros a respeito do território. Vale ressaltar que légua é uma medida de comprimento e itinerário equivalente a 6,6 km no período colonial brasileiro (COSTA, 1994).

²⁴ No original: “encontrão [sic] ainda **matos** [sic] chamados **virgens**, com madeiras de lei, prestando-se o território [sic] a todas as culturas e a criação de gado”.

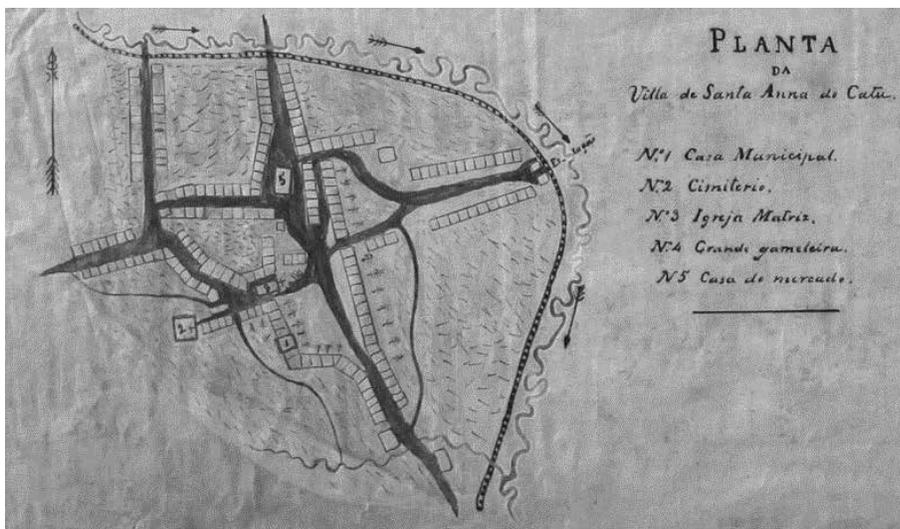
²⁵ No original: “Em geral, o seu terreno é bom, pois que ahi [sic] encontram-se abundantes madeiras de construção e desenvolvidas as culturas do fumo, mandioca e da canna [sic] do [sic] assucar [sic]. As pastagens são também boas [sic]. A criação [sic] do gado é regular, mas espera-se que seja em pouco tempo muito melhorada”.

Descodificando a informação (II): encarte

O encarte consiste na “Representação de uma área pequena numa escala grande (ex: encarte de uma planta urbana), ou de uma área grande numa escala pequena (ex: encarte de orientação)” (OLIVEIRA, 1993, p. 176).

Intitulado de “Planta da Villa de Santa Anna do Catú” (Figura 3), o encarte traz a representação ampliada dos arruamentos da Vila com suas principais referências. A saber: “Casa Municipal”, “Cimiterio” [sic], “Igreja Matriz”, “Grande gameleira” e “Casa do mercado”. Além disto, apresenta a visualização do Rio Catú e o sentido do seu fluxo, acompanhado o perímetro da Vila, bem como a estrada de ferro e a estação.

Figura 3 – Encarte contendo a “Planta da Villa de Santa Anna do Catú”



Fonte: Meneses (1888)

Rehem (2010) enfatiza que a vila deveria ser dotada de algumas edificações, as quais constituíam o seu patrimônio público e representavam a autonomia municipal. De acordo com o artigo 167 da Constituição Política do Império do Brasil de 1824 (BRASIL, 1824), toda cidade e vila deveria possuir a Câmara. No encarte (Figura 3), encontramos a representação da Câmara com o topônimo “Casa Municipal”.

Das edificações sinalizadas no encarte, apenas o cemitério, a igreja Matriz e a estação ferroviária fazem parte da paisagem atual da cidade de Catu.

Descodificando a informação (III): toponímia

Entre os elementos representados em um documento cartográfico, pode-se encontrar os topônimos ou nomes de lugares. A toponímia é produto das relações sociais com o espaço ocupado, e tais denominações podem ser reconhecidas como o “batismo dos lugares” (CLAVAL, 2007, p. 201).

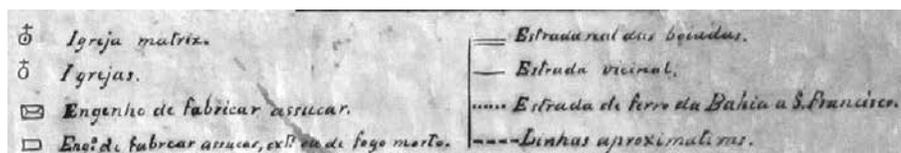
O município de Santana do Catu carrega em sua bagagem identitária traços culturais de povos que habitaram esse território. Isto é refletido no nome de batismo do município, o qual apresentava herança portuguesa e indígena. Arnaut, Santos e Menezes (2022, no prelo) enfatizam que no processo de “colonização portuguesa era frequente o uso de nomes de cunho religioso às denominações dos lugares, como foi o caso de Santana do Catu, onde a capela que originou a freguesia homenageava Santa Anna/Sant’Anna/Santana”. Os autores ainda referem que a denominação “catu” é proveniente da língua indígena tupi e significa “bom, são, conservado” (BARBOSA, 1951, p. 46). Embora marcas culturais portuguesa e indígena sejam mais frequentes nos nomes geográficos catuenses, a cultura africana também se mostra presente entre os topônimos de Santana do Catu, porém de maneira mais discreta (ARNAUT; SANTOS; MENEZES, 2022).

A planta de Santana do Catu traz em seu conteúdo densa toponímia, identificando os nomes de cursos d’água, estradas principais, igrejas, engenhos, fazendas e outras localidades, revelando aspectos de natureza física e humana daquele território. Encontram-se marcas do colonizador português, por meio da língua de origem, na maior parte das denominações existentes no documento cartográfico. Assim como muitos topônimos estão ligados a elementos da natureza, especificamente aos vegetais, possivelmente existentes na flora do referido território.

Descodificando a informação (IV): legenda de símbolos

A semiologia gráfica pode ser traduzida mediante a legenda de símbolos (Figura 4) existente na representação cartográfica.

Figura 4 – Legenda de símbolos



Fonte: Meneses (1888)

Destaca-se o termo “linhas aproximativas”, pelo fato de representar incerteza na divisa municipal de Santana do Catu, nomeadamente a que apresenta simbologia linear tracejada no Rio Quiricó Grande, limite com o município de Alagoinhas e parte do Rio Pitanga.

Como representação gráfica, o documento cartográfico em enfoque mostra a localização da sede da vila, povoados, igrejas, vias de circulação (Estrada Real das Boiadas, estrada vicinal e estrada de ferro), engenhos de açúcar (ativo e extinto ou de fogo morto), limites de propriedades rurais, divisa municipal e cursos d’água. Todos esses elementos de representação são acompanhados de toponímia.

Alguns elementos simbolizados na planta denotam a importância de Santana do Catu no cenário da província da Bahia, no caso das vias de circulação, engenhos e usina.

Povoados e vila

Povoado consiste em lugar habitado (PINTO, 1832), e na representação cartográfica encontramos os povoados de “Sítio-novo”, “Pujuca” e a “Céde da Villa”, todos cortados pela estrada de ferro. Contudo, o povoado de São Miguel (atual Bela Flor) situa-se mais a oeste do município de Santana do Catu, nas cercanias do Engenho “Apy”.

Igrejas

Na planta, localiza-se o símbolo de igreja, que porventura pode se tratar de capela, nas proximidades dos Engenhos “Panellas”, “Mucambo”, “Brotas” e “Cassarangongo”. Segundo Azevedo (2009, p. 109), “nos séculos XVII e XVIII as capelas eram presença praticamente obrigatória na paisagem dos engenhos, no século XIX elas escasseiam”. Já as igrejas de São Miguel, Sítio Novo e Pojuca encontram-se nos respectivos povoados com as mesmas denominações. A igreja Matriz (Igreja de Nossa Senhora Santana do Catu), um dos marcos de formação do município, está localizada na Vila.

Vias de circulação

Percussora das vias de circulação da região, no que antecede o século XIX, a Estrada Real das Boiadas percorria o território catuense, seguindo o curso do Rio Catú, e por ela transitava o gado vindo da região do Rio São Francisco

a Cidade da Bahia (S. Salvador), além de dar vazão à produção das propriedades para comercialização em feiras da região e da capital da Bahia. A Estrada das Boiadas eram antigos caminhos abertos pela passagem das boiadas, carros de boi ou animais de montaria e servia como via de circulação de mercadorias e pessoas (MATTOSO, 1992). Freire (1906) referia que, por volta do início do século XVIII, a Estrada de [das] Boiadas passava por Pojuca, continuava pela margem do Rio Pojuca, assim como na borda do Rio Catú, enfatizando que esta região já estava bem povoada, possuindo lavoura de cana-de-açúcar, fumo e cereais. O traçado da referida estrada, atravessando o território catuense longitudinalmente, pode ser visualizado na planta. Ademais, encontra-se no documento cartográfico a representação das estradas vicinais, que eram acessos secundários, ligando as propriedades do território catuense à Estrada Real das Boiadas, para trânsito dentro do município.

Em 1863, foi implantada a seção da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco (*Bahia and San Francisco Railway*), conectando o povoado de Pojuca à Vila de Santo Antônio das Alagoinhas (atual cidade de Alagoinhas), passando pela Vila de Santana do Catu, fato que possibilitou que o transporte de mercadorias (açúcar, fumo, café, algodão, legumes e cereais) para o mercado de Salvador, o qual antes era feito pelas vias tradicionais, fosse agora mais rápido (MATTOSO, 1992). A este propósito, Lima (2016) recorda que a estrada de ferro atravessou o interior baiano, cruzando vilas e povoados economicamente relevantes, em sua maior parte com engenhos, criação de gados e atividade fumageira. No município de Santana do Catu, foram instaladas três estações, as quais são visíveis no documento cartográfico em apreço: no povoado de Pojuca, na Vila de Santana do Catu e no povoado de Sítio Novo. De acordo com Lima (2016, p. 7), a chegada “dos trilhos em território catuense potencializou o crescimento econômico da região. Ocorreu um incremento nas relações comerciais com a presença de comerciantes vindo de outras regiões”. Vale destacar que, conforme Freire (1906), a estrada de ferro seguia a mesma direção da velha estrada dos sertanejos, referindo-se à Estrada Real das Boiadas.

Fazendas, engenhos e usina

Até o século XIX, a economia de Santana do Catu estava centrada no plantio de cana-de-açúcar, para a produção de açúcar e aguardente, além do cultivo de mandioca, fumo e algodão, bem como na criação de gado. De acordo com Azevedo (2011), o gado fazia parte da cadeia produtiva do engenho, sendo a força motora e de tração, além de servir de alimento para os senhores de engenho e seus familiares.

Segundo Vianna (1893), a ocupação de Santana de Catu por muitos engenhos deu-se em virtude da presença de terrenos com solo massapê, próprio para o cultivo de cana-de-açúcar. O autor ainda refere que, no fim do século XIX, apenas alguns engenhos trabalhavam — um possuía alambique —; e, no povoado de Pojuca, existia uma fábrica central. Estas informações podem ser visualizadas no documento cartográfico apresentado, no qual há registro de 22 engenhos ativos, 37 extintos ou de “fogo morto” e 1 usina. Nota-se a presença de um grande quantitativo de engenhos extintos ou de “fogo morto”, termo utilizado para os engenhos que deixaram de produzir açúcar. Para além, encontram-se outras propriedades, as quais são delimitadas por uma “linha verde”, conforme informação nas notas do documento cartográfico. A saber: 8 propriedades com nomenclatura de fazenda, 7 denominadas de “terras de muitos possuidores” e 11 registros de terrenos contendo, apenas, o nome do lugar — toponímia.

Santana do Catu experimentou as mudanças dos processos industriais da economia açucareira com a instalação da Fábrica Central de Pojuca. Essa fábrica entrou em atividade em 1880, no povoado de Pojuca, e consistia numa usina para produzir e vender açúcar e outros derivados da cana-de-açúcar, como aguardente e líquidos alcoólicos (BRASIL, 1882). Rodrigues e Ross (2020) ressaltam que a transição tecnológica no fabrico dos derivados da cana-de-açúcar demandou, também, a mudança dos meios de transporte, isto porque a produção nos engenhos centrais e usinas requeria um deslocamento mais rápido da cana para a moagem, assim a proximidade da ferrovia facilitava o processo. Na planta, observa-se que a fábrica está localizada no bordo da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, entre o Riacho “Caboculo” e o Rio Catú.

Divisa municipal

Na planta apresentada, o município de Santana do Catu confronta a norte com o município de Alagoinhas, a sul com o Rio Pojuca, a leste com o Rio Quiricó Grande e a oeste com o Rio Pitanga. Cabe destacar que, na época de elaboração do documento cartográfico, o Rio Pojuca separava o município de Santana do Catu dos municípios de São Francisco e da Mata de São João; o Rio Quiricó Grande, do município de Abrantes; e o Rio Pitanga, do município de Santo Amaro.

Cursos d'água

A planta do município de Santana do Catu tem representada uma densa rede hidrográfica, sendo os principais rios Pitanga, Una, Catú, Quiricó Pequeno, Quiricó Grande e Pojuca. Além dos referidos rios, o território é banhado por outros afluentes e muitos riachos, totalizando 25 cursos d'água identificados pela toponímia e 9 sem denominação.

A rede hidrografia revela-se um elemento de suma importância para o território catuense. O posicionamento da Vila de Santana do Catu às margens do Rio Catú, rio que dá nome à localidade, remonta para a dinâmica de ocupação colonial, marcada sempre pela busca dos cursos d'água. Ainda assim, pode-se observar na planta a instalação de engenhos nas proximidades de rios e riachos, ratificando o dito por Azevedo (2009, p. 72-73): “[...] a localização dos engenhos estava ligada à existência de certos recursos naturais, como solos férteis, [...] riachos perenes para instalação de rodas d'água ou pasto para os engenhos movidos por animais”.

Considerações finais

Por meio dos documentos cartográficos, torna-se possível o resgate da memória de um lugar efetuando uma correspondência com os elementos cartografados. A *Planta Topographica da Freguezia e Municipio de Santa Anna do Catú da Comarca de Alagoinhas (Provincia da Bahia)* remete-nos ao território catuense de 1888, passado ao plano pela pena e perspectiva do seu autor. Essa era uma época em que a economia do município se concentrava na agropecuária, sobretudo no plantio de cana para a fabricação do açúcar. Os elementos de representação existentes na referida planta retratam a organização do espaço, com suas vias de circulação, cursos d'água, povoados, igrejas, engenhos e fazendas, assim como refletem a identidade cultural desse território, por meio da toponímia. Em síntese, revelam-nos alguns dos traços matriciais do território que, sendo complementados com outros documentos históricos e antigos, mas também atuais (documentos que podem ser de mapa ou de texto), permitem-nos perceber e aceder aos elementos que individualizam a raiz da terra e das suas gentes, numa dialética de espaço-tempo.

Referências

ARNAUT, Adriana Andrade; SANTOS, José Gomes dos; MENEZES, Paulo Márcio Leal de. Desde os antigos engenhos de fabricar açúcar: marcas toponímicas nas fazendas do território catuense. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, 2022. no prelo.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Engenhos do Recôncavo Baiano*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat7_EngenhosReconcavoBaiano_m.pdf. Acesso em: 6 nov. 2021.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Recôncavo: território, urbanização e arquitetura. In: CAROSO, C.; TAVARES, F.; PEREIRA, C. (org.). *Baía de todos os santos: aspectos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 205-253.

BAHIA. Presidente da Província (1875-1877 - Luiz Antonio da Silva Nunes). *Relatorio com que ao Illm. e Exm. Snr. Dezembargador Henrique Pereira de Lucena, passou a administrao da provincia em 5 de fevereiro de 1877 o Exm Snr. Conselheiro Luiz Antonio da Silva Nunes*. Salvador: Presidência da Província, 1877.

BARBOSA, Pe. Antônio Lemos. *Pequeno vocabulário tupi-português*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

BRASIL. *Constituição política do Império do Brazil de 1824*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 6 nov. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 8.395 de 4 de fevereiro de 1882*. Aprova, com modificações, os estatutos da Companhia - Fábrica Central de Pojuca - e autoriza-a a funcionar. Rio de Janeiro, 1882. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/593797/publicacao/15631014>. Acesso em: 6 nov. 2021.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

COSTA, Iraci del Nero da. Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações. *Boletim de História e Demografia*, São Paulo, n. 1, abr. 1994. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd1.htm. Acesso em: 30 out. 2021.

FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brazil: Bahia, Sergipe e Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C, 1906. v. 1.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confins – Revista franco-brasileira de geografia*, [s. l.], n. 5, abr. 2009. DOI 10.4000/confins.5724. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/5724>. Acesso em: 14 fev. 2022.

HEROLD, Marc. A importação de maquinário de açúcar para debelar a crise do açúcar na Bahia no período de 1875 - 1914. *Revista Ciências Administrativas*, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 11-37, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rca/article/view/489/pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Unidades agrárias não decimais em uso no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948.

LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. Bahia and San Francisco Railway, a ferrovia que rasgou o interior baiano: impactos econômicos, políticos e sociais nas Vilas e povoados do primeiro trecho, (1852-1863). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 8., 2016, Feira de Santana. *Anais [...]*. Feira de Santana: ANPUH BA, 2016, n.p. Disponível em: <http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/site/anaiscomplementares?AREA=2593>. Acesso em: 29 abr. 2020.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENESES, Nemezio Quintino de. *Planta Topographica da Freguezia e Municipio de Santa Anna do Catú da Comarca de Alagoinhas (Provincia da Bahia)...* [S. l.]: [s. n.], 1888. 1 mapa, papel vegetal, aquarelado, 65 x 86,5 cm. Escala 1.000 braças.

OLIVEIRA, Cêurio de. *Dicionário cartográfico*. 4. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

REHEM, Indira Vanessa Pereira. *Ocupando, conquistando, doando e vendendo terras: Portugal - Brasil*. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

REIS, Antonio Alexandre Borges dos (org.). *Almanak do Estado da Bahia: Administrativo, Indicador, Noticioso, Commercial e Litterario*. Bahia: Wilcke, Picard & C., 1899. 645 p. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/almanak-administrativo/829536>. Acesso em: 30 jul. 2021.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandy Luciano Sanches. *A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental*.

Uberlândia: EDUFU, 2020. DOI 10.14393/EDUFU/978-65-86084-00-9. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29699>. Acesso em: 14 fev. 2022.

VIANNA, Francisco Vicente. *Memoria sobre o estado da Bahia*. Bahia: Typographia e Encadernação do Diario da Bahia, 1893.

ANNA RIBEIRO DE ARAÚJO GÓES BITTENCOURT NA SANTANA DO CATU IMPERIAL: HISTÓRIA, MEMÓRIA E LITERATURA

Marcelo Souza Oliveira

Introdução

No ano de 2005, um sobrinho meu me informou que achara um livro na Biblioteca Municipal de Catu que versava sobre a história da cidade. Sabedor de que não existia nenhuma produção historiográfica sobre Catu até aquele momento, fiquei curioso para saber de que obra se tratava. Tratava-se de um livro de memórias intitulado *Longos serões do campo*, de autoria de uma escritora até então para mim desconhecida. Li algumas vezes aquele livro e percebi que a sua autora havia vivido a maior parte da vida num engenho localizado na zona rural catuense, próximo ao antigo distrito de São Miguel, atual Bela Flor. Para mim, essa leitura revelou-se prazerosa e significativa, visto que quando criança passei muitas férias escolares num sítio no Arrojado, localidade próxima à atual fazenda Api.

Na infância ouvi diversas histórias sobre o Api, contadas pelos meus tios avós, proprietários daquela pequena propriedade. Tive conhecimento naquele momento de que o Api pertence até hoje aos descendentes de Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt²⁶. Tive também a oportunidade de visitar algumas vezes essa propriedade, constatando que a antiga casa-grande está conservada até os dias de hoje e se constitui numa das duas únicas obras arquitetônicas de Catu construídas nos tempos do Brasil imperial, ao lado

²⁶ A autora assinava suas obras apenas como Anna Ribeiro, embora fosse descendente direta e autodeclarada dos Araújo Góes e tivesse Bittencourt como sobrenome de casada. D. Anna assinava o sobrenome da mãe em seus textos, o que não era normal em sua época. O fato de não escrever nem o nome do marido nem o do pai pode ter muitas explicações, uma delas pode estar ligada ao orgulho e respeito que tinha pelo bisavô e major Pedro Ribeiro, ao qual dedicou o primeiro volume do seu livro de memórias. Outra poderia ser em decorrência da enorme consideração e respeito que tinha pela mãe, Anna da Anunciação Ribeiro, que dizia ser uma “santa”. Assim, daqui para frente será usado o nome que ela assinava em suas obras. Dessa forma, seguindo a escolha da autora, chamá-la-emos aqui ou de Anna Ribeiro ou pelo nome completo.

da Igreja Matriz de Senhora Santana, situada no centro da cidade. Essas leituras e informações provocaram-me então tamanha curiosidade que resolvi pesquisar sobre a sua autora. Uma pesquisa na internet revelou que ela havia sido escritora e que havia publicado diversos outros livros, entre eles romances e contos.

Com base nessa pesquisa, resolvi construir um projeto de mestrado tendo como sujeito principal da pesquisa Anna Ribeiro e a sua produção ficcional em foco. A intenção da pesquisa era retratar como a autora registrava o auge, declínio do mundo senhorial, marcado pela produção de cana-de-açúcar com mão de obra escrava em sua literatura. A leitura das histórias ficcionais de Anna Ribeiro para mim tinha um tom especial, pois o palco em que os romances e contos se passavam era muito semelhante ao da Catu rural na qual eu também tinha crescido, com o diferencial de que, nas paisagens da sua ficção, existiam imensos canaviais que eram cultivados por numerosa escravaria, mas que há mais de um século não existem mais. Esse detalhe, porém, enchia-me de imaginação, pois tentava visualizar como, em minha cidade, erigiu-se uma paisagem que ao mesmo tempo era símbolo de riqueza para uma classe e de exploração e dominação para outra.

Como fruto dessa dissertação de mestrado publiquei o livro *Uma senhora de engenho no mundo das letras: o declínio senhorial em Anna Ribeiro* (Eduneb, 2009). Publiquei ainda diversos artigos sobre a produção literária da autora, entre eles “Amável redentora: modelos femininos em Anna Ribeiro” (2008), em que analisei o processo histórico ocorrido no Recôncavo Baiano no fim do Oitocentos pela ótica dessa autora, enfocando também os papéis atribuídos à mulher da elite dentro desse contexto. Neste texto faço uma síntese e ao mesmo tempo revisito essa pesquisa com o intuito de apresentar ao leitor o legado histórico, memorialístico e literário deixado por essa ilustre senhora de engenho catuense. Nesse sentido, este capítulo tem por objetivo apresentar a biografia e a obra da escritora Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt (1843-1930), destacando as suas vivências no engenho Api, situado em Catu, BA, sua identidade catuense e as possíveis inspirações que extraiu dessa terra para escrever suas obras de memórias e de ficção literária.

Anna Ribeiro e a sua vida como senhora de engenho em Santana do Catu

Nasce, em 31 de janeiro de 1843, em vila de Itapicuru, na Bahia, aquela que seria a única filha do casal Ana Maria da Anunciação Ribeiro e Matias de Araújo Góes, após sete anos de longa espera por um herdeiro e da promessa

feita à Sant'Anna (“a advogada dos estéreis”). Conforme a tradição católica, o cumprimento da promessa resultava no batismo da criança com o nome da santa, por isso ela passa a se chamar Anna (Ribeiro de Araújo Góes). Mas, para Anna, o que importava era o fato de afetivamente sentir-se filha do Catu, circunstância que foi recuperada por uma fonte considerada histórica, mas nem por isso mais valiosa do que as narrativas de sua mãe. Sobre as suas origens Anna relata que:

Nas circunstâncias do meu nascimento, muito vulgares, só houve de mais o doce alvoroço que proporcionou a meus – pais – depois de sete anos de consórcio, não esperavam mais ter sucessão – e, sobretudo, no coração de minha mãe a grata certeza de que fora eu um presente de Sant'Anna, segundo costumava dizer. Em uns apontamentos biográficos enviados pelo meu parente Dr. Inocêncio de Araújo Góes a Sacramento Blake, autor de um Dicionário bibliográfico e histórico, sou considerada filha do Catu. Foi um engano, mas não valia a pena ser retificado. Sou realmente mais filha do Catu do que do Itapicuru, de onde vim com idade de dois anos; no Catu tem decorrido quase toda a minha existência. (BITTENCOURT, 1992, p. 10).

A identificação de Anna com Catu dá-se pelo motivo de ter vivido praticamente toda a sua vida nos engenhos de sua família, mas não apenas por isso; também por ter pertencido à sociedade catuense, assim como parte numerosa dos Araújo Góes, família tradicional que dominou por um longo tempo a política local.

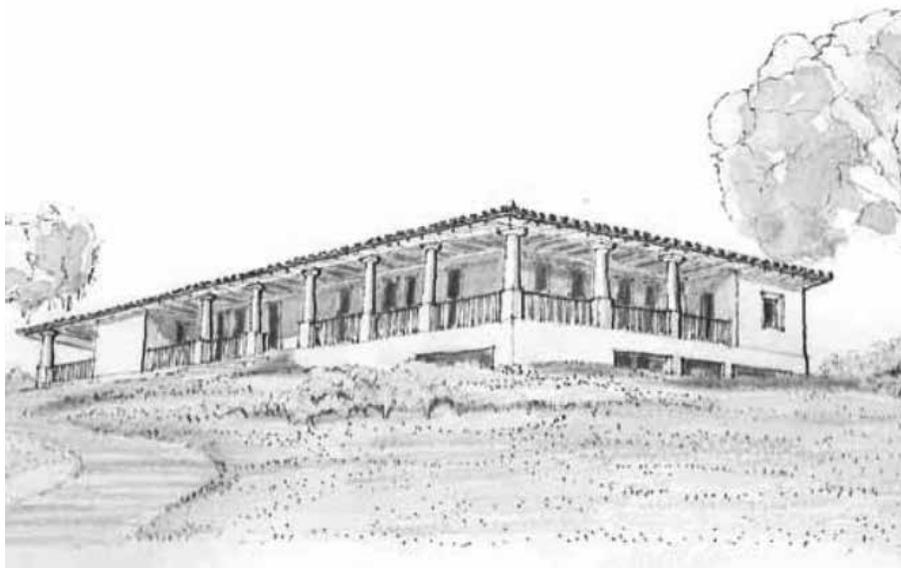
Foi no século XIX que os Araújo Góes se instalaram nos arredores de Santana do Catu. Eram inúmeros “primos e primas”, “tios e tias”, cujo poder social e econômico foi se instituindo à medida que, ainda na primeira metade daquele século, a economia açucareira ia crescendo. Assim, pode-se considerar a familiar de Anna Ribeiro como uma representante da aristocracia rural baiana, que enriqueceu com a exportação de cana-de-açúcar e com a exploração da mão de obra escrava. A sociedade baiana do século XIX apresentava-se de forma fortemente hierarquizada. No topo da sociedade do Recôncavo, encontrava-se uma aristocracia rural que aspirava a condições de nobreza nos moldes do que se verificava em Portugal. Em *Longos serões do campo*, volume 2, “Infância e juventude”, Anna Ribeiro faz uma elucidativa referência a esse respeito:

[...] os Araújo Góes, do Catu, que ali ocupavam vasta área de território, gozaram sempre da reputação de homens probos, cumpridores de seus contratos, nunca desmentindo da espécie de aristocracia formada pela classe muito considerada dos senhores de engenho, que era a segunda nobreza do país, como era na França a magistratura. Tendo gozado de grandes privilégios nos tempos coloniais, conservavam ainda bastantes garantias no Império, como ainda vi na minha mocidade. (BITTENCOURT, 1992, p. 1).

A tentativa de atribuir status de nobreza ao ramo paterno de sua genealogia estabelece-se de maneira aparentemente desinteressada, mas revela-se tendenciosa logo nas primeiras linhas do discurso, afinal os Araújo Góes eram homens “probos” (retos, dignos e incorruptíveis), “cumpridores de contratos”, pertencentes à classe muito “considerada”. Cabe ressaltar, por exemplo, que Anna Ribeiro era aparentada com Paulino César de Araújo Góes (1840-1936), o barão de São Miguel, e Antônio Calmon de Araújo Góes (1828-1913), o barão de Camaçari, ambos homens de destaque no cenário político local e provincial. Entretanto, por suas raízes familiares, percebe-se que Anna Ribeiro poderia se constituir numa típica representante da elite catuense naquele período, uma vez que não se pode falar de Catu naquele período sem falar da sua família, os “Araújo Góes do Catu”. Cabe pontuar que o contexto histórico e a tradição da família Araújo Góes forneceram a Anna Ribeiro elementos essenciais para a construção de suas narrativas. Compreender a sua obra sem esses elementos contextuais limita a sua contribuição como representação daquela realidade.

Anna Ribeiro destaca que o engenho Api era ponto de encontro não só dos familiares, mas também dos membros mais abastados da sociedade catuense. Anna Ribeiro afirma que, “naquela época, nossa vivenda era o ponto chic da localidade. Alguns parentes costumavam, principalmente nas noites de luar, vir visitar-nos, e aquela foi uma das mais animadas” (BITTENCOURT, 1992, p. 153). O engenho Api era considerado o ponto *chic* de Catu, a única casa que possuía piano. Segundo Anna Ribeiro, as festas aconteciam em meio a muita fartura, e, por vezes, duravam dias.

Figura 1 – Casa-grande do engenho Api, freguesia do Catu



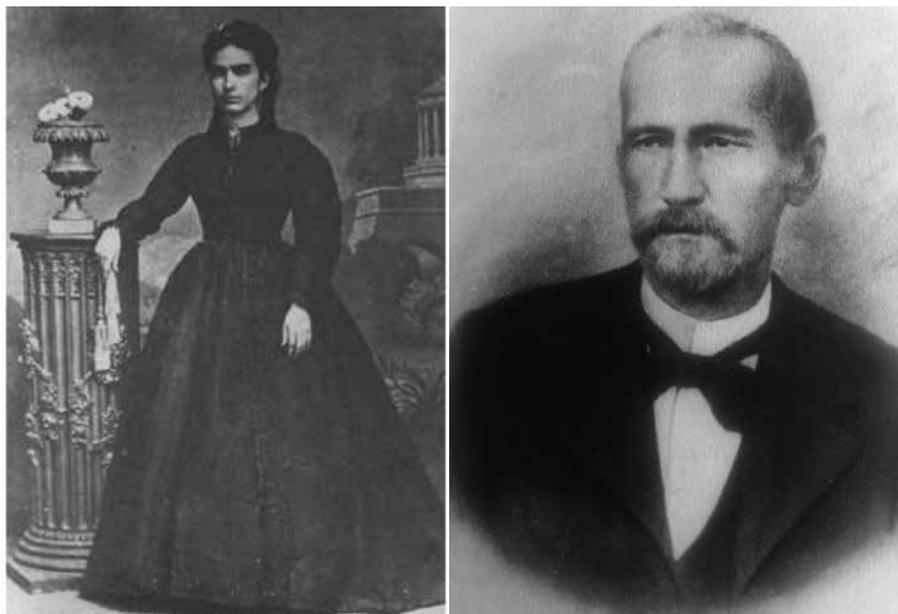
Fonte: Azevedo (2009, p. 102)

Entretanto, não podemos deixar de destacar que toda essa riqueza se originava do trabalho dos escravizados africanos e de seus descendentes. Os escravizados eram os trabalhadores que estavam na base daquela sociedade. Com efeito, “todo o trabalho era feito pelo escravo”, dizia Anna Ribeiro²⁷. Normalmente labutavam nas atividades pesadas de limpeza, plantio e colheita nos canaviais. Os que gozavam “de mais confiança” de seus senhores poderiam chegar a posições mais “privilegiadas”. Os cativos eram, portanto, a base da riqueza que possibilita ao engenho Api ser um “ponto chic”. Anna Ribeiro relata que, quando a safra era boa, não tinha “pena” de gastar dinheiro e gastava até dar festas em que reunia os parentes; quando a safra era menor, restringia as despesas, sem que por isso faltasse em casa a abundância, pois os senhores de engenho daquela época tinham todos os gêneros agrícolas em suas propriedades, comprando somente o que não se cultivava no país (BITTENCOURT, 1992). Dessa forma, pode-se observar que a escravidão estava no cerne da geração da riqueza de sua classe social nesse período.

²⁷ Sobre a relação senhor/escravizado no engenho Api em Catu, ver: OLIVEIRA, 2015, cap. 3.

Na família de Anna Ribeiro, podem-se observar vários exemplos do cultivo de preservação do poder, como o do seu tio materno, que, já tendo três anos de casado e vivendo de seus próprios recursos, opta por vir estudar na Escola de Medicina da Bahia, onde ficará por sete anos, enquanto o seu cunhado cuida da sua propriedade rural. A princípio, tomado como desatino, depois de formado o tio retornará à vida no campo, e mais tarde ocupará o cargo de professor na mesma faculdade em que se formou. Depois dele, inúmeros sobrinhos seguirão o exemplo, constituindo-se em uma distinção de classe assenhorear-se do saber para catapultar-se a um cargo político e continuar detendo e defendendo seus interesses. O próprio marido de Anna Ribeiro, Sócrates Bittencourt, também formado pela Escola de Medicina, retorna para o campo após a conclusão do curso e assume o acordo feito com o sogro, Mathias de Araújo, antes do casamento, de tomar conta da fazenda, para depois se tornar primeiro-intendente da Câmara da Vila de Catu, cargo equivalente ao de prefeito, o que indica como a família passa a se incorporar à política, cumprindo uma trajetória das grandes famílias rurais nordestinas (VIEIRA, 2008, p. 47).

Figuras 2 e 3 – Anna Ribeiro e seu marido, Sócrates Bittencourt. Ambos aos 30 anos de idade. Foto de 1873



Fonte: Bittencourt (1992)

No Api, nasceram Pedro Ribeiro, Maria Francisca e Joana, e os gêmeos que não sobreviveram. Lá ela passou toda a sua mocidade até a idade de 65 anos, quando se mudou para a capital. Nos primeiros anos de casada, não pôde se dedicar à sua inclinação de escritora e poetisa. A saúde do seu pai foi declinando, e ele foi ficando praticamente paralítico. Alugaram uma casa no bairro da Vitória, e consultaram os melhores médicos, e um deles aconselhou uma viagem à Europa. Já estavam de malas arrumadas quando o pai desistiu da viagem; logo depois, veio a falecer. Com a morte do pai em 1875, os seus “encargos diminuíram”. Em 1878, seu filho, Pedro Ribeiro, foi à capital cursar advocacia, acompanhado da avó. Esse fato é importante na vida de Anna Ribeiro, porque futuramente seria esse mesmo filho que garantiria sua subsistência e do seu esposo.

A posição da romancista dentro do cotidiano do engenho, após a morte de seu pai (1874), traz para fins de análise uma relevante contribuição para compreender a literatura de Anna Ribeiro. Tendo como premissa a noção de que a escritora se valia de seus próprios exemplos, ou modelos por ela observados, pode-se conjecturar que ela se projetava em muitas de suas heroínas no que concerne à tomada de posição na administração do engenho. Ao sugerir essas mudanças, o que se traduz é a dissolução dos tradicionais papéis conferidos dentro do sistema senhorial, o que por sua vez denuncia o esgotamento desse modelo de vida. Anna Ribeiro contava com aproximadamente 38 anos, quando começou a sua vida literária. Nesse momento, já havia cuidado “resignadamente” do seu pai — como ela mesma dizia — e já tinha criado todos os seus filhos. A autora começou a vida literária publicando poesias e artigos em jornais locais e, logo depois, no *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*. Mas foi em 1882 que ela publicou o seu primeiro romance, sob o título de *A filha de Jephthé*. Em 1885, ela publicou o seu primeiro romance regionalista, *Anjos do perdão*. A partir de então, a veia literária da autora foi interrompida durante exatos 16 anos. Ao que tudo indica, o motivo da interrupção foram as dificuldades econômicas que a sua família enfrentou após a abolição da escravidão, questão que foi incessantemente discutida em sua prosa, como veremos mais adiante. Essa parte da história está também sintetizada no discurso de uma de suas netas, que conviveu diariamente com a escritora no início do século XX, quando ela se mudou para a cidade de Salvador:

Assim, continuou seguindo a sua vocação até 1888 quando veio a abolição. Na sua família a tradição de humanidade entre os senhores e escravos era constante. Meus avós possuíam cerca de 100 escravos, eles arruinados, pode-se dizer, com o decreto

de 13 de maio, mostravam-se inteiramente serenos e justificavam a Princesa – pelas injustiças que haviam presenciado. Minha avó contava que o 13 de maio fora um dia de festa no Engenho. Danças, flores, todos manifestando gratidão aos senhores que compartilhavam da alegria dos escravos. Depois, vieram as ingratidões, abandono do trabalho, a paralisação do Engenho, mas ela e meu avô não desanimaram. (CABRAL, 19--, p. 43).

Talvez não por coincidência as demais obras de sua autoria tenham esse contexto histórico como pano de fundo. O fim da escravidão teve, aos olhos da autora, profunda ligação com o fim do mundo senhorial e da cultura da cana-de-açúcar, que outrora possibilitaram uma vida farta não só para a sua família, mas também para a classe dos senhores de engenho de Catu e do Recôncavo.

É bem verdade que as dificuldades econômicas da elite já vinham se alastrando havia vários anos, bem antes de 1888. Desde o início da década de 1870, vários impropérios já anunciavam as dificuldades econômicas da família de Anna Ribeiro; mesmo assim, o Treze de Maio terá uma dimensão simbólica muito grande na significação do fim da era de glórias que Anna Ribeiro narrou em *Longos serões do campo*. Foram momentos traumatizantes que contribuíram para que a escritora silenciasse seus ímpetos literários durante mais de 15 anos; fizeram também com que ela recriasse várias versões literárias para essa mesma história, durante a década de 1910.

Em 1894, o casal de ex-senhores retornou para o engenho Api, que agora não tinha outro destino a não ser transformado em fazenda: as moedas pararam, os canaviais sumiram, a antiga escravaria migrou em grande parte para cidade. Ruíra-se o mundo de glória e ostentação que um dia dominara aquela região. Mas a vida continuava. De agricultores para criadores de gado, seriam os bois que agora ocupariam o vasto território do Api. A vista frondosa dos canaviais não mais voltaria a ser vista naquele local. De 1895 até 1907, o casal Anna e Sócrates Bittencourt viveu na fazenda com estadas no domicílio do filho em Santo Amaro, e, depois de 1900, em Salvador, onde seu filho, Pedro Ribeiro, fora nomeado conselheiro do Tribunal, após “concurso” no fim do governo Luís Viana. O emprego no governo fez a vida do filho, Pedro Ribeiro, prosperar: esse era um dos únicos caminhos valorizados pelos ex-senhores do Recôncavo, após a derrocada da economia canvieira, e isto será abordado fortemente nas histórias da escritora. Ela registrou muitos “apadrinhamentos” que fizeram com que alguns de seus personagens oriundos da vida “difícil” do campo encontrassem seu sustento trabalhando no outrora odiado governo republicano.

Figuras 4 – Anna Ribeiro aos 75 anos de idade. Foto de 1918



Fonte: Bittencourt (1992)

Com a morte do marido em 1907, após longo período de sofrimento vitimado pelo diabetes, a escritora mudou-se para Salvador para morar numa casa que teve o seu terreno e financiamento provido pelo filho. Junto a ela, uma de suas filhas — Joana —, que não se casara. As dificuldades do campo e a morte do “chefe de família”, como afirmou sua neta Anna Maria Mariani Cabral, fizeram-na migrar para a capital. Esse fato foi um divisor de águas na vida da romancista, pois desde aquele momento ela não escreveu mais sobre temas ligados à abolição e sobre a sorte — digo, azar — dos antigos senhores do Recôncavo. Na década de 1920, o centenário da Independência traz para a autora a recordação do “heroísmo” de seu avô e major Pedro Ribeiro, que teria lutado na guerra da Independência da Bahia. As recordações sobre seu avô, morto quando ela tinha 7 anos de idade, e a vontade de registrar para a sua “posteridade” os grandes feitos do “nobre” homem fizeram com que a autora começasse a escrever a biografia dele, com as informações que lhe foram contadas pela sua mãe, filha do dito major. O incentivo da família fez com que ela escrevesse as suas próprias memórias. Era, nessa época, uma anciã de cerca de 70 anos de idade.

Anna Ribeiro escritora: sua produção literária e suas inspirações em Catu

Um olhar sobre a obra de Anna Ribeiro, no momento da escrita e/ou de suas publicações, revela que ela teve três fases de publicação distintas e que podem fornecer indícios das características de suas obras. Na primeira fase, ela publicou dois romances, e ainda antes da abolição da escravatura: *A filha de Jephthé* (1882) e *O anjo do perdão* (1885). Após 16 anos, a autora publicou *Helena* (1901), dando início à segunda fase de sua escritura. A partir daí, a autora publica mais quatro obras: os contos “Dulce e Alina” (1901), “Violeta & Angélica” (1906), “Marieta” (1908); e, finalmente, o romance *Leticia* (1908). A autora volta a publicar 13 anos depois, com *Abigail* (1921), deixando uma obra inédita que teria o título de *Suzana*.

Figuras 5 – Foto da capa do conto “Violeta & Angélica”, publicado no formato folhetim pelo *Jornal de Notícias* em 1906



Fonte: acervo pessoal

A divisão da literatura de Anna Ribeiro em fases considera também a questão da temática que envolve as obras. Excetuando-se *A filha de Jephthé* e *Abigail*, que são baseadas em histórias bíblicas, todas as outras narrativas referem-se a temas ligados à realidade baiana no momento de suas escrituras.

Num primeiro momento, a autora discute as questões referentes à escravidão e ao processo abolicionista ocorrido na década de 1880, e isso acontece em *O anjo do perdão*. Das seis obras publicadas no decorrer da década de 1910, cinco passam-se entre 1887 e 1889 e tratam da decadência senhorial no Recôncavo baiano. Já no fim da sua carreira no mundo das letras, a autora tratou da independência da Bahia, quando escreveu *Suzana*, fato que está ligado ao centenário desse evento. Nesse mesmo período ela escreveu também o primeiro livro de memórias, em que conta a história da participação de seu avô Pedro Ribeiro na campanha da guerra da independência. No entanto, aqui serão discutidas apenas as obras ligadas ao declínio senhorial.

A segunda fase da produção de Anna Ribeiro (1901-1908) propõe uma linha de interpretação acerca da experiência histórica dos membros da sua família ocorrida na Bahia no último quartel do século XIX. Esse olhar foi lançado durante a primeira década da república, momento em que a província passou a ocupar um lugar secundário na configuração nacional e que a aristocracia baiana do Recôncavo deixou de ser a expressão social e principalmente econômica de outrora. Por tratar-se de um momento traumático para o grupo social do qual Anna Ribeiro fazia parte, a literatura cumpria os requisitos pertinentes para dizer o que fora difícil expressar por outras vias, como no livro de memórias da autora.

Anna Ribeiro considerava que um bom romance deveria enquadrar-se nessa díade: verossimilhança e tom moralizante. No que se refere ao primeiro aspecto, entende-se que, para convencer suas leitoras, a autora escrevia suas novelas pautadas na realidade das senhorinhas de engenho típicas do Recôncavo e que tinham em Catu um recorte similar: um mundo baseado na relação senhor/escravo, pautado pela monocultura de cana, na manutenção do status da classe mais abastada e na dominação legal e/ou ideológica dos escravizados oriundos de África. O tom moralizante destacava-se pelo tom religiosamente católico da autora, típico daquela sociedade. Devemos, portanto, destacar que a produção literária de Anna Ribeiro é escrita na ótica de uma mulher da classe dominante de sua sociedade escravocrata e/ou dela originada.

A presença da relação senhor/escravo antes, durante e após o processo da abolição da escravatura no Brasil está fortemente demarcada na obra de Anna Ribeiro. Contudo, deve-se destacar que, na visão de uma senhora de engenho como ela, os escravizados eram seres inferiores aos senhores. Essa inferioridade foi marcada, entre outras coisas, pela própria experiência da escravidão. A vida rude do cativo teria conferido aos negros a incivilização, e caberia aos senhores não só lhes proporcionar a liberdade, como também ensiná-los e civilizá-los. Paradoxalmente, parece que ex-cativos que serviram à família de dona Anna não pensaram assim. Após a lei do Treze de Maio, muitos desses escravizados deixaram os engenhos e a vida de cativos naqueles lugares bem para trás. Isso aconteceu, até mesmo, no antigo engenho Api, conforme relato dos descendentes de Anna Ribeiro já descritos neste estudo. Discuti esse tema com profundidade no livro *Uma senhora de engenho no mundo das letras* (OLIVEIRA, 2009).

Voltando ao tema referente ao tom moralizante das obras da autora, destaco que todas as personagens principais de Anna Ribeiro são jovens senhoras de engenho que se encontram às voltas com as dificuldades econômicas e sociais provocadas pela decadência da economia açucareira do Recôncavo. É paradoxalmente essa intensa “aparência” de realidade que revela a intenção ficcional em Anna Ribeiro. Assim, permanece a reinterpretação dada por ela nas suas escrituras, procurando dar “tons reais” a uma obra imaginada com base em sua realidade de vida. A própria Anna Ribeiro menciona esta questão quando afirma, na dedicatória feita à sua prima Mariotti de Araújo Góes, em *Leticia*: “Acharás, porém, princípios de sã moral, bons exemplos tirados de fatos, nem todos imaginários e sim colhidos na experiência e observação”.²⁸

Anna Ribeiro de Araújo Góes foi a primeira romancista baiana, num período em que o cânone literário brasileiro era dominado predominantemente por homens. Essa escritora propôs-se a produzir textos literários com o intuito de orientar suas conterrâneas nos caminhos da “moral” e dos “bons costumes”. Escreveu também diversos artigos em vários periódicos da época, destacando-se os jornais *A Bahia*, *Jornal de Notícias*, *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, *Liga Baiana das Senhoras Católicas* e *A Paladina do Lar*. Este último, publicado entre os anos de 1910 e 1917, era uma publicação católica considerada “a primeira revista feminina da Bahia na nascente República” (LEITE, 2005, p. 176).

²⁸ Dedicatória feita pela autora ao presenteá-la com um exemplar do romance. Esse exemplar encontra-se no Acervo de Memória e Documentação Clemente Mariani localizado na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (BITTECOURT, 1908).

Nos periódicos mencionados, a autora por vezes versava sobre modelos femininos de defesa da “moral e dos bons costumes”. Praticamente todos os artigos publicados por Anna Ribeiro tinham como temas centrais a defesa dos valores da elite contra as “novidades vindas de fora” (o feminismo e protestantismo, por exemplo) ou contra hábitos considerados degradantes (jogo, bebedeira etc.). Como legítima representante da classe senhorial baiana, defendia o lugar tradicional da mulher num mundo patriarcal. Contudo, para isso, precisou sair do ambiente privado dedicado às senhoras casadas ao ambiente público para defender seus valores.

Quase esquecida, mesmo em Catu, a autora somente foi relembrada após a publicação, em 1992, quando seu livro de memórias, intitulado *Longos serões do campo*, organizado e patrocinado pelos seus descendentes, chegou a figurar, na ocasião, como um dos livros mais vendidos. Em 1992, o jornal *A Tarde* indicou *Longos serões...* como um dos dez livros mais vendidos da Bahia, na categoria não ficção. A partir dessa publicação, muitos pesquisadores contemporâneos puderam conhecer e utilizar as memórias de Anna Ribeiro em suas pesquisas. É sobre a percepção em relação a Catu da segunda metade do século XIX, registrado em seu livro de memórias, que discuto na última seção deste capítulo.

A obra memorialista de Anna está dividida em dois volumes de *Longos serões...*, sendo o primeiro “O major Pedro Ribeiro”, em dez capítulos, notas e anexos significativos para compreendermos alguns fatos descritos no decorrer da narrativa, destinados a contar, principalmente, a saga do avô e major Pedro Ribeiro e de outros antepassados, os quais foram relatados por sua mãe. Entretanto, as narrativas memoriadas servem como ponto em comum para relatar e descrever costumes, valores e fatos históricos ocorridos nos Recôncavos, e a autora faz questão de diferenciá-los elaborando pensamentos conclusivos e muitas vezes críticos sobre os fatos.

O segundo volume, intitulado “Infância e juventude”, em 23 capítulos e notas, objetiva dar sequência à vida infantil e adulta da personagem, que apresenta nesse relato, de forma mais pessoal e intimista, matérias temáticas como mocidade, casamento, celebrações, amizade, velhice, doença e morte, abordadas de forma nostálgica, promovendo no leitor um combalimento que parece ser premeditado pela narradora (ARAÚJO, 2008, p. 77). Uma leitura atenta de segundo volume, contanto, traz-nos informações valiosas sobre o cotidiano, as relações sociais, os costumes e as formas de ver o mundo de uma mulher que viu dos engenhos a dinâmica social do campo e da vila do Catu, como também da sociedade baiana na segunda metade do século XIX.

Considerações finais

Anna Ribeiro foi a filha de Catu que mais se destacou no cenário intelectual na história do Brasil. Destacou-se por sua participação não na produção literária e na imprensa feminina da sua época. Deixou um enorme legado não só em publicações de novelas e contos em formato de livro e de folhetim, como também com seus dois volumes do livro de memórias. Essa obra é hoje estudada por diversos pesquisadores que têm interesse sobre temas que envolvem desde as relações sociais até o cotidiano no interior do Brasil durante o Segundo Império.

Contudo, se para o historiador não existe ninguém à frente do seu tempo, podemos afirmar isso também sobre essa autora. Anna Ribeiro escreve do lugar social conferido a uma mulher da classe dominante, e é partir desse lugar que ela percebe e escreve sobre o mundo. Sendo assim, uma leitura de sua obra deve observar não só o contexto histórico da autora, mas também o seu lugar na pirâmide social da sociedade em que vive. Essa questão, porém, longe de empobrecer a produção de Anna Ribeiro, ao contrário, enriquece-a, pois fornece mais uma leitura do Brasil imperial, por um ponto de vista distinto. Entretanto, convido os leitores que desejarem fazer alguma leitura das publicações de Anna Ribeiro a fazê-la de forma crítica e contextualizada. Nesse prisma, a autora, com certeza, tem uma contribuição muito significativa para a história, a memória e a literatura de Catu, da Bahia e do Brasil.

Referências

ARAÚJO, Carla de Quadros. *Guardados da memória: matas do sertão de baixo, longos serões do campo e fidalgos e vaqueiros*. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Engenhos do Recôncavo Baiano*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2009.

BITTENCOURT, D. Anna Ribeiro de Góes. *Longos serões do campo*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1992. v. 2.

CABRAL, Anna Maria Mariani. Prefácio. In: BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. *Contos*. Salvador: Datil, 19--.

LEITE, Márcia Maria Barreiros. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. *A imperial villa de Santana do Catu: histórias de uma comunidade no Recôncavo Baiano*. Salvador: Quarteto Editora, 2015.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. Amável redentora: modelos femininos em Letícia, de Anna Ribeiro. *Fênix*, Uberlândia, v. 5, p. 1-17, 2008a.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. Memórias de uma senhora de engenho: lembranças e esquecimentos no Longos Serões do Campo, de Anna Ribeiro. *Patrimônio e Memória*, [s. l.], v. 4, p. 1-22, 2008b.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Uma senhora de engenho no mundo das letras: o declínio senhorial em Anna Ribeiro*. Salvador: Eduneb, 2009.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. Uma senhora de engenho no mundo das letras: história, memória e identidade cultural em Anna Ribeiro de Góes Bittencourt (1843-1930). *História em Reflexão*, Dourados, v. 2, n. 3, jan./jun. 2008c.

VIEIRA, Nancy Rita Ferreira. *Mulheres no umbral: representação literária da casa e da rua na literatura baiana de autoria feminina*. 2008. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANTANA DO CATÚ NA PRIMEIRA REPÚBLICA (BAHIA, 1890-1930)

Marcelo Souza Oliveira

Larissa Cheyenne Nepomuceno de Jesus

Introdução

A vizinhança do distrito de Pojuca é revelada por canaviais extensos que se estendem pelos plainos dos tabuleiros - miríades de folhas refletindo ao sol com um brilho de aço antigo, ondulantes, vacilando em todos os sentidos ao sopro da viração, um ciciar imenso e indefinido.

Interessantíssima, a vila de Catu, com casinhas brancas derramando-se por uma colina ligeiramente acidentada encimada pela igreja matriz que tem à esquerda o clássico barracão de feira, inseparável de todas as cidades e povoações baianas (CUNHA, 1897, s/p).

Nessas rápidas palavras, redigidas para o *Diário de São Paulo*, o escritor Euclides da Cunha registrou breves percepções sobre Santana do Catú na primeira década da república brasileira. A descrição do autor de *Os sertões* revela que a localidade pouco, ou quase nada, modificou do que era nos tempos do império: uma comunidade rural que tinha, na sede da vila, seu local para o fluxo de pessoas, produtos e serviços. A comunidade era formada por uma elite oriunda da classe senhorial do açúcar e tinha nas demais camadas sociais pessoas livres ou ex-escravizados, proprietárias ou não de pequenos lotes de terra (em geral, sítios ou chácaras onde se produziam gêneros de subsistência ou fumo).

Contudo, sendo localizada numa região onde a decadência econômica levou à ruína muitos produtores de cana-de-açúcar, Santana do Catú tornou-se na Primeira República uma comunidade rural estagnada que tinha na agricultura seu principal sustento. A vila era local de sociabilidades, em geral nos dias de feira e de festividades religiosas, e, nesse ponto, ela pouco

se diferenciava do que era a comunidade catuense nos tempos do império. Desta maneira, o objetivo principal do presente capítulo é realizar uma caracterização do espaço social catuense com base no contexto histórico do pós-abolição e da Primeira República no Brasil. Num primeiro momento, traçaremos um desenho do panorama econômico e social da localidade catuense. Já na segunda parte o objetivo é demonstrar como a sede da vila se inseria nessa dinâmica, destacando as atividades comerciais existentes na feira e nos pequenos estabelecimentos locais.

Santana do Catu na Primeira República: economia e sociedade

Nas vésperas da abolição, Santana do Catú era, predominantemente, formado por mulheres e homens livres, ocupantes de camadas sociais distintas, que coexistiram e conviveram em variados espaços, estabelecendo uma gama de relações entre si e também com sujeitos escravizados, estes, notoriamente, responsáveis pelo trabalho pesado e perigoso nas lavouras de açúcar, como também, acreditamos, labutando nas roças voltadas para outros gêneros, como mandioca, fumo, ou, até mesmo, exercendo atividades na indústria e comércio.

Verificamos, por dados censitários, que, com o fim oficial da escravidão, em 1888, a realidade social catuense pouco se alterou; deste modo, o município continuou sendo habitado por uma população majoritariamente não branca e trabalhadora rural. Sendo assim, os censos de 1890, 1940 e 1950, estes dois últimos extrapolando o recorte temporal da primeira república, demonstram que a população catuense permaneceu, predominantemente, não branca, ou seja, formada por pretos, caboclos, mestiços, pardos e amarelos: 76,1% (1890), 76,2% (1940), 70% (1950).

Apesar de o censo de 1920 não trazer dados sobre a cor da população brasileira, no tocante às ocupações, tal censo evidencia que a população ativa em Catu se preservou executando atividades voltadas para a exploração do solo, especialmente a agricultura (26,2%). Segundo o mesmo censo, existiam 313 propriedades rurais recenseadas no município, que ocupavam 17,4% (23.615 hectares) da superfície territorial total, que era de 135.500 hectares. A produção de gêneros agrícolas concentrava-se entre as propriedades registradas da seguinte forma: mandioca (312 est.), seguida da produção de fumo (265), milho (131), coco (114), café (92), feijão (33), cana-de-açúcar (7), arroz (3), algodão (2), mamona (1).

Das 313 propriedades registradas, 99,6% (312) dos estabelecimentos registrados em Catu cultivavam, entre outros gêneros, a mandioca. Além do cultivo, esses estabelecimentos produziam farinha, especificamente, segundo o censo, 1.786,9 toneladas do produto. É sabido que a farinha era gênero alimentício elementar na dieta dos baianos tanto durante a escravidão quanto posteriormente, período em que o plantio de mandioca “era de longe a lavoura de subsistência mais amplamente cultivada no Recôncavo” (BARICKMAN, 2003, p. 88). Sobre o regime alimentar no pós-abolição nas zonas rurais, Barickman ainda destaca que:

Os dois alimentos que enchiam as cuias dos escravos no Engenho Subaé continuaram sendo os víveres básicos para os trabalhadores rurais depois de abolida a escravidão. As informações sobre o regime alimentar na Bahia rural em épocas mais recentes comprovam isso. Pesquisas feitas no Recôncavo nas décadas de 1940 e 1970 encontraram entre trabalhadores de usinas e fumicultores pobres um regime alimentar geralmente deficiente em calorias e composto sobretudo de carne-seca, peixe seco, carne de baleia e farinha de mandioca. O aipim, feijão e batata-doce de cultivo doméstico acrescentavam alguma variedade durante parte do ano, mas, terminada a colheita desses produtos, os trabalhadores rurais e pequenos lavradores voltavam a uma dieta baseada na farinha de mandioca. A carne e o peixe serviam sobretudo como ‘temperos’; tornavam mais fácil engolir grandes quantidades de farinha. A alimentação cotidiana dos que trabalham nos canaviais e nos sítios de fumo do Recôncavo não parece ter mudado muito nos últimos cento e poucos anos. Como seus antepassados escravos, a sobrevivência do morador pobre dos distritos rurais continua a depender, em grande medida, da farinha (BARICKMAN, 2003, p. 93).

Como salientamos, o censo de 1920 não traz a disposição da população por matizes de cor. Apesar disso, a análise dos censos anteriores e posteriores ao ano de 1920 mostra que a população catuense era predominantemente não branca. Acreditamos que a população “de cor” em Catu, “para além de se incluírem entre arrendatários e administradores, se incluíam também entre os pequenos proprietários rurais” (SOUZA, 2016, p. 115). Lembramos ainda que os dados se referem a estabelecimentos recenseados, havendo assim, certamente, a existência de diversas outras pequenas propriedades ou terras exploradas (temporariamente ou não), como também uma considerável parcela do território não cultivada.

Referente ainda às ocupações, o serviço doméstico concentrou uma parcela ínfima de indivíduos (1, 23%), enquanto que 67,7% da população foi inserida na categoria “sem profissão ou profissão não declarada”. Acreditamos que essa última porcentagem se refere tanto à população inativa jovem quanto aos sujeitos ativos que exerciam ocupações, mais uma vez, não nomeadas pelo censo de 1920, atividades informais, economicamente pouco valorizadas. Infelizmente, não foi possível, com relação a Santana do Catú, no censo de 1920, analisar as atividades por gênero, pois a página referente a essa divisão não foi encontrada no documento. O quadro a seguir informa a concentração populacional em outros setores trazidos pelo censo:

Quadro 1 – Concentração populacional em outros setores com relação ao setor agrícola (1920)

Setores	Número total de pessoas	Porcentagem
Indústrias	408	2,4%
Comércio	145	0,87%
Adm. pública	87	0,16%

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio: relações de proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no Estado da Bahia. Vol. 3, Rio de Janeiro: IBGE, 1923, s/p

Gostaríamos de destacar que o setor industrial era definido, no período, como “transformação e emprego da matéria-prima” e dividido segundo a natureza da matéria (têxtil, madeira, metalurgia e cerâmica), como também segundo a aplicação da matéria-prima (produtos químicos e análogos, alimentação, mobiliário, edificação, produção e transmissão de força físicas). Mesmo extrapolando o recorte temporal proposto para o trabalho, os dados sobre ocupações presentes nos censos de 1940 e 1950 reforçam que, durante muito tempo, o município catuense teve como base econômica a exploração do solo.

Agricultura, pecuária e silvicultura, em ambos os censos, equivaliam, respectivamente, a 43,9% e 30,6% da população economicamente ativa. Os serviços domésticos figuraram como a segunda ocupação de maior concentração: 37,27% (1940) e 46,5% (1950), crescendo consideravelmente em comparação aos dados de 1920. Como o quadro a seguir demonstra, setores da indústria, comércio formal e administração pública continuaram sendo ocupados por parcela diminuta da população:

Quadro 2 – Concentração populacional em outros setores com relação ao setor agrícola (1940/1950)

Ano	Indústrias	%	Comércio	%	Adm. pública	%
1940	176	1,2%	147	1,2%	101	0,8%
1950	380	3,2%	200	1,7%	98	0,8%

Fonte: Conselho Nacional de Estatística: Serviço nacional de recenseamento. Série Regional. Vol. 20, Tomo 3. Estado da Bahia: Censo industrial, comercial e dos serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, s/p

Sobre a divisão do trabalho por gênero, em 1940, conseguimos verificar que, em um quadro total de 12.286 trabalhadores em uma população de 17.222 pessoas, 52,2% equivaliam a mulheres, enquanto que 47,8% eram homens. A sensível preponderância feminina preservou-se nos anos de 1950: no total de 11.785 trabalhadores, as mulheres equivaliam a 51,7% dos braços ativos para o trabalho em Catu. Sobre essa informação, acreditamos que a extensiva presença de mulheres ativas se concentrou no trabalho na roça (ESTRELA, 2011). Como podemos verificar pelo quadro a seguir, o serviço doméstico, em ambos os censos, era a principal ocupação feminina:

Quadro 3 – Concentração populacional no serviço doméstico (1940/1950)

Ano	Serviço doméstico				
	Mulheres	%	Homens	%	Total
1940	4.192	91,6	383	8,4	4.575
1950	5.127	93,4	359	6,6	5.486

Fonte: Conselho Nacional de Estatística: Serviço nacional de recenseamento. Série Regional. Vol. 20, Tomo 3. Estado da Bahia: Censo industrial, comercial e dos serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, s/p

As porcentagens calculadas com base nos três censos (1920, 1940, 1950) realizados no pós-abolição, apesar de retratarem apenas uma amostragem da realidade, evidenciam que o setor industrial e comercial, em Catu, apesar de possuírem, certamente, algum grau de articulação com o setor agrícola, foi caracterizado por um crescimento diminuto ao longo do fim do século XIX e da primeira metade do século XX. Tal observação é pertinente, pois a jovem república, como destaca Alberto Heráclito Ferreira Filho, caracterizou-se pela presença de um projeto de industrialização a ser consolidado, principalmente, nas grandes capitais — apesar disso, a capital baiana, Salvador, preservou-se bastante agrária:

As quatro primeiras décadas da República, que assistiram a emergência da ordem industrial no Rio de Janeiro e São Paulo, também testemunharam em Salvador a permanência do poder senhorial de ricos fazendeiros e comerciantes ainda fiéis a produção monocultora voltada para o mercado externo. A venda de produtos tropicais como cacau, café, fumo, açúcar e borracha monopolizava a conjuntura econômica baiana, sempre a mercê das oscilações do mercado internacional. Privilegiada pelas políticas públicas, a grande lavoura colocou-se como entrave ao desenvolvimento de outros setores da economia, como o industrial e o de serviços, que só em condições eventuais recebiam os recursos oriundos do capital comercial. (FERREIRA FILHO, 1994, p. 30).

A permanência da estrutura agromercantil, para a qual chama atenção Ferreira Filho, não se concentrou apenas na capital baiana; pelo contrário, também configurou a realidade de municípios baianos menores. Dada a estrutura condicionou a formação, durante longo período, de um mercado de trabalho extremamente fechado e restrito em Salvador, como também em diversos outros territórios baianos, como o catuense. Grande parte da população continuou reproduzindo as alternativas de sobrevivência elaboradas no período da escravidão, atuando, desta forma, em “serviços domésticos, pequenas atividades comerciais, artesanato caseiro” (FERREIRA FILHO, 1994, p. 33) ou, como no caso da vila de Santana do Catú, também como lavradores.

A sede da vila: a feira, o comércio e as demais atividades comerciais

No item anterior, demonstramos que o município catuense possuía uma economia pautada na exploração do solo e baseada, principalmente, na atividade agrária; e que sua população era, fundamentalmente, rural e negra. Como foi possível vislumbrar, tais características foram preservadas, mesmo com o fim da escravidão e o advento da república.

A conformação agrária da localidade condicionou a existência de uma produção voltada para a exportação. Junto a isso, o cenário social e econômico da localidade foi, sem dúvida, moldado também pela demanda de gêneros de primeira necessidade por parte dos moradores de Catu. Tal demanda para o abastecimento interno, tanto para o consumo de alimentos quanto de outros produtos, constituiu-se como um dos elementos que contribuíram para que o cenário rural e o urbano catuense mantivessem uma interação.

Em relato construído no ano de 1893, período no qual Catu já havia sido elevado à categoria administrativa de vila e recebido havia 30 anos os trilhos da linha férrea *Bahia and San Francisco Railway*, Francisco Vicente Vianna trouxe, sobretudo, algumas informações sobre o cenário urbano destacando a presença de cemitério, igreja paroquial, casa do conselho e de comércio, entre outros estabelecimentos e instituições:

Catú (Sant'Anna do) – situada à margem direita do rio de seu nome, afluente do Pojuca, noventa e dois quilômetros da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco, trinta distante da Matta e cidade de Alagoinhas, de baixa e irregular edificação de casas terras caiadas e envidraçadas e alguns sobrados, que formam cinco ruas subindo para um alto e duas praças, a da Matriz no alto, onde se acham a igreja parochial de Sant'Anna e a casa de Conselho em estado pouco lisonjeiro, e a de comércio em que está construído um barracão onde tem lugar as feiras semanais, e uma casa emfim de construção destinada para talhos de carnes verdes. Além da igreja, única da vila, há mais no município capela nos arraiaes de Pojuca, Sítio Novo e São Miguel. Há cemitério em posição higiênica, com capela e duas escolas, das quais há mais de sete no resto do município [...]. O comércio é pequeno e se desenvolve nos dias de feira, tendo suas relações com a capital, Santo Amaro e Purificação. Além da vila, há feiras nos citados arraiaes da Pojuca e S. Miguel. Os terrenos são de massapê e por isso ocupado por muitos engenhos. Os habitantes, pois, ocupam-se na lavoura de canas e alguns criam. Além de alguns engenhos que ainda trabalham, e dos quais um tem alambiques, há no arraial de Pojuca, distante três quilômetros d'elle, uma fábrica central. Este arraial é ponto de entroncamento das linhas telegráficas. O município é bem regado (VIANNA, 1893, p. 503).

Esse relato feito por Vianna permite, entre outros pontos, verificar a existência de uma aglomeração urbana na sede do município. Rubenilson B. Teixeira define aglomeração urbana da seguinte maneira:

O termo aglomeração urbana é efetivamente apropriado na medida em que as localidades, por mais precárias que fossem, dispunham de alguns elementos essenciais capazes de lhes conferir um caráter 'urbano', que as distinguiam de outras formas de ocupação do território (TEIXEIRA, 2003, p. 54).

Ainda segundo Teixeira, a gênese de muitas aglomerações urbanas foi condicionada pela presença de uma fazenda que, posteriormente, ao reunir quantidade suficiente de indivíduos, possibilitava a formação de um arruado, isto é, “uma primeira rua, formada pelos ranchos ou choupanas, casinhas simples, humildes, frequentemente com teto de palha” (TEIXEIRA, 2003, p. 54).

Figura 1 – Rua do povoado do Catú, 1861



Fonte: Benjamim Mullock (1861)

Essa fotografia, produzida em um período anterior à emancipação política da freguesia, além de se constituir como exemplo de arruado formado por habitações simples separadas por um caminho de terra e circundadas pela vegetação, permite perceber que, tratando-se de um espaço pertencente a uma embrionária aglomeração urbana, seu aspecto geral é genuinamente rural. Apesar do exemplo trazido, não possuímos informações exatas sobre a existência de uma propriedade germinal de uma fazenda na sede

do município de Santana do Catú, como destaca Teixeira, porém acreditamos que a formação histórica do centro urbano catuense não está isenta dessa generalização. Cremos também que seu desenvolvimento esteve, assim como outros centros, atrelado ao movimento, às tensões e às recriações associadas às vivências humanas.

Retomando o relato trazido por Vianna sobre a aglomeração urbana, esta concentrava, principalmente nos anos que sucederam à emancipação política do município (1868), atividades políticas, econômicas, religiosas e sociais. A presença de estabelecimentos e instituições como casa de comércio, casa de conselho, delegacia, igreja matriz, Câmara Municipal denota dada concentração, como também, apesar de não serem, durante longo tempo, construções com estrutura física inovadora, expressava a institucionalização do poder e controle social local, afinal os lugares de liderança nessas instituições foram, tradicionalmente, ocupados por homens que possuíam, devido ao poderio econômico e político que detinham no período, nome e sobrenome de destaque e distinção social, a exemplo dos Araújo Góes. Respeitando aqui o próprio tamanho numérico da população, que, segundo o recenseamento de 1890, era de 24.666 pessoas, e a sua dispersão territorial, essa aglomeração, notadamente, era lugar de confluência humana: homens e mulheres de diferentes segmentos sociais circulavam nesse espaço.

Com relação à parcela da população que, comumente, circulava na vila, dada confluência esteve muito atrelada a atividades comerciais. Essa observação permite afirmar que um dos principais espaços urbanos da sede foi a rua do Comércio, representada a seguir na fotografia e atualmente chamada de praça Lourenço Olivieri. Sem dúvida, essa porção urbana de Catu, a rua do Comércio, surgiu em função da necessidade de atendimento das demandas dos moradores de sítios e fazendas circunvizinhas, localizadas nos limites da vila, como também em áreas mais distantes.

Figura 2 – Rua do Comércio, Catú, s/d



Fonte: autor desconhecido, s/d

Sobre a presença de estabelecimentos comerciais na citada rua, a pesquisadora Keite Maria Lima, ao analisar os registros dos comerciantes na Junta Comercial da Bahia, verificou a existência de, até o ano de 1915, sete solicitações feitas por comerciantes para realizar o registro de suas firmas no município (LIMA, 2010, p. 85). Nesse sentido, certamente, estabelecimentos básicos como açougues (casa de talhos para carnes verdes), armazéns e, até mesmo, farmácia formaram o espaço central do comércio.

Atentando-se ainda à configuração urbana da espacialidade, Vianna, em seu relato, destaca que o elemento que possibilitava o desenvolvimento mais expressivo do comércio em Catu eram os dias de feira livre. Fontes iconográficas demonstram que tal atividade acontecia na rua onde estavam localizados os principais estabelecimentos comerciais, a dita rua do Comércio. Realizada em um espaço aberto, sem cobertura ou nenhum tipo de edificação central fixa, a feira tomava praticamente toda a extensão do local:

Figura 3 – Feira livre, Catú, século XX



Fonte: autor desconhecido, séc. XX

O espaço central da rua era tomado por homens e mulheres que se incumbiam de vender verduras, frutas, legumes, cereais e outros produtos. Dessa forma, a população rural estava, extensivamente, presente nos dias de feira, que, em Catú, ocorriam às segundas-feiras. Os indivíduos que atuavam nessa atividade não eram apenas da localidade, mas, certamente, homens e mulheres de povoados próximos que não somente vendiam, mas também compravam produtos da feira, do mesmo modo que adquiriam produtos vendidos nos estabelecimentos comerciais existentes na dita rua.

A presença desses indivíduos enquanto, em sua grande maioria, trabalhadores rurais, muitos deles egressos do cativo ou descendentes de sujeitos que viveram essa condição, demonstra que a ocorrência da feira semanal na vila esteve ancorada no trabalho realizado por eles, que cultivavam e colhiam gêneros agrícolas, certamente, em pequenas propriedades, nas proximidades ou em territórios mais afastados. Desta forma, a dinâmica de trabalho e de vida presente no período da escravidão preservou-se com a abolição como via de sobrevivência e inserção social.

Como em outras regiões, a feira livre em Santana do Catú não se configurou apenas na função de espaço de circulação de mercadorias,

do estabelecimento de relações estreitamente comerciais; junto a esses contatos, “corriam as notícias sobre o cotidiano das pessoas, quem havia casado, nascido, falecido, estava doente [...] todos estavam nas conversas que se desenrolavam por entre as bancas ou barracas dos feirantes” (OLIVEIRA, 2002, p. 69). Enquanto local de interseção entre o urbano e o rural, a feira caracterizava-se como espaço de construção de experiências, vivências, o que possibilitava, junto à busca da sobrevivência material, a elaboração de laços de solidariedade e sentimentos de amizade e companheirismo.

Como vimos até aqui, a ocorrência da feira livre pautou-se na produção e comercialização, principalmente, dos gêneros alimentícios, e tal demanda possibilitou o desenhar do cenário entre o rural e urbano na vila. Segundo Teixeira:

As aglomerações urbanas eram na verdade localidades semi-urbanas ou, se quisermos, semi-rurais, pois não somente sua forma física-espacial detinha elementos que lembravam o mundo rural, como também as relações que seus habitantes mantinham com este eram muito mais intensas do que atualmente. (TEIXEIRA, 2003, p. 53).

Nesse sentido, os homens e mulheres que, certamente, acordavam e se deslocavam cedo de casa para irem à vila, ao comércio ou para participar da feira livre entravam em contato, nesse espaço, com elementos ou aspectos que caracterizavam também o cenário rural do município, como ruas (caminhos) de terra, carroças, animais que transportavam pessoas e mercadorias. Junto a isso, certamente, ao redor desse centro urbano existiam residências ou propriedades que possuíam áreas onde, além da realização de outras atividades, eram criadas aves e outros tipos de animais de pequeno porte, atividade comumente associada ao meio rural.

Considerações finais

Se, por um lado, a economia de Santana do Catu se modificou substancialmente com o declínio da cultura da cana-de-açúcar e o fim da escravidão, por outro, a sua estrutura social pouco se alterou. A cidade continuou sendo uma localidade eminentemente rural, com a sua economia voltada para gêneros alimentícios de subsistência, tais como farinha, fumo, entre outros. Existe também, ao que indicam os dados, uma permanência em relação à classe trabalhadora: em sua maioria homens e mulheres de cor egressos da escravidão ou descendentes de escravizados.

Com relação à sede do município, era-lhe destinada a mesma funcionalidade dos tempos do império: local de comercialização nas feiras e/ou nas pequenas casas comerciais. Há de se destacar também que, ao lado dos conglomerados de casas, de repartições públicas e da igreja matriz, passava-se a linha férrea construída algumas décadas antes. De trem chegavam e partiam pessoas, produtos e informações de diversas cidades da Bahia de Juazeiro a Salvador. Era esse fluxo, talvez, que movimentava um pouco aquela pacata comunidade rural que era a Santana do Catu nos dias da Primeira República.

Os estudos que resultaram neste capítulo trouxeram um desenho panorâmico da realidade social e econômica de Santana do Catu na Primeira República, mas apontaram também para uma infinidade de temas possíveis e passíveis de ser pesquisados. Dentre eles, destacamos a história política local em suas permanências e diferenças entre os tempos finais do império e o início da república, em que se destacaram figuras tradicionais como o barão de São Miguel, o barão de Camaçari, Sócrates Bittencourt e outros membros do clã dos Araújo Góes, mas também figuras, de certa forma, novas, como o poderoso Pe. Cupertino. Como essas figuras, antes tão entrosadas com o governo imperial, se comportaram nos tempos de política republicana? Como o coronelismo se instaurou como prática política em Catu nesse período?

No campo da história da cultura, há que se pesquisar ainda como viviam os membros dessa sociedade em seu cotidiano. No campo da história do trabalho, pode-se pensar como os trabalhadores egressos da escravidão, ou mesmo os antigos agregados de cor ou não, constituíram suas relações de trabalho. Enfim, esperamos que, com as linhas escritas neste capítulo, tenhamos lançado algumas sementes para pesquisas sobre a “Formosa Santana do Catú” das primeiras décadas republicanas.

Referências

BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca, e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA, Euclides da. *Diário de São Paulo*, 12 set. 1897. Disponível em: <http://www.euclidesdacunha.org.br/> [submenu “Os artigos”]. Acesso em: 24 maio 2012.

ESTRELA, Maridelza Alves Oliveira. *Trabalho feminino e cotidiano na cultura fumageira em Catu – BA (1955 – 1965)*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2011.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita*. 1994. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. *Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoinhas (1868- 1929)*. 2010. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo sul: terras, homens, economia e poder no século XIX*. Salvador: UFBA; Editora UNEB, 2002.

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Travessias e tramas: fragmentos da vida de africanos e afro-brasileiros no pós-abolição – Bahia (1888- 1930)*. Salvador: EDUNEB, 2016.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Os nomes das cidades no Brasil colonial. Considerações a partir da capitania do Rio Grande do Norte. *Mercator*, Revista de Geografia da UFC, [s. l.], ano 2, n. 3, 2003.

VIANNA, Francisco Viscente. Memória sobre o estado da Bahia. *Diário da Bahia*, 1893.

Fonte

- Imagens

Rua do povoado do Catú, 1861. (Autor: Benjamim Mullock)

Rua do Comércio, Catú, s/d. (Autor: desconhecido)

Feira livre, Catú, século XX (Autor: desconhecido)

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio: relações de proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no Estado da Bahia. vol. 3, Rio de Janeiro: IBGE, 1923.

Recenseamento geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Série Regional. Censo demográfico – população e habitação. Parte XII, Tomo 1, BAHIA. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

Conselho Nacional de Estatística: Serviço nacional de recenseamento. Série Regional. Vol. 20, Tomo 1. Estado da Bahia: Censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

Conselho Nacional de Estatística: Serviço nacional de recenseamento. Série Regional. vol. 20, Tomo 2. Estado da Bahia: Censo Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

Conselho Nacional de Estatística: Serviço nacional de recenseamento. Série Regional. vol. 20, Tomo 3. Estado da Bahia: Censo industrial, comercial e dos serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

CONVENÇÕES DE GÊNERO E VIVÊNCIAS SEXOAFETIVAS ENTRE POPULARES EM SANTANA DO CATÚ NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Larissa Cheyenne Nepomuceno de Jesus

Introdução

Pesquisadoras como Maria Aparecida P. Sanches e Cláudia Maia destacam que, na Primeira República, o casamento era entendido como grande conquista a ser realizada pelas mulheres para a formação da instituição mais indispensável da nação brasileira: a família (MAIA, 2001; SANCHES, 2014). Segundo as convenções de gênero do período estudado, tal instituição deveria ser formada por um homem ordeiro e trabalhador e uma mulher honesta, honrada. Nesse cenário ideal, perder a virgindade fora do casamento, para a mulher, significava “deixar de estar apta ao fim social de ser esposa, mãe” (SANCHES, 2014, p. 44). Essa lógica não era aplicada ao comportamento sexual masculino; pelo contrário, a precocidade sexual dos homens era incentivada.

Assim como outros pesquisadores e pesquisadoras, acreditamos que “a dupla moral sexual sucintamente apresentada acima, sem dúvida, encontrou eco entre os segmentos populares que possuíam um cotidiano enredado por outros dilemas, como também por outras percepções e práticas de vida” (JESUS, 2021, p. 97). Apesar disso, acreditamos que muitos homens e mulheres pertencentes aos segmentos populares desenvolveram vivências sexoafetivas que destoavam do que era divulgada como modelo de comportamento sexual. Desta forma, pela análise de dois processos-crime de defloramento instaurados nas primeiras décadas do século XX em Catu, buscamos, neste capítulo, analisar tais vivências. Cabe destacar que o município catuense, palco para a ocorrência dos casos analisados, no período estudado, era uma região predominantemente agrícola e rural, como também pertencente à chamada zona fisiográfica do Recôncavo Baiano, e era formada pelo distrito-sede de São Miguel e Pojuca.

“Viu deitado em uma esteira no chão João Fagundes e Querina do Espírito Santo”: vivências sexoafetivas entre populares e a preocupação social

Em janeiro de 1927, Bartholomeu de Assis (12 anos, solteiro, analfabeto, lavrador), conhecido na fazenda Cassarongongo, Catu, BA, como Bartho, foi ouvido como testemunha informante no inquérito instaurado que buscou investigar o defloramento cometido por João Fagundes (sem informações) contra Querina do Espírito Santo (16 anos, “parda”, empregada em serviço doméstico). Ao ser questionado sobre o ocorrido, Bartho respondeu o seguinte:

[...] que indo a casa de Maria de Souza no dia 04 do corrente as onze horas do dia, buscar umas pimentas, encontrou a porta fechada e estando uma janela aberta olhou pela mesma, e viu deitado em uma esteira no chão João Fagundes e Querina do Espírito Santo, fazendo imoralidades, correndo ambos para o quarto quando perceberam sua presença, chegando ele testemunha em casa de Pedro [...] que é irmão de Maria Madalena de Souza, contou o que viu a este. E nada mais disse e nem lhe foi perguntado. (PROCESSO-CRIME, 1927, s/p).

Apesar de qualificado no papel de informante, testemunho tal qual o realizado por Bartho se constituía como peça rara nos autos, principalmente, tratando-se de processos de defloramento. Destacamos isso porque atos sexuais que tiveram como desfecho posterior a intervenção da polícia e da Justiça, geralmente, ocorriam em momentos e espaços nos quais a ausência de outros sujeitos e sujeitas era marcante. A fala exposta traz indícios de que a relação sexual entre João e Querina teria sido consensual, como também expõe a vigilância sob os comportamentos de homens e, principalmente, de mulheres exercida pela vizinhança, por sujeitos e sujeitas que viviam próximos a esses indivíduos, demonstrando que a preservação da honra feminina (virgindade) era uma preocupação social.

A ofendida era órfã e, como de costume, estaria sob os cuidados de Pedro Pereira da Silva (54 anos, solteiro, lavrador, analfabeto) no dia do ocorrido. Segundo ele, Querina teria saído cedo, pouco antes das 7h, “em demanda da casa da aludida Maria Madalena com o fito de dar comida aos animais e verificar as plantações” (PROCESSO-CRIME, 1927, s/p). Retirando-se em seguida para o trabalho na roça, Pedro, passando pela frente da casa de Maria Madalena, na fazenda Cassarongongo, local de morada de Querina, teria visto a ofendida e o acusado conversando, na porta da casa da sua comadre e irmã, Maria.

Como consta ainda em sua fala, Pedro teria mandado, propositalmente, Bartholomeu, em torno das 11h, ir à casa de Maria Madalena, pois, ao retornar do trabalho na roça, não teria encontrado Querina em sua residência. Ao ser indagado sobre o comportamento dos principais envolvidos, Querina e João Fagundes, a testemunha afirmou que o acusado era um “vadio e sem ocupação, por não procurar trabalho algum”; já a ofendida era:

[...] órfã de pai e mãe a quem vem criando desde criança a citada Maria Madalena que, assim, a tem em sua companhia, e que é a mesma de boa índole e de bons costumes vivendo presentemente a coajudar a dita Madalena nos trabalhos domésticos e da pequena lavoura que possui. (PROCESSO-CRIME, 1927, s/p).

Como a literatura sobre o tema demonstra, a preocupação com a vida, com o comportamento social dos envolvidos, ofendida e acusado, era elemento marcante na grande maioria dos autos dos chamados crimes sexuais elaborados na Primeira República (CAULFIELD, 2000; FAUSTO, 2014). Tal preocupação estava ligada à existência de uma dupla moral sexual vigente no período histórico em destaque e que pode ser, sucintamente, descrita assim: aos homens era permitida a liberdade sexual em plenitude, já as mulheres deveriam ser recatadas e resguardadas sexualmente para o casamento, entendido, no período estudado, como passo elementar para a vida delas (LIMA, 2017). Mulheres que transgrediam de alguma forma essa convenção de gênero, que perdiam a virgindade fora do casamento, eram estigmatizadas e vistas como desonestas, desonradas e não deveriam ser alvo dos cuidados da lei e da Justiça no tocante aos crimes sexuais (CASTRO, 1942).

Nesse ponto, gostaríamos de destacar que, no caso estudado, o exame de corpo de delito comprovou a ocorrência do defloramento, porém, segundo os peritos, este teria ocorrido sem violência. Tal informação (ausência de violência) é de extrema relevância, pois, para muitos estudiosos do Direito e juristas do período, “uma moça de família honesta era ingênua e transparente; seus pensamentos e atos eram totalmente previsíveis. Ela, por exemplo, nunca iria manter relações sexuais extraconjugais, a menos que fosse forçada ou ludibriada” (CAULFIELD, 2000, p. 77). Assim, marcas de violência eram, comumente, compreendidas como demonstração de que a ofendida teria resistido ao máximo para preservar a sua virgindade e honestidade; a ausência significaria que o ato sexual teria sido consensual, colocando, desta forma, em dúvida a retidão da mulher.

Nesse ponto, uma das tarefas da polícia e da Justiça seria conseguir informações sobre a existência ou não de “amizade”, namoro entre os envolvidos, como também a busca em saber se havia ou não, por parte do acusado, promessa de casamento, entendida, idealizadamente, como uma das formas de sedução que levaria uma “moça honesta” a sexualmente ceder. Ao ser ouvida, a testemunha José Lima (48 anos, solteiro, vaqueiro, analfabeto) é inquerida sobre esse aspecto, como podemos ver:

Perguntado se sabe da existência de relações de amizade ou amorosas entre o denunciado e a menor Querina anteriores à prática do fato em apreço? Respondeu que sabe porquanto por diversas vezes teve ocasião de vê-los juntos em conversa amistosa e divertida, ora na casa de farinha digo na casa da oficina para fazer farinha, ora no curso dos trabalhos da referida oficina. (PROCESSO-CRIME, 1927, s/p).

A vigilância sobre os comportamentos sociais é mais uma vez marcante na fala da testemunha, pois o que poderia ser apenas “conversa amistosa e divertida”, em um dia comum de trabalho, nos autos passa a ser indício utilizado para comprovar a existência de um namoro, base para a ocorrência da sedução e da conseqüente perda da virgindade. Apesar disso, ao ser ouvida na fase do inquérito, Querina relatou o seguinte:

Respondeu que sendo órfã, vive na companhia de Maria Madalena de Souza, uma viúva que mora na Fazenda Cas-sarongongo, e que tendo, digo que estando em casa no dia 04 de janeiro, chegou João Fagundes lhe fazendo propostas imorais e ilícitas aos quais ela não quis aceitar, e ele agravando-a e forçando-a conseguiu os seus intentos, deflorando-a, nesta ocasião chegou um menino conhecido pelo nome de Bartho, filho de Maria Bazilia o qual presenciou o final do ocorrido, fato que se deu as onze horas do dia 04 do corrente (PROCESSO-CRIME, 1927, s/p).

Sem fazer alusão alguma sobre a existência de namoro, muito menos destacando ter ocorrido promessa de casamento, a então ofendida afirmou ter sido forçada a praticar o ato sexual. Ela confirma a presença da testemunha informante no local, como também a ocorrência da conversa com o acusado relatada por Pedro Pereira, porém em termos pouco amistosos, afinal João Fagundes teria feito “propostas imorais e ilícitas” a ela.

Quando confrontamos a fala da acusada com a da testemunha chamada Bartholomeu, percebemos uma discrepância com relação à existência ou não do consentimento por parte de Querina para a efetuação do ato

sexual, afinal, por meio do olhar de Bartho, a ofendida e o acusado estariam, antes de serem vistos por ele, confortáveis com o que estava ocorrendo ali, escondendo-se apenas quando perceberam que estavam sendo observados. Querina e João eram indivíduos que, certamente, pertenciam à mesma classe social, eram trabalhadores, apesar de não possuímos informações concretas sobre o acusado, pois este não foi encontrado para ser ouvido.

Destacamos isso porque a perspectiva hegemônica sobre o comportamento sexual existente no período do processo, logicamente, estava presente também na vida de homens e mulheres pobres como a ofendida e o acusado. Logo, apesar de possuírem uma realidade material e cultural diversa das camadas abastadas, a preocupação com a virgindade, com a honestidade, com a imagem perante os familiares e a vizinhança era uma realidade no cotidiano desses sujeitos e dessas sujeitas.

Ao procurar a polícia para denunciar o defloramento, a viúva Maria Madalena, apesar de não possuir parentesco, buscou garantir que Querina tivesse, dentro do que fosse possível, sua reputação, perante a comunidade, preservada. Acreditamos também que esta era a principal preocupação da própria ofendida, afinal, por mais que a relação sexual tenha sido consensual — a fala de Bartho permite-nos traçar essa afirmação —, era necessário, perante a polícia, construir um discurso que possibilitasse um desfecho jurídico favorável à sua condição de mulher deflorada. Não vemos a ofendida como uma vítima indefesa e o acusado como o algoz perpétuo; pelo contrário, cremos que, no caso estudado, ambos tinham certo grau de discernimento para tomarem decisões nos mais diversos aspectos de suas vidas. Desta forma, como destaca Lana Lage:

Desde o momento da denúncia na Delegacia de Polícia, começa a ser construída uma verdade, não apenas sobre o delito praticado, mas também sobre as partes envolvidas, e as representações sociais de gênero tem papel decisivo nessa construção. O livre convencimento motivado do juiz, previsto no nosso Direito, abre espaço para a influência de critérios subjetivos nos julgamentos (Mendes, 2012: 478), enquanto a aplicação particularizada das leis, característica do Sistema de Justiça Criminal brasileiro (Kant de Lima, 1999: 30) permite que os mesmos delitos recebam tratamento jurídico diferente dependendo da qualidade das pessoas envolvidas. A verdade construída juridicamente vai, assim, favorecer a denunciante ou o acusado, de acordo com os modelos de comportamento feminino e masculino, valorizados na sociedade (LIMA, 2017, p. 15).

Infelizmente, não tivemos condições de ler a versão do acusado sobre o fato, pois, como já afirmamos, ele não fora encontrado para ser ouvido. Ao que parece, João, diante da repercussão do caso na fazenda, retirou-se da localidade, como muitos outros sujeitos que não estavam dispostos a serem judicialmente acusados por terem deflorado uma moça virgem, pois, como destaca Tânia Vasconcelos:

Muitos homens tiravam proveito da dicotomia comum à ordem patriarcal que dividia as mulheres entre as moças adequadas para constituir família e as ‘disponíveis’ para os prazeres sexuais, sendo que as moças pobres e trabalhadoras, mesmo não desejando estar na segunda opção, acabavam sendo vistas dessa forma (VASCONCELOS, 2018, p. 175).

Esse não foi o caso de Joaquim Lopes da Conceição (18 anos, solteiro, alfabetizado, administrador da fazenda Santa Rita), pois, em 1914, ele foi interrogado por ter sido apontado como o responsável pelo defloramento de Leopoldina da Anunciação (17 anos, solteira, analfabeta, serviços domésticos).

Sendo um ano mais velho que a ofendida, e por ser administrador de uma fazenda, possuindo também melhores condições materiais, Joaquim, em seu relato, evidencia a existência de uma relação afetiva entre eles, dando-nos pistas de como esta teria sido construída. O enredo elaborado por ele também estava carregado de elementos apresentados com o intuito de desqualificar o comportamento de Leopoldina, retirando dele a responsabilidade sobre a perda da virgindade dela, pois, apesar de ter acolhido, como afirma nos autos, a ofendida em sua casa, pois ela estava “debaixo de um aguaceiro” (PROCESSO-CRIME, 1914, s/p), “não teve relações com ela que a desonrasse” (PROCESSO-CRIME, 1914, s/p). Apesar de ter, perante as autoridades, negado a autoria, Joaquim teria assumido a responsabilidade para Anastácio de Santana (32 anos, solteiro, lavrador, analfabeto):

Tendo encontrado com Joaquim Lopes na rua da estação, nesta Vila, terça-feira primeiro corrente, perguntara a Joaquim Lopes: eu soube que você tirou uma moça? Joaquim Lopes respondeu: tirei. Ele respondente disse que tinha perguntado a Joaquim Lopes: você deve a ela? Joaquim Lopes respondeu que devia. (PROCESSO-CRIME, 1914, s/p).

A fala da testemunha é basilar, pois, quando confrontada com o testemunho do acusado, demonstra que Joaquim, assim como outros homens, sabia que, para escapar de um julgamento ou condenação, era necessário

produzir uma versão sobre o ocorrido ou trazer elementos que corroborassem a ideia de que era inocente e colocassem em dúvida a honestidade da vítima, Leopoldina. Desta forma, o acusado não assumiria em juiz a responsabilidade de ter retirado a vítima de casa e tê-la desvirginado. Apesar dessa estratégia do acusado, as testemunhas ouvidas também foram questionadas sobre o comportamento social da vítima, e todas, em suas falas, afirmaram que ela era uma mulher honrada, como podemos ver no depoimento de Francisco Ferreira (sem informações):

[...] que no mesmo dia, encontrando-se com Anastácio de Sant'anna, este lhe referiu que Leopoldina lhe havia dito que Joaquim Lopes lhe tirara de casa, que no dia seguinte Leopoldina lhe contou, indo a sua casa, que Joaquim Lopes lhe ameaçou de mata-la se esta confessasse ter sido ele o autor do seu defloramento. Perguntado se Leopoldina é conhecida na rua em que mora como namorada ou se conhece somente ao seu respeito o fato referido? Respondeu que Leopoldina não é conhecida como namorada, só se sabendo do fato de que se trata. Perguntado se antes do fato denunciado já se falava da honra de Leopoldina? Respondeu que não se falava. (PROCESSO-CRIME, 1914, s/p).

Cabe destacar que o acusado estava presente na oitiva de todas as testemunhas e negou ter ameaçado a vítima. Nesse ponto, reafirmamos, mais uma vez, que os processos-crime “são fontes compostas por diferentes personagens, contendo, assim, diferentes versões acerca dos crimes denunciados” (VASCONCELOS, 2018, p. 38), que, como vimos, constantemente se chocavam. Diferentemente do caso apresentado anteriormente, vítima e acusado não ocupavam a mesma condição socioeconômica, pois, enquanto Leopoldina era costureira, Joaquim era administrador de fazenda. Diante disso, verificamos nos autos que ele tivera condições de contratar um advogado que produziu, por escrito, uma longa defesa. Apesar disso, Joaquim, assim como João, foi pronunciado e tornou-se réu. No período estudado, processos-crime como os de defloramento eram julgados pelo grande júri.

Destacamos essa observação porque os grandes júris eram formados, como é sabido, por homens que possuíam, certamente, algum tipo de destaque ou prestígio social nas localidades. Sem dúvida, os homens que constituíam esses júris tinham perspectivas de mundo e, desta forma, eram sujeitos que possuíam determinada compreensão em torno de como mulheres e homens deveria socialmente se comportar. Acreditamos que

essa compreensão, bastante atrelada às convenções de gênero do período em estudo, influenciou na decisão do grande júri, em ambos os casos estudados, em absolver os réus.

Considerações finais

Os autos dos processos estudados, como vimos, dão possibilidade de pensarmos sobre como as relações afetivas eram construídas entre os sujeitos que formavam os segmentos populares em Catu nas primeiras décadas do século XX. É importante destacar que esse exercício foi feito levando em consideração o fato de que, no período estudado, havia uma perspectiva hegemônica sobre como homens e mulheres deveriam se relacionar e se comportar. Deste modo, ao nos debruçarmos sobre os autos, conseguimos perceber que, a despeito dessa perspectiva dominante, homens e mulheres trabalhadores mantinham namoros, relações afetivas e sexuais que se desenhavam com base em outros contornos.

É óbvio que tais contornos não eram integralmente autônomos às convenções de gênero, afinal os casos chegaram até a polícia e a Justiça, instituições que, sem dúvida, buscavam encaixar tais sujeitos dentro do que era pregado pelo modelo dominante. Por fim, não sabemos os desdobramentos de vida de Querina do Espírito Santo, Leopoldina, João e Joaquim, mas podemos afirmar que tanto João quanto Joaquim, certamente, continuaram a levar seu cotidiano e as relações dentro da normalidade. Contudo, não podemos tecer a mesma afirmação para as respectivas realidades de Maria e Leopoldina, afinal, enquanto mulheres pobres, ambas sentiram o peso social de terem perdido a virgindade fora do casamento. Histórias como as analisadas, seguramente, foram frequentes no cotidiano catuense nas décadas seguintes ao processo abolicionista.

Referências

CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Os delitos contra a honra da mulher*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1942.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

JESUS, Larissa Cheyenne Nepomuceno de. *“E insuflou-me a espancar felicidade”*: tramas de mulheres pobres em Sant’Anna do Catú, Bahia (1890- 1930). 2021. 127 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2021.

LIMA, Lana Lage da Gama. Cultura do estupro, representações de gênero e Direito. *Linguagem e Direito*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 7-18, 2017.

MAIA, Cláudia de Jesus. Genealogia da solteirona no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2001, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, Anpuh, 2001. p. 1-16.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. O crime de defloração e a conformação de famílias para o bem-estar da Nação. In: RODRIGUES, Andréa da Rocha; BARREIROS, Márcia Maria da Silva. *Revisitando Clio: estudos sobre mulheres e as relações de gênero na Bahia*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014. p. 39-67.

VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. *“Sertanejas defloradas” e “dom juans” julgados: relações sexoafetivas de mulheres pobres em processos de crimes contra os costumes em Jacobina- Bahia (1942-1959)*. 2018. 329 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

Fontes

- Arquivo do Instituto Federal em Catu (IF Baiano)

PROCESSO-CRIME, defloração. Cx. 11. Doc. 03, 1914.

PROCESSO-Crime, defloração. Cx. 13. Doc. 05, 1927.

A CRIAÇÃO DO PCB NA CIDADE DE CATU E A LUTA POLÍTICA DE OSCAR PEREIRA SOBRINHO NA CÂMARA DE VEREADORES (1945-1948)

Ede Ricardo de Assis Soares

A fundação do PCB em Catu

O fim da Segunda Guerra Mundial criou um cenário favorável a retomada e difusão dos ideais democracia no mundo. A derrota das forças do Eixo havia explicitado as atrocidades realizadas pelos fascistas e a sua condição sombria de ameaça a todo o mundo civilizado, de modo que, se por um lado o fascismo se apresentava ainda como um perigo a ser combatido, por outro a democracia despontava como um valor inestimável, visto que a sua preservação representava a perpetuação dos ideais civilizatórios da humanidade.

No Brasil, até então sob a ditadura do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas viu-se obrigado a aderir ao movimento e procurou tomar a dianteira do processo de democratização, até ser deposto pelas forças militares no fim de 1945. Apesar do golpe, o processo de abertura do regime avançou, uma Assembleia Nacional Constituinte foi convocada e nova constituição foi promulgada no país no ano de 1946, estabelecendo-se as regras do jogo democrático a partir de então.

Esse contexto de difusão das ideias democráticas permitiu que os partidos comunistas de todo o mundo encontrassem condições de expandir seu campo de atuação, o que foi muito bem aproveitado pelo então Partido Comunista do Brasil, o PCB, que fez uso de todo o seu prestígio de defensor da democracia no Brasil durante a ditadura do Estado Novo e tornou-se o principal partido da esquerda brasileira e um dos principais do Brasil, elegendo uma bancada de 14 deputados federais e um senador em 1946.

Foi nesse contexto de franco crescimento do comunismo que, no dia 19 de agosto de 1945, foi fundado o Comitê Municipal do PCB em Catu,

fato que acabou noticiado no jornal Tribuna Popular, do Rio de Janeiro, então capital federal.

Segundo a nota, a instalação do Comitê Municipal do Partido Comunista Brasil deu-se “com grande assistência e entusiasmo popular” (INSTALADO..., 1945, p. 5). Na ocasião foram homenageados os marinheiros do cruzador “Bahia”, navio que participava de uma operação de apoio às tropas que retornavam da guerra em direção ao Nordeste e que acabou naufragando ao realizar exercícios militares, matando a grande maioria de sua tripulação de soldados e oficiais. O articulista classificou o ocorrido de “desastre” por terem sido ceifadas as vidas de agentes “quando a serviço da pátria” (INSTALADO..., 1945, p. 5), evidenciando o clima de guerra ainda existente. No fim, foi anunciado que Oscar Pereira Sobrinho havia sido escolhido para o cargo de “Secretário do Comitê Municipal de Catu” (INSTALADO..., 1945, p. 5), posto mais alto do comando daquele núcleo comunista.

Em outra nota, então publicada no jornal do PCB baiano, O Momento, no dia 18 de fevereiro de 1946, Oscar Pereira Sobrinho teve publicados detalhes de sua trajetória de trabalho e militância comunista. Sob o título de “Construtores do Diário do Povo”, o líder catuense é apresentado como um “industrial no município de Catu, secretário político do Comitê Municipal do PCB” (CONSTRUTORES..., 1946, p.3) , uma “figura de maior projeção em todos os círculos do município” (CONSTRUTORES..., 1946, p.3) e “representante do nosso jornal em Catú”, (CONSTRUTORES..., 1946, p.3), tendo sido responsável por triplicar a venda de *O Momento* na cidade, tornando-se grande contribuinte da campanha para tornar diário o semanário comunista. A nota estava acompanhada de uma foto de Oscar Pereira Sobrinho, que, ao lado de Alberto Schmidt, estava sendo homenageado por ser um grande apoiador do jornal, como é possível ver a seguir:

Figura 1 – “Oscar Pereira Sobrinho”



Fonte: Construtores... (1946, p. 3)

Tudo indica que, na condição de representante de *O Momento* na cidade, o líder catuense possuía influência direta nas matérias sobre Catu que eram publicadas naquele semanário comunista, até porque à época o jornal tinha uma coluna intitulada “O momento nos municípios”, onde eram veiculados fatos e eventos ocorridos nas cidades da Bahia. É possível, até mesmo, que ele tenha escrito e publicado textos sobre a cidade naquele jornal.

O fato é que Oscar Pereira Sobrinho aparece em muitas matérias de *O Momento*, o que evidencia a sua condição de dirigente reconhecido em âmbito regional e pelos círculos intelectuais aos quais pertenciam os articulistas do jornal soteropolitano, até porque, ao que parece, ele estava diretamente ligado à escolha e à escrita das matérias sobre Catu publicadas no jornal comunista soteropolitano.

Exemplo disso pode ser visto na matéria de *O Momento*, de 4 de fevereiro de 1946, intitulada “Grande comício do comitê de Catu” (GRANDE..., 1946, p. 4), que compunha a quarta página daquele jornal, ao lado de notícias sobre as ações do PCB nas cidades de Feira de Santana, Campo Formoso, Ilhéus, Itabuna Cachoeira.

A matéria — que figurava ao lado de uma denúncia do PCB sobre uma suposta aliança entre os integralistas catuenses e a Igreja — informava que no dia 27 de janeiro, às 15h, na Ladeira das Pedras havia sido realizado “um grande comício do Partido Comunista em Catu, contando com a presença de grande massa operária, camponesa e elementos do povo em geral” (GRANDE..., 1946, p.4). Os oradores daquele comício foram Aurélio Pereira — irmão de Sobrinho, que na década seguinte se tornaria um dos principais líderes do PCB na vizinha cidade de Alagoinhas (SOARES, 2013, p. 114) —, seguido pelo doutor Egberto Leite, o operário Rufino Santos e, por fim, novamente, Oscar Pereira Sobrinho, que, segundo *O Momento*, “expôs ao povo a posição que irão assumir, na Câmara Federal, os deputados comunistas, em defesa dos mais justos interesses do povo e da classe operária” (GRANDE..., 1946, p.4) Após os discursos, o comício encerrou-se às 18h e rendeu 27 novos pedidos de filiação ao partido de Luís Carlos Prestes.

Por outro lado, a matéria é um extrato de como o PCB agia em todo o país naquele momento: mobilizava suas forças com cuidado para não ultrapassar marcos da legalidade institucional, aproveitando-se do contexto democrático em voga no país e difundindo as propostas e ações do partido na cidade, aumentando a sua influência na região, até porque as exigências para ingressar nas fileiras comunistas haviam diminuído e o Partido Comunista preparava-se para participar dos pleitos vindouros, para o que precisava realizar ações como aquela e efetivar-se como um partido de massas (SENA JUNIOR, 2010, p. 273).

Naquele contexto, o PCB buscava tornar-se um partido de massas, o que o afastava do modelo leninista de revolucionários profissionais (LENIN, 1978, p. 57-58) A política que se mantinha era o de União Nacional contra o fascismo e pela ampliação da democracia brasileira, ainda que sob as custas de um “cessar fogo” contra a exploração burguesa por sobre a classe operária (SENA JUNIOR, 2010, p. 281). O PCB seguiu nessa linha até ter o seu registro cassado no ano de 1947, sob a acusação de ser um partido de matriz estrangeira, o que resultou na clandestinidade e na perda dos mandatos de seus membros. No entanto, em 1946, os comunistas não imaginavam que o jogo poderia mudar tão rapidamente e seguiam confiando na democracia brasileira.

Em 1947, Oscar Pereira Sobrinho, fundador e dirigente do PCB de Catu, foi um dos 60 candidatos lançados pela direção estadual do PCB para concorrer ao cargo de deputado estadual, muito provavelmente por conta de sua força política em Catu e região (ALVES, 2015, p. 145). E, apesar de não ter sido eleito, sua campanha serviu para que ele fosse eleito à Câmara de Vereadores de Catu, assumindo o cargo em 1948, logo após mudanças bruscas no cenário político, especialmente para os comunistas, que amargaram a repentina perda do registro do PCB, cassado após votação apertada do Supremo Tribunal Federal, em 1947. As ilusões com a democracia burguesa começavam a cobrar seus tributos aos comunistas que passaram a luta, ao menos, pela manutenção de seus mandatos, então obtidos democraticamente pelo voto popular (SENA JUNIOR, 2010, p. 285).

Num cenário de crescente combate ao comunismo, também devido ao panorama internacional de início da Guerra Fria, Oscar Pereira Sobrinho foi obrigado a encarar as dificuldades que se apresentavam localmente, com uma lista crescente de adversários políticos, que muitas vezes também se tornaram seus inimigos pessoais. Afinal, na condição de fundador e principal líder comunista de Catu, ele acabou sendo o principal alvo das forças anticomunistas e remanescentes do integralismo, então em aliança com as oligarquias locais e setores da Igreja Católica.

Oscar Pereira Sobrinho: o vereador comunista de Catu

No dia 23 de janeiro de 1948, foi instalada a Câmara de Vereadores da cidade de Catu, ocasião na qual os vereadores eleitos tomaram posse, o que não acontecia desde o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937. Oscar Pereira Sobrinho figurava entre os eleitos. Ele acabou tendo de disputar as eleições na chapa do PSD, uma vez que o PCB teve cassado o seu registro no ano anterior; no entanto, era de conhecimento geral a sua permanência no Partido Comunista, até porque seus votos advinham exatamente de sua militância à frente do núcleo comunista de Catu, que resultavam do trabalho daquele grupo durante a campanha eleitoral. Naquele momento, utilizar-se de uma sigla disponível para concorrer às eleições foi uma estratégia comum para os comunistas. Exemplo disso foi o caso do ferroviário Almiro Conceição, na cidade vizinha de Alagoinhas, que entrou para o Partido Trabalhista Nacional (PTN) e elegeu-se à Câmara de Vereadores daquela cidade. Era o possível a ser feito diante do cerco que se fechava para os comunistas brasileiros (MORAIS, 2011, p. 47).

Na matéria de *O Momento*, intitulada “Instalada a Câmara Municipal de Catu”, Oscar Pereira Sobrinho é apresentado como “candidato de Prestes” (INSTALADA..., 1948, p.2), em referência ao líder máximo do comunismo no Brasil, Luís Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, então senador da República, cujo nome angariava votos e o apoio das massas populares. Ou seja, a eleição de Sobrinho resultava de seu prestígio local, somado ao impulso dado pelo PCB em âmbito nacional e estadual.

Já no momento de instalação da Câmara, teve início o embate entre Oscar Pereira Sobrinho e os vereadores da União Democrática Nacional (UDN). O primeiro a falar foi o udenista Alexandre Luna Góes, que, segundo *O Momento*, “outra coisa não fez senão blasfemar contra os comunistas” (INSTALADA..., 1948, p.2), em referência ao vereador comunista. Este, ao usar a palavra, preferiu reafirmar “os compromissos assumidos com os trabalhadores e o povo de Catu” (INSTALADA..., 1948, p.2), o que afrontava seus adversários políticos, então interessados em manter restrito às classes dominantes o poder e o acesso aos serviços do estado da Bahia. A matéria não informa se Sobrinho reagiu às críticas naquele momento feitas pelos udenistas, preferindo focar a sua posição resignada e disciplinada diante da responsabilidade assumida diante de seus eleitores, até porque a eleição de comunistas, atuando abertamente, apresentava-se como uma novidade maldita para as classes dominantes.

A instalação da Câmara acabou sendo uma amostra da luta que seria travada entre comunistas e udenistas na cidade: os representantes das oligarquias e das demais forças conservadoras buscando combater, desqualificar e, se possível, inviabilizar as ações do vereador comunista, ao mesmo tempo que este resistia e buscava cumprir com as suas promessas de realizar um mandato voltado para as demandas das classes populares, conforme prometera em campanha eleitoral.

Na verdade, este embate antecede à instalação da Câmara, uma vez que, ainda no dia 3 de janeiro, segundo *O Momento*, comunistas e simpatizantes de Luís Carlos Prestes foram presos por ordem do prefeito udenista, que “Mancomunado com o delegado de Polícia, esse prefeito anda assaltando pacíficos cidadãos sem pretextar o menor motivo, como se Catu fosse uma aldeia selvagem onde se desconhecisse que a existe e devesse ser cumprida” (O PREFEITO..., 1948, p. 5). Segundo o jornal, o prefeito possuía “costas largas” e vinha cometendo “atentados fascistas” (O PREFEITO..., 1948, p. 5) livremente por estar sendo sustentado pelo “patrão” Juracy Magalhães, ex-interventor

federal e ex-governador do estado, então na UDN. Os comunistas aproveitaram aquele fato para cobrar providências ao então governador do estado, o também udenista Otávio Mangabeira, lembrando-o de sua promessa de defender a Constituição. Estes acontecimentos foram denunciados pelo então líder da bancada comunista e secretário político do PCB na Bahia, Giocondo Dias, que usou a tribuna para “protestar contra as prisões e espancamentos no município de Catu, onde a UDN não quer deixar que se comemore o cinquentenário de Prestes” (O PREFEITO..., 1948, p. 5). Fatos que mostram a política de conciliação então adotada pelo PCB, que ainda acreditava nos princípios da democracia burguesa, considerando que a Constituição seria ainda devidamente respeitada, o que favorecia os comunistas, apesar de o registro do partido ter sido arbitrariamente cassado no ano anterior.

O clima de hostilidade prosseguiu durante todo o ano de 1948. Ainda em janeiro, Oscar Pereira Sobrinho foi atacado por um jagunço chamado João Beltrão, escapando graças à ajuda do lavrador Arcanjo dos Santos, que, no entanto, acabou gravemente ferido após ser agredido por um soldado e apunhalado pelo mesmo jagunço que havia atacado Sobrinho. Segundo *O Momento*, aquele evento mostrava como o banditismo havia tomado a cidade de Catu e, mais que isso, evidenciava como a disputa política ultrapassava o jogo institucional; e, no caso de Sobrinho, como também fora para muitos comunistas, havia ameaça a sua integridade física e mesmo a sua vida.

Este evento foi motivo de protesto para Aurélio Pereira de Souza, irmão de Oscar Pereira Sobrinho, que enviou um telegrama ao jornal *O Momento* expressando a sua indignação com o ocorrido: “[...] o espancamento e apunhalamento de um filho da minha terra pelo bandoleiro e assassino João Beltrão” (PROTESTOS..., 1948, p. 5), fato que ele responsabilizava ao prefeito da cidade, Oscar Pereira de Souza, exigindo que o criminoso fosse por ele entregue à Justiça. As palavras de Aurélio Pereira de Souza evidenciam que a cidade de Catu estava sob o domínio de chefes locais que usavam da violência na política e tinham como aliados ao poder estadual, nesse caso representado pelo apoio de Juracy Magalhães e de Clemente Mariani. Um arranjo bastante semelhante à aliança entre coronéis e oligarquias que predominou na Primeira República do Brasil, evidenciando como os revolucionários de 1930, ao invés de porem fim à ordem oligárquica, aliaram-se aos seus adversários de véspera, rearranjando a estrutura de poder no país.

Logo no início de seu mandato, Oscar Pereira Sobrinho foi combatido dentro da Câmara de Vereadores ao apresentar requerimentos

e indicações para viabilizar melhorias para a cidade. O primeiro requerimento abordava a situação das escolas mantidas pela prefeitura; o segundo solicitava a construção de um chafariz, de preferência na fonte do Dendê; e o terceiro, assinado pelo vereador Everaldo Correia, mandava construir banheiros públicos na cidade. Segundo a matéria de O Momento, quando os requerimentos foram postos em votação, o vereador Luna Góis “declarou categoricamente: ‘voto contra todos eles’” (O MOMENTO, 1948, p. 2); o vereador Olívio fez o mesmo e chamou aqueles projetos de “‘demagogia’ comunista” (APUNHALADO..., 1948, p. 2).

No dia seguinte, aqueles eventos foram publicados num jornal mural, que foi atacado pelo “raivoso” vereador Olívio, que, segundo o jornal, mandou seus jagunços quebrarem-no, mas eles acabaram impedidos pela população local. Oscar Pereira Sobrinho pediu providências ao delegado de polícia, “que chegou a dizer não poder tomar providências, pois tratava-se do coronel Olívio” (APUNHALADO..., 1948, p. 2). Apesar disso, cessaram os ataques contra aquele jornal mural.

No mês de maio daquele ano, Oscar Pereira Sobrinho conseguiu fazer a Câmara de Vereadores aderir ao movimento em defesa do petróleo nacional. Segundo *O Momento*, o vereador comunista apresentou naquela casa uma moção de apoio e solidariedade ao Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, e um convite para que o Cel. Carnaúba, um de seus dirigentes, viesse à cidade de Catu, aproveitando a sua passagem por Salvador.

A matéria figurava entre as manchetes da primeira página daquela edição de 19 de maio de 1948, e estava escrita em negrito e em caixa alta, nos seguintes termos: “A CÂMARA MUNICIPAL DE CATU DEFENDE NOSSO PETRÓLEO (LEIA NA 2ª PÁGINA)” (A CÂMARA..., 1948, p. 1, grifo no original). Na matéria, que possuía um título um pouco diferente – “O povo de Catu defende nosso petróleo” (A CÂMARA..., 1948, p. 1) –, figurava uma foto de Oscar Pereira Sobrinho, apontado como principal articulador daquele movimento. Segundo o jornal, tinha sido iniciada uma campanha nacional em defesa do petróleo brasileiro, que não se restringia à capital da Bahia, uma vez que, no interior, “as populações dos municípios, os democratas e patriotas de verdade, se organizam e se mobilizam na defesa de nosso ouro negro, ameaçado que está de ser abocanhado pelo imperialismo americano” (A CÂMARA..., 1948, p. 1). Naquele momento, Catu aderiu oficialmente ao movimento, tomando posição ao lado das demais cidades “contra a entrega do nosso petróleo aos trusts estrangeiros”

(A CÂMARA..., 1948, p. 1). Posição que havia sido definida na Câmara de Vereadores por meio da aprovação de uma moção apresentada pelo vereador Oscar Pereira Sobrinho, que só não foi aprovada por unanimidade porque o vereador Alexandre Luna Gois votou contra — o que, segundo *O Momento*, já era esperado, por tratar-se de “coerência natural” daquele integralista. No fim, a matéria informa ter sido aprovado o envio de um telegrama ao Cel. Artur Carnaúba, convidando-o a palestrar na cidade, que não chegou ao destinatário em virtude do atraso do telégrafo.

O fato é que a posição de Oscar Pereira Sobrinho em defesa do petróleo coadunava as orientações do PCB em âmbito nacional, apesar da clandestinidade e das mudanças em sua linha política, implementadas a partir de 1948, contribuindo à defesa do monopólio estatal do petróleo brasileiro (VINHAS, 1982, p. 128). Sobrinho não tinha noção da importância que a extração de petróleo assumiria para o município de Catu, mas a sua ação colocou o município numa posição decidida, fortalecendo a luta em prol da proteção do petróleo nacional.

As ações de Oscar Pereira Sobrinho em defesa do petróleo resultaram na visita de membro do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, ocorrida em agosto de 1948, quando ficou firmada uma data para instalação de um núcleo local do CEDP na cidade. Segundo matéria de *O Momento* intitulada “Conferências sobre o petróleo em Catu”, no dia 8 de agosto, o então enviado especial do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, Dr. Sílio Andrade, visitou a cidade e foi recebido “pelas pessoas de maior destaque à frente das quais encontrava-se o sr. Teodoro Bonfim Lago” (CONFERÊNCIAS, 1948, p. 5). À noite, na sede da Legião Brasileira, o representante do CEDP proferiu uma palestra sobre o “problema do petróleo”, ocasião em que também palestraram José Teodoro, Oscar Pereira Sobrinho e Antônio Seixas, presidente da Câmara de Vereadores de Catu. O resultado daquele evento foi o encaminhamento de uma data para a criação de um centro catuense do CEPD, para o qual seria enviado um membro do CEPD da Bahia, que era a oficialização da cidade como centro defensor do petróleo.

Considerações finais

Os eventos arrolados na cidade de Catu são um estrato de um processo político que aconteceu em âmbito nacional: num primeiro momento, a ascensão dos comunistas por conta da vitória dos *Aliados* contra as forças fascistas do *Eixo*, tornando o PCB um partido de massas e cada vez mais

influyente, até que tivesse início a Guerra Fria, que localmente resultou na cassação do registro do partido, na perseguição de seus membros e no recrudescimento do anticomunismo.

Os eventos abordados seguem este roteiro mais geral: primeiro, tem-se a ascensão dos comunistas, resultando na fundação do Comitê Municipal do PCB, quando se destacou o dirigente Oscar Pereira Sobrinho. O prestígio por ele angariado foi importante para a sua indicação a deputado estadual pelo Comitê Regional e, em seguida, contribuiu para a sua eleição à Câmara de Vereadores, a despeito da cassação do registro do partido e do crescimento do combate ao comunismo.

O saldo que obtemos dessas breves análises sobre o PCB de Catu é que os comunistas, nesse caso representados pelo vereador Oscar Pereira Sobrinho e demais membros, lutaram pela manutenção da legalidade democrática. A trajetória de Sobrinho, ainda que esteja longe de ser vista em sua completude, evidencia uma luta em prol de melhorias mais imediatas, comuns a um partido que queria institucionalizar-se como principal força de esquerda do país. No entanto, a democracia no Brasil apresentou rapidamente seus limites, afinal a classe dominante fez uso de seu poderio político e econômico para limitar ao máximo a influência das organizações e partidos de origem operária, evidenciando que a democracia da burguesia brasileira não comportava a participação de uma esquerda institucional comunista, ainda que esta fosse conciliadora e apoiasse a política de “apertar os cintos”, proposta pelas classes dominantes. Diante desse cenário, Oscar Pereira Sobrinho foi obrigado a enfrentar perseguições dentro e fora da Câmara de Vereadores, como todos os comunistas, mas buscou caminhos possíveis para contribuir com melhorias para as classes populares, apesar da realidade adversa e perigosa.

Referências

A CÂMARA Municipal de Catu defende nosso petróleo. *O Momento*, Salvador, p. 1, 19 maio 1948. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

ALVES, Iracéli da Cruz. *A política no feminino: uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949)*. Feira de Santana: [s. n.], 2015.

APUNHALADO pelas costas, pelo jagunço do sr. Mariani. Revoltante ocorrência na cidade de Catu – espalha-se o banditismo – o lavrador está gravemente ferido.

O Momento, Salvador, p. 2, 15 jan. 1948. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

CONSTRUTORES do Diário do Povo. *O Momento*, Salvador, 18 fev. 1946. Biblioteca Pública do Estado da Bahia, BPEB, Salvador.

DERROTADO o “cassador” Juraci nos principais municípios. Aprofundam-se as divergências entre mangabeiristas e juracistas – violências da UDN em Catu – em Itabuna venceram os trabalhistas com a ajuda dos comunistas. *O Momento*, Salvador, p. 2, 4 jan. 1948. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

GRANDE comício do comitê de Catu. *O Momento*, Salvador, p. 4, 4 fev. 1946. Biblioteca Pública do Estado da Bahia, BPEB, Salvador.

INSTALADA a Câmara de Vereadores de Catu. *O Momento*, Salvador, p. 2, 30 jan. 1948. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

LENIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1986.

MORAIS, Moisés Leal. *Urbanização, trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo municipal: Alagoinhas – Bahia, 1948- 1964*. Santo Antônio de Jesus: [s. n.], 2011.

O POVO de Catu contra a Carta de 1937. *Tribuna popular*, Rio de Janeiro, p. 5, 16 mar. 1946. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

O PREFEITO udenista de Catu pratica as maiores arbitrariedades. *O Momento*, Salvador, p. 5, 30 jan. 1948. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

O VEREADOR comunista defende os interesses do povo de Catu. *O Momento*, Salvador, p. 2, 29 fev. 1948. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

PROTESTOS contra as arbitrariedades do prefeito de Catu. *O Momento*, Salvador, p. 2, 23 jan. 1948. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

O POVO de Catu contra a Carta de 1937. *Tribuna popular*, Rio de Janeiro, 1946. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=%22Catu%22&pagfis=2075>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia. Os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2009.

SOARES, Ede Ricardo de. *O PCB de Alagoinhas e o golpe civil-militar de 31 de março de 1964*. 2010. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2010.

SOARES, Ede Ricardo de. *Os comunistas e a formação da esquerda (Alagoinhas, 1945-1956)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2013.

VINHAS, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982.

CAMINHOS E LEMBRANÇAS: A HISTÓRIA DO OURO NEGRO NOS LIMITES DO MUNICÍPIO DE CATU (1950-1970)

Rafael Rosa da Rocha

Júlia dos Santos Pereira

Filipe Matheus Oliveira Santos Xavier

Introdução

Atualmente é muito comum os cidadãos e as cidadãs catuenses realizarem atividades físicas passando pelas Ruas Simões Filhos e Geonísio Barroso, uma continuação da outra, algumas das principais ruas da cidade de Catu. Não lembram, ou podem não lembrar, porém, que há algumas décadas aquelas ruas eram, de algum modo, ermas, constituindo caminho estreito rodeado por densa vegetação e habitado pela fauna regional. Localidade predominantemente rural.

Naquele tempo, há aproximadamente 70 anos, a principal avenida da cidade era a Padre Cupertino cuja importância gravitava em torno da Estação Ferroviária da Leste e da Praça Lourenço Olivieri, no atual centro da cidade. Todo esse cenário começou a se modificar com a descoberta do petróleo no subsolo do município na década de 1940 e com a chegada da Petrobras, no início dos anos de 1950. A partir daí, uma estrutura foi montada na cidade para acolher os trabalhadores e as atividades da empresa, transformando a dinâmica da sociedade catuense.

A década de 1950 pode ser caracterizada como um período de implantação, quando grandes investimentos foram realizados; e a década seguinte, como um período de consolidação da exploração petrolífera na cidade. A cidade cresceu, gerou empregos, consolidou uma nova matriz econômica, atraiu um grande fluxo migratório diante dos investimentos injetados na economia do município, mas, por outro lado, trouxe consigo uma série de problemas que ficaram ou ficam silenciados na memória e nas lembranças

dos cidadãos e das cidadãs catuenses. Esse elemento fica muito evidente na revista do *I Centenário da Cidade de Catu*, que, surfando na onda dos investimentos da estatal, investe em apresentar um município próspero e voltado para o futuro, nos caminhos para se tornar a terra do “ouro negro”. Numa leitura crítica, entretanto, percebe-se a revista como um elemento propagandístico que desconsidera os impactos negativos causados pela chegada abrupta da exploração petrolífera na cidade.

É sobre a exploração do petróleo, seus avanços e impactos positivos e negativos, na história do município entre os anos de 1950 e 1970 que discutiremos a seguir.

O “ouro negro”: um pouco de história

O petróleo tem longa caminhada na história do Brasil. No período imperial, na península de Maraú, Bahia, tinha-se notícias de sua presença na região. Um salto no século XX, e percebemos em suas primeiras décadas que inúmeras tentativas particulares de extração de petróleo foram realizadas, sem êxito. Apenas na década de 1930, o cenário começou a mudar (JORNAL DO COMÉRCIO, 1939, p. 3) A mudança deu-se pela insistência do engenheiro agrônomo Manoel Inácio de Bastos, baseado em relatos de populares do Lobato, nas cercanias de Salvador. Bastos realizou testes na “lama preta” que brotava do chão na localidade, e era utilizada para acender lamparinas, mas não atraiu a atenção das autoridades (JORNAL DO COMÉRCIO, 1939, p. 5).

A partir daí, iniciou-se uma cobertura jornalística consistente nos periódicos cariocas sobre o desenrolar da história da descoberta da “lama preta” na Bahia²⁹. Segundo narrou um periódico da capital baiana, a descoberta do óleo no estado “alvorçou a atenção nacional, encorajando as esperanças de breve emancipação econômica” (BAHIA TRADICIONAL E MODERNA, 1939, p. 34) Quer dizer que havia grandes expectativas acerca da descoberta do mineral, de modo a proporcionar uma revolução, se não na história econômica do país, pelo menos na do estado. Isso porque a economia predominantemente agrícola do estado labutava para encontrar novos caminhos, principalmente depois do declínio das grandes plantações

²⁹ Os periódicos cariocas *Jornal do Brasil* (1939), *Jornal do Comércio* (1939), *O Jornal* (1939), *Diário da Noite* (1939), entre outros, deram ampla cobertura do desenrolar da descoberta do petróleo na Bahia com notícias diárias sobre os testes realizados nas amostras, eventos variados relacionados ao impacto do petróleo na sociedade moderna, as expectativas das autoridades em relação à descoberta do ouro negro no país.

de açúcar; e, no âmbito da união, o café não dava sinais de resiliência, já que necessitava constantemente da intervenção do Estado para garantir a rentabilidade dos cafeicultores³⁰.

Outro ponto relevante para as expectativas de descoberta do “ouro negro” na Bahia dizia respeito à escassez do produto no país. Criado em 1938 para regulamentar o setor petrolífero no país, buscando de forma urgente sua nacionalização, o Conselho Nacional do Petróleo tinha de lidar constantemente com a dimensão da falta de combustíveis no país. Uma grande demanda mundial crescente gerava a apreensão de que muito em breve teriam de lidar “com o perigo de sua escassez”. (ETC: REVISTA DE CULTURA E ATUALIDADES, 1933, p. 8) Em que pese o interesse da imprensa carioca na descoberta do Lobato, era urgente para o Estado regulamentar a exploração do mineral em solo nacional, haja vista que a descoberta na Bahia desencadeou uma série de pesquisas necessárias para a consolidação da exploração petrolífera nos anos posteriores. Um levantamento geológico da região na época apontou que a “zona petrolífera” se estendia “pelas ilhas e pela orla do Recôncavo, prolongando-se para o Norte”, em direção a Sergipe e Alagoas (BAHIA TRADICIONAL E MODERNA, 1939, p. 34) Levantamento que colocaria uma série de outras cidades no ciclo do petróleo.

Ao longo da década de 1940, outras unidades de produção foram sendo descobertas por meio de intensas pesquisas, o que fez surgir unidades exploratórias em Candeias — primeiro poço comercial do país — e posteriormente em Catu (A NOITE, 1942, p. 10) Sintonizado com as demandas da época, vereadores encabeçados por Oscar Pereira Sobrinho³¹ aderiram a uma “moção de apoio e solidariedade” à campanha de nacionalização do produto desenvolvida pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo (CEDP) contra a ameaça de ser “abocanhado pelo imperialismo americano, através da Standard Oil” (O MOMENTO, 1948, p. 2) Meses mais tarde, visitou a cidade um enviado especial do CEDP, o Dr. Silio Andrade, que proferiu palestra

³⁰ Sobre o declínio da produção açucareira e a crise senhorial em Catu e as questões relativas às ações do Estado em relação à política do café, ver, respectivamente: OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Uma senhora de engenho no mundo das letras: o declínio senhorial em Anna Ribeiro*. Salvador: EDUNEB, 2009; LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³¹ Oscar Pereira Sobrinho foi figura importante no município de Catu. Inicialmente atuando como industrial, entrou para a vida política atuando na função de fundador do Partido Comunista do Brasil no município, no qual também atuou como dirigente. Candidato a deputado pelo PCB em 1947, não levando o pleito, foi eleito vereador do município em 1948. Comunista, é uma das grandes figuras políticas da cidade. Sobre a atuação política de Oscar Pereira Sobrinho em Catu, ver Capítulo 9, de Ede Ricardo Soares, neste livro.

que contou com as contribuições de José Teodoro, Oscar Pereira Sobrinho e Antônio de Deus Seixas³², presidente da Câmara de Vereadores. O objetivo da visita era criar uma unidade do CEDP no município, angariando apoio para a defesa do petróleo na cidade (O MOMENTO, 1948, p. 2).

As descobertas foram realizadas progressivamente ao longo dos anos de 1940 e no início dos anos de 1950. Em 1953, descobriu-se outro campo petrolífero no município, onde um poço de “profundidade de 1280 metros, encontrou uma camada de óleo de alta pressão, que jorrou ao primeiro teste de produção, com vazão média de 1100 barris diários” (A MANHÃ, 1953, p. 2) Apesar das descobertas iniciais ainda nos anos de 1940, é na década de 1950 que transformações significativas começam a acontecer no município.

Marca fundamental é a construção de modernas instalações da Petrobras na cidade. As obras expandiram a área urbana da cidade, ampliando suas atividades do centro da cidade, para o que hoje compreendemos como a Avenida Simões Filhos, cujas instalações se localizam desde o Fórum até o Centro Administrativo da Cidade.

Figura 1 – “Aspecto do acampamento da Petrobras”



Fonte: Ferreira (1958, p. 159)

³² Nasceu em 1910 no município de Catu e, ainda menino, foi crescendo nas lides do comércio na Ladeira de Pedra, em contato com outros comerciantes, trocando experiências e forjando sua trajetória. Gerenciou o armazém de folhas de fumo Eichenherger Ltda., no centro de Catu, na década de 1950. Antônio de Deus Seixas entrou para a política como vereador. Em duas oportunidades esteve à frente da prefeitura do município: 1951-1954; e 1963-1967. Faleceu em 1995.

A imagem retrata a arquitetura adotada para a construção de prédios na época que representa uma mudança trazida pela nova economia para a cidade. Com a expansão da exploração petrolífera, pessoas vinham dos mais diversos lugares à procura de trabalho. As instalações, portanto, contemplavam a acomodação e o suporte para a nova força de trabalho. Isso foi possível graças à concretização das expectativas em relação ao crescente volume de produção nos campos do município, inserindo-o em um cenário de aceleradas transformações.

Caminhos e descaminhos nas décadas de 1950 e 1960: comparações

Vejamos: ainda no início dos anos de 1950, de acordo com Recenseamento Geral daquele ano, a população total do município era de 16.437 habitantes, dos quais 75% estavam localizados na zona rural. Lembremos que a vida da cidade girava em torno do atual centro, tendo como principal avenida a Padre Cupertino. Além disso, aproximadamente 30% das pessoas economicamente ativas se ocupavam no ramo da “agricultura, pecuária e silvicultura” (FERREIRA, 1958, p. 156). Esses dados apresentam-se um tanto inconsistentes, uma vez que a *Enciclopédia* do IBGE lança mão de dados da agricultura do censo de 1950 comparativamente a dados das informações sobre a exploração petrolífera de 1955, 1956 e 1957 (FERREIRA, 1958, p. 156). Tal informação faz o leitor acreditar que aproximadamente 70% da força de trabalho ativa estava ocupada nas atividades petrolíferas já no começo dos anos de 1950. Essa informação pode ser verdadeira para as décadas posteriores, visto que a exploração foi crescente até pelo menos o início da década de 1970, quando a descoberta de petróleo no mar foi realizada e o foco foi compartilhado com as operações em terra, e quando a crise mundial do petróleo abateu de maneira diferente todos os países produtores do produto.

O fato é que a produção no município cresceu enormemente em meados dos anos de 1950. A produção agrícola em 1955 ocupava o segundo lugar na economia do município, tendo como principal produto o “fumo em folha”, feijão, laranja, milho, entre outros. Na produção industrial da época, figuravam como principais produtos a farinha de mandioca e o carvão vegetal. A principal atividade econômica local era a “extração petrolífera pela Petrobras”, criada em 1953, principal empresa na exploração do produto naquele contexto. Em 1955, a produção de petróleo bruto foi de expressivos 13.152 barris de 159 litros. Naquele ano, o petróleo já era o principal produto econômico do município.

No ano seguinte, em 1956, no entanto, a produção teve um salto astronômico, atingindo “a considerável cifra de 1.110.767 barris” (FERREIRA, 1958, p. 156). Crescimento de aproximadamente 8.000% de um ano para o outro.

Esse crescimento foi fruto do desenvolvimento tecnológico e de investimentos em infraestrutura, o que possibilitou a ampliação da capacidade de exploração. Ainda em 1956, inaugurou-se o “oleoduto Catu-Mata-Candeias”, com 52 km de extensão e capacidade de transporte de 18 mil barris diários. No mesmo ano, “começou a funcionar o terminal marítimo de Madre de Deus, na Bahia de Todos os Santos”. Com o terminal em funcionamento, a estatal construiu mais um oleoduto com extensão de 65 km destinado a transportar a produção de Catu e cidades circunvizinhas até o terminal de Madre de Deus, “para exportação” (REVISTA DA SEMANA, 1958, p. 43). Transformações que serviram para ampliar e consolidar a exploração no município em fins dos anos de 1950.

Tais transformações suscitaram igualmente impulso econômico importante na cidade. Se em 1958 relatório do IBGE informava o impacto das mudanças trazidas pela exploração do “ouro negro” na região, com o petróleo como fator predominante na renda do município, nos anos de 1960, alguns frutos foram colhidos por conta daquelas intensas transformações. Um dos primeiros elementos a chamar atenção diz respeito ao dado populacional. No início da década de 1950, a população do município era de 16.437 habitantes. Já em 1968 o número de habitantes era de aproximadamente 23 mil, apresentando um crescimento de aproximadamente 40% nesse intervalo temporal (I CENTENÁRIO DA CIDADE DE CATU: 1868-1968, 1968, p. 4).

O crescimento demográfico gerou demanda por mais serviços na cidade, cujos limites foram expandidos, fazendo surgir assim bairros como Pioneiro, Planalto I e II. Além disso, na década de 1950 o município era servido, em termos de transporte, apenas pela Viação Férrea Federal Leste Brasileira (FERREIRA, 1958, p. 157). Já nos anos de 1960, com a consolidação da exploração petrolífera no município, outros empreendimentos de transportes chegaram à cidade. De acordo com a revista do *I Centenário...* do município, Catu era servida pela Empresa Catuense de Transportes, que contava com “seus novos e confortáveis ônibus” e aproximava “Catu das cidades de: São Miguel, Banco de Areia, São Sebastião, Entroncamento Santo Amaro, Entroncamento Aliança, Entroncamento São Gonçalo, Feira de Santana” (I CENTENÁRIO DA CIDADE DE CATU: 1868-1968, 1968, p. 4).

Atividades comerciais e outros novos serviços chegaram à cidade. Entre os muitos patrocinadores da revista do *I Centenário...*, destacamos a Recôncavo Baiano Automóveis Ltda. (Rebauto), uma revendedora autorizada da Volkswagen (I CENTENÁRIO DA CIDADE DE CATU: 1868-1968, 1968, p. 2). Em outras palavras, significa que nos anos de 1960 Catu estava em sintonia com as transformações que aconteciam no cenário nacional, graças à fatura do “ouro negro” presente no subsolo do município (MOREIRA, 2003; DIAS; QUAGLINO, 1993). Queremos dizer que elementos de uma “modernização” aterrissaram em território catuense. Não que os munícipes da época não tivessem acesso a veículos, entretanto os empresários de revenda automobilística tinham o *feeling* para demanda crescente no município: crescimento do número de habitantes; grande número de trabalhadores no ramo petrolífero; abundância de petróleo nos campos do município.

Outro elemento merece destaque em relação ao advento e à consolidação da exploração petrolífera no município. Ele diz respeito a um roteiro turístico que incluía apenas e exclusivamente “visitas aos campos petrolíferos localizados em várias zonas do município e a planta natural de gasolina no campo Santiago” (I CENTENÁRIO DA CIDADE DE CATU: 1868-1968, 1968, p. 14). Esse dado é mais um elemento que possibilita entender a dimensão que tomou a exploração petrolífera nos limites do município e como o boom do petróleo impactou o imaginário e a prática social da sociedade catuense. O potencial de atividades derivadas da exploração petrolífera foi grande, impactando até o nascente setor de hotelaria, visto que a “indústria hoteleira” oferecia “ótimas possibilidades” de investimento (I CENTENÁRIO DA CIDADE DE CATU: 1868-1968, 1968, p. 9).

Finalmente, mais um comparativo torna-se importante. Diz respeito ao número de estabelecimentos comerciais localizados no município. Na década de 1950, as principais localidades com as quais Catu mantinha relações comerciais eram Salvador, Alagoinhas e Feira de Santana, de onde chegava a maioria das mercadorias para consumo local. Na época, o município contava com apenas “17 estabelecimentos comerciais varejistas”, número que provavelmente atendia à demanda local (FERREIRA, 1958, p. 157). O crescimento populacional impulsionado pela descoberta e ampliação da exploração do “ouro negro” contribuiu para a mudança desse cenário, de modo que em 1968 o município contava com 153 estabelecimentos comerciais (I CENTENÁRIO DA CIDADE DE CATU: 1868-1968, 1968, p. 9).

As transformações foram significativas. Como enfatizou a revista do *I Centenário...*, para “seu progresso muito tem contribuído o manancial petrolífero do seu subsolo, cuja extração está sendo realizada pela Petrobras que ocupa em suas dezenas de poços”. Assim, assegurou a revista, as atividades da empresa faziam “a redenção econômica do município” (I CENTENÁRIO DA CIDADE DE CATU: 1868-1968, 1968, p. 10, 12). Em sintonia com o projeto editorial da revista, mensagem de reverência e enaltecimento aos atributos catuenses foi redigida pelo então governador da Bahia, Luiz Viana Filho (1908-1990). De acordo com a mensagem:

Ao lado da grandeza d’alma de seus filhos, e natureza o contemplou com a fecundidade de seu solo. E com a exuberância de sua paisagem agrícola, a riqueza dos seus campos petrolíferos. E tudo isso constituindo a valiosa colaboração à construção da Grande Bahia (I CENTENÁRIO DA CIDADE DE CATU: 1868-1968, 1968, p. 19).

O texto do governador sintetiza a essência do que a revista do *I Centenário da Cidade de Catu* desejava passar. A mensagem de que a descoberta, exploração e consolidação do petróleo no município trouxera o progresso para a cidade que crescia, se desenvolvia economicamente. Entretanto, não obstante a principal atividade econômica continuar a ser a extração de petróleo, em seguida a agricultura, a pecuária e a silvicultura, respectivamente, atividades predominantemente ligadas ao mundo rural, continuavam como ocupações importantes para o município (I CENTENÁRIO DA CIDADE DE CATU: 1868-1968, 1968, p. 4). Qual é o significado disso?

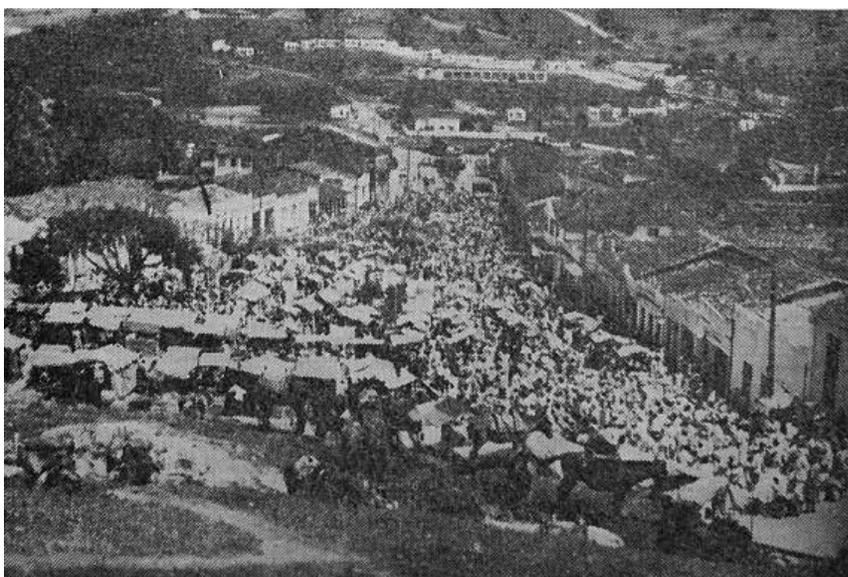
Urbanização e desigualdade na esteira do desenvolvimento petrolífero

Apesar do desenvolvimento gerado pela presença da empresa exploradora, por meio da geração de empregos, da maior circulação de capital no município, da expansão das atividades comerciais, da expansão do espaço urbano, a distribuição de renda não foi igualitária, e os impactos negativos causados na região causados pela atividade de exploração foram ou são ignorados. Isso significa que o forte crescimento econômico gerado pela Petrobras no município não se refletiu em iguais condições de desenvolvimento social ou garantia de trabalho. Cenário tal é fruto de uma política de defesa da indústria do petróleo como forma exclusiva de desenvolvimento para o município (CARVALHO; LOUREIRO, 2016).

Problemas que decorrem dessa centralidade foram muitos. Aquele crescimento de aproximadamente 40% da população entre os anos de 1950 e 1968 foi fruto sobretudo de movimentos migratórios de gente atraída pelo desenvolvimento e oportunidades geradas pela Petrobras em Catu. Grassa na memória de trabalhadores da empresa a abordagem de trabalhadores em suas roças para trabalhar na empresa, como um fato transformador. E de fato o é, do ponto de vista individual. O processo migratório trouxe consequências que moldam a fisionomia do município atualmente, quais sejam a reprodução e espacialização das desigualdades (CARVALHO; LOUREIRO, 2016, p. 28).

Bairros como Santa Rita, Pioneiro, Urbis, Planalto nasceram e cresceram desordenadamente abrigoando as pessoas que chegavam dos municípios circunvizinhos atraídas pela possibilidade de oportunidades de emprego e melhor viver, mas acabaram iniciando a vida às margens da sociedade catuense, sem acesso a água, rede de esgoto, pavimentação, iluminação e condições alimentares dignas. O crescimento descontínuo e sem planejamento prejudicou severamente a qualidade de vida dos cidadãos e das cidadãs do município, precarizando emprego, saúde, educação, habitação e lazer (SILVA, 2007). Catu cresceu desigualmente, com sua pauta econômica voltada prioritariamente para o petróleo.

Figura 2 – “Catu em dia de feira-livre”



Fonte: I Centenário da Cidade de Catu: 1868-1968 (1968, p. 12)

Prioritariamente, mas não exclusivamente. As atividades agrícolas vinham em segundo lugar e abrangiam a maior parte dos munícipes; boa parte da população vivia no meio rural, ou em regiões que foram crescendo às margens do perímetro urbano, expandindo-o ao longo do tempo. O processo de urbanização tem duas faces. Por um lado, ele chega para melhorar a qualidade de vida de uma fração da população e diminuir as distâncias, mas, por outro, acaba se tornando uma questão complexa, pois gera uma segregação na sociedade (SILVA, 2007, p. 4). Criam-se espaços distintos, diferenciam-se seus moradores, geralmente atrelando elementos raciais, de gênero e classe a uma espacialidade periférica, excluída. Podemos perceber essa dimensão ao acompanhar a fotografia da feira-livre localizada, naquela época, na Praça Lourenço Olivieri, no centro da cidade, onde pequenos produtores locais, donos de pequenas roças ou agregados de grandes proprietários iam semanalmente escoar a produção colocando seus produtos à venda.

Com marchas e contramarchas, o município seguiu assim seu caminho ao longo das décadas seguintes aos anos de 1970. A década de 1970 foi um período de crises agudas na produção petrolífera. Ainda assim, o município seguiu tendo por base a exploração do “ouro negro”.

Considerações finais

Em Catu, a Petrobras pavimentou caminhos para um amplo desenvolvimento econômico que fez a cidade crescer e se desenvolver, preservando suas desigualdades históricas. Ela possibilitou a ascensão de alguns trabalhadores, ao passo que preservou ou deu um fôlego às elites locais ansiosas por retomar o lugar de prestígio do século anterior, antes de a crise do sistema escravista e da lavoura canavieira sepultar sua importância.

Na memória coletiva, a desigualdade é apenas uma pequena mancha quando se trata da história da Petrobras em Catu. Essa marca, olhada mais de perto com uma lupa, mostra as nuances e os descaminhos encontrados e causados pela exploração do petróleo no município. Hoje as periferias, outrora zona rural, encontram-se nos limites dos bairros. Alto do Cuscuz, Baixada da Paz, Folia do Bode, Bom Viver, Santa Rita, Baixada da Ouro Negro etc., localidades que esperam, sem saber, outro surto de desenvolvimento para perderem o status de locais periféricos, que orbitam os limites da cidade.

A “vocalização natural” para a exploração do petróleo esvaiu-se. Mas os momentos de turbulência não foram poucos. O município sobreviveu

à descoberta e ao início da exploração do petróleo no mar em 1968 e à crise internacional do petróleo na década de 1970, atraindo diversas empresas que atuavam com a Petrobras na região, ditando o ritmo da economia local. Entretanto, o século XXI não foi generoso com a exploração petrolífera em terra. Em 2007, a empresa descobriu petróleo e gás na camada pré-sal da costa brasileira, trazendo novos horizontes para a indústria petrolífera mundial. Finalmente, em 2016, a produção na camada pré-sal superou a marca de 1 milhão de barris diários, marcando o início da decadência do setor petrolífero na região, trazendo impactos significativos para a dinâmica da economia local.

As gestões, ao longo do tempo, não olharam estrategicamente para o recurso, não ampliaram e diversificaram as fontes de riqueza do município, que, não obstante a continuidade das atividades no setor, em muito menor escala, vive à sombra de um passado glorioso. Este capítulo apenas teceu algumas considerações e reflexões sobre a história do petróleo no município. Seu objetivo, além do que já foi posto, é instigar novas reflexões a quem se interessar em enveredar pelos caminhos da pesquisa nesse tema, cujas possibilidades são amplas, indo de temas que abarcam desde a implementação da indústria petrolífera no município, passando pelo seu desenvolvimento, marchas e contramarchas, durante o regime militar, até seu apogeu e crise.

Referências

A MANHÃ, Rio de Janeiro, ed. 3.524, p. 2, 3 mar. 1953.

A NOITE, Rio de Janeiro, ed. 10.796, p. 10, 2 mar. 1942.

BAHIA TRADICIONAL E MODERNA, Salvador, n. 1, ed. 1, p. 34, abr. 1939.

CARVALHO, Lígia Jesus de; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Território, desigualdade e expansão do capital: a centralidade da indústria do petróleo em Macaé/RJ. *Revista Geografar*, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 26-46, jul. 2016.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobras*. Rio de Janeiro: CPDOC; Petrobras, 1993.

ETC: REVISTA DE CULTURA E ATUALIDADES, Salvador, ano 4, ed. 210, p. 8, 15 abr. 1933.

FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 20. p. 154-159. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_20.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.

I CENTENÁRIO DA CIDADE DE CATU: 1868-1968. Catu, 1968, v. 1, n. 1, 1968.

JORNAL DO COMERCIO, Rio de Janeiro, ed. 100, p. 3, 26 jan. 1939.

JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, ed. 101, p. 5, 28 jan. 1939.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar e 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

O MOMENTO, Salvador, ed. 699, p. 2, 19 maio 1948.

O MOMENTO, Salvador, ed. 772, p. 2, 15 ago. 1948.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Uma senhora de engenho no mundo das letras: o declínio senhorial em Anna Ribeiro*. Salvador: EDUNEB, 2009.

REVISTA DA SEMANA, Rio de Janeiro, ed. 15, p. 43, abr. 1958.

SILVA, Keli de Oliveira. A periferização causada pela desigual urbanização brasileira. *Revista Urutágua*, Maringá, ano 3, v. 3, n. 11, p. 1-10, mar. 2007.

TRABALHO FEMININO E COTIDIANO NA CULTURA FUMAGEIRA EM CATU, BA (1955-1965)

Maridelza Alves Oliveira Estrela

Introdução

O presente capítulo sobre o trabalho da mulher fumageira no município de Catu, BA, no período de 1955 a 1965, tem por objetivo, analisar o cotidiano que envolve esse trabalho por meio das memórias das trabalhadoras e dos trabalhadores³³. A delimitação desse período deu-se fundamentada na coletânea dos documentos e das memórias desses trabalhadores. Tomando por base esse material, foi possível adentrar o cotidiano desses indivíduos tanto em seu trabalho como em seu lar.

As memórias dessas mulheres possibilitaram o acesso ao cotidiano de mulheres e homens que se dedicaram ao manuseio com o fumo em folha na zona rural e na zona urbana. Durante o estudo, buscou-se refletir acerca dos problemas encontrados no desenvolvimento das atividades fumageiras. Assim, são realizadas reflexões acerca das relações de trabalho, gênero, superação e poder presentes no contexto histórico. Durante a análise das entrevistas concedidas pelas trabalhadoras, percebeu-se que havia uma cumplicidade frequente entre as mulheres fumageiras, pois a maioria vinha de áreas próximas, na zona rural. Acrescente-se que o termo “mulher fumageira” é utilizado para se referir a todas as ações desenvolvidas por estas no trato com a referida planta, seja nos campos de plantação na zona rural, seja no manuseio das folhas nos armazéns na zona urbana. Por conseguinte, o trabalho com o fumo na maioria das vezes consistia na colheita, estocagem para secar, separação por tipo e qualidade da folha, prensagem e exportação.

³³ O texto que possibilitou a escrita deste capítulo surgiu da monografia de minha autoria: “Trabalho feminino e cotidiano na cultura fumageira em Catu-Ba – 1955 a 1965”. Esse trabalho monográfico pretendeu trazer à luz a história das mulheres fumageiras do município de Catu, BA, pela perspectiva da historiografia que estuda a história vista “de baixo”, das pessoas comuns e seu cotidiano no período de 1955 a 1965.

Sharpe (1992, p. 60), dentro da perspectiva da História Nova, traz discussões em que coloca os indivíduos como fazedores de sua própria história, cujas ações influenciam o meio em que vivem. Assim, cada indivíduo em seu cotidiano é fazedor de sua própria história, mas também sofre a influência do convívio com o outro. Em todo o corpo deste capítulo, serão trazidas reflexões acerca das mulheres comuns que trabalharam na cultura do fumo no município de Catu, situado, no período em questão, no Recôncavo Baiano. Em seu desenvolvimento, há duas seções: a primeira traz uma discussão acerca da região do Recôncavo Baiano, local onde se desenvolveu o trabalho com o fumo, mandioca, açúcar, entre outros; a segunda aborda as memórias das mulheres trabalhadoras da cultura do fumo e seu cotidiano laboral das mulheres fumageiras.

Recôncavo Baiano: a cultura do fumo no município de Catu

Segundo Mattoso (1978, p. 26), o Recôncavo Baiano é uma hinterlândia, um celeiro de Salvador, cuja região produz açúcar, tabaco (fumo), mandioca, coco, entre outros. Essa região tem dois tipos de solo específicos: o massapé e o argilo-arenoso. O massapé de cor avermelhado escuro cola na sola nos pés em tempos de chuva e em tempos secos se torna foleado e consistente; e o solo argilo-arenoso ou massapés argilosos é rico em cálcio e silões ou salões, presente em quase todo o Recôncavo. Apesar de ser uma região de produção diversificada, ela se destacou durante todo o século XIX com a produção de açúcar e, em menor escala, mandioca e fumo. Com o processo abolicionista e a crise da economia açucareira, no fim do século XIX, os senhores de engenho e suas famílias entraram em colapso econômico e social, desenvolvendo um saudosismo dos tempos de outrora. Esse saudosismo dos senhores de engenho é discutido por Oliveira (2015, p. 28) por meio das obras literárias de Ana Ribeiro (1843-1930), ex-senhora do Engenho Api, localizado em Santana do Catu, cuja emancipação política da Vila de São Francisco do Conde ocorreu em 26 de junho de 1868. Após sua emancipação, o município de Santana do Catu passou a se chamar Catu e, por conseguinte, foi constituído com os distritos de São Miguel, Sítio Novo e Pojuca, que tinham igualmente uma agricultura desenvolvida. Além disso, Pojuca destacava-se pela criação de gado, mandioca e fumo, escoando sua produção por meio das duas estações de trem no centro do distrito e a outra em frente ao Engenho Central (BATISTA, 2018, p. 85).

A cultura do fumo: da zona rural ao núcleo urbano

A vila de Santana do Catu, como era chamada, está localizada a 78 km da capital baiana e faz parte da região denominada Recôncavo Baiano. Esta região, apesar das intempéries climáticas, políticas e econômicas, ainda tem em sua predominância a produção agrícola de mandioca, açúcar, coco e fumo, entre outros produtos agrícolas. Santana do Catu, no panorama da economia baiana, tinha sua representatividade e importância, pois desde o século XIX já fazia parte do cenário econômico do Recôncavo (BARICKMAN, 2003, p. 14). A agricultura foi hegemônica até meados da década de 1940, quando os primeiros poços de petróleo foram descobertos na cidade. Não obstante perder o posto para o ouro negro, as atividades agrícolas continuaram com papel importante na economia local, conforme atestou Rocha, Pereira, Xavier no capítulo “Caminhos e lembranças”, que integra este livro.

As discussões acerca da cultura do fumo em Catu trazem à luz alguns rostos, em especial de mulheres catuenses que trabalharam na plantação e no manuseio das folhas da planta até a sua exportação. Posteriormente, trazem reflexões acerca do espaço social e econômico ocupado pela cultura fumageira na economia do município em meados do século XX, mais precisamente no período de 1955 a 1965. A pesquisadora Elizabete Rodrigues da Silva reflete sobre o trabalho feminino na cultura do fumo em outras regiões do Recôncavo, trazendo em seus relatos o sentimento de pertencimento ao espaço por elas ocupado:

As mulheres fumageiras enquanto falavam de suas vidas, falavam de seus tempos marcados por fatos que constituíam suas vidas de mulheres, desta forma, o que marca o seu tempo necessariamente não marca o tempo dos homens nem o tempo das empresas ou vice-versa (SILVA, 2011, p. 49).

Assim como as mulheres ora mencionadas, também as mulheres fumageiras catuenses dedicaram a vida, enquanto meninas ou enquanto mulheres, ao trabalho na cultura do fumo. Ora no plantio, ora nos armazéns com o manuseio das folhas. Contudo, vale ressaltar que a economia do município de Catu teve, por muito tempo, suas atividades atreladas não só ao trabalho com o fumo, mas também ao plantio da mandioca, do amendoim, do feijão e do coco. Ressalte-se que as mulheres catuenses adentraram ao mundo do trabalho não só na zona rural como também na zona urbana, tanto no trato com o fumo quanto em atividades fora dele, como a de “lavadeira”: mulheres que lavavam as trouxas de roupas de outras famílias para complementarem

a renda, porém, no período de plantio, colheita e beneficiamento do fumo, que durava mais de seis meses, as mulheres eram convocadas em massa para trabalhar. À medida que aumentava a demanda do trabalho com o fumo, crescia também o número de pessoas, principalmente os alemães, interessadas em comprar os fardos de folha que seriam exportados para fabricação do charuto.

Segundo Almeida (1983, p. 17), a negociação do fumo do Recôncavo Baiano dava-se com os alemães por três razões: expansão do consumo mundial do tabaco (fumo); inexistência de colônias alemãs produtoras; e boa aceitação do fumo do Recôncavo pelos mercados. Os alemães controlavam a produção e comercialização do fumo em folha no Recôncavo Baiano e mantinham contato direto com a Europa. Por esta perspectiva, pode-se sugerir que os alemães também se fizeram presentes no comércio do fumo no município de Catu. Em meio ao processo de plantio, colheita, beneficiamento e exportação, estava a mão de obra feminina, que em sua maioria saía de casa, na zona rural, com destino aos armazéns na zona urbana.

Saliente-se, ainda, que no período estudado mulheres e homens trabalhavam de carteira assinada ou de maneira informal, no campo e/ou na cidade. A esse respeito Oliveira³⁴ (2007 *apud* OLIVEIRA ESTRELA, 2011, p. 16), aposentado da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), casado com uma das fumageiras, declara que boa parte da zona urbana só tinha “[...] umas casinhas assim. O restante era tudo terreno baldio, tudo mato”.

A chegada da Petrobras a Catu na década de 1950 colaborou com o desenvolvimento urbano da cidade, mas a economia rural coexistiu por muito um tempo. Os pequenos proprietários, em sua maioria, não tinham condições financeiras nem terras suficientes para cultivar seu próprio plantio. Desta forma, era habitual que estes fossem trabalhar nas terras de grandes fazendeiros como meeiros ou trabalhadores na plantação de fumo em folha e de produtos alimentícios. Somado a isso, quase todos os membros da família do trabalhador rural eram envolvidos no labor do campo. De acordo com os relatos, as crianças estavam sempre com a mãe ou com as tias na execução das atividades domésticas, do campo ou dos armazéns, pois, apesar de todas as precariedades de seu cotidiano, assumiam a responsabilidade integral pelos filhos (DEL PRIORI, 2008, p. 367).

³⁴ André Oliveira é marido de dona Valdenice Nascimento Oliveira, trabalhadora da cultura fumageira, 77 anos, residente em Catu, BA. A pedido do entrevistado, participou da entrevista de sua esposa. Entrevistado em 19 de setembro de 2007. Duração: 60 min. As entrevistas ocorreram no mesmo momento.

A mulher, mesmo desempenhando seu papel de mãe, era obrigada, pela sua condição social e econômica, a sair para trabalhar nas lavouras, em casa de família e no comércio, como nos armazéns de fumo. Desta forma, mulheres e crianças, após a colheita e secagem das folhas de fumo na zona rural, enviavam-nas para os armazéns na cidade, onde seria feito o seu beneficiamento. Beneficiar as folhas do fumo significava aguardar o tempo de fermentação, a separação das folhas em classes distintas, a prensa e o enfardamento para o transporte. A separação das folhas dava-se por cor, textura, maciez e elasticidade. Em consonância às atividades com o fumo, estava o trabalho delicado e artesanal das mulheres no trato das folhas nos armazéns, onde faziam as manocas (pequenas trouxas com no máximo oito folhas), processo que determinava a qualidade do produto.

Em virtude da demanda do trabalho, muitas mulheres levavam para casa fardos de folha de fumo para que assim pudessem aumentar seu ganho, pois em muitos armazéns se ganhava por produção. Visto que havia a possibilidade de se produzir mais por conta do aumento da quantidade de produto, muitas mulheres fumageiras se dispunham a levar o fumo para terminar em casa, como informa Nunes³⁵ (2007 *apud* OLIVEIRA ESTRELA, 2011, p. 44) ao dizer que: “[...] levava 20 kg de fumo pra tirar o talo até 11 h da noite, pra ajudar pai e mãe.”

Assim, em muitos casos, a casa das mulheres fumageiras tornava-se uma extensão dos armazéns de fumo, pois levavam fardos de folha para o lar no intuito de agregar maiores recursos financeiros à sua família. Os trabalhadores, em sua maioria mulheres, desenvolviam suas atividades em armazéns de fumo instalados na área do Comércio de Catu denominados como armazém de fumo em folha COPATA³⁶ e armazém de fumo Exportadora Eichenberger Ltda.³⁷

³⁵ Maria Regina Nunes. Ex-trabalhadora de armazém, 76 anos, residente em Catu, BA. Entrevistada em 17 de setembro de 2007. Duração: 50 minutos.

³⁶ Armazém de fumo em folha de nome COPATA, gerenciado pelo Sr. Vicente de Medeiros, localizado na Rua Pedro Ribeiro Bitencourt, Centro de Catu, onde hoje fica a Construmir.

³⁷ Localizado na Praça Lourenço Olivieri, Comércio de Catu, onde fica o Supermercado Cesta do Povo e as Lojas Americanas, o armazém de fumo em folha Exportadora Eichenberger Ltda. pertencia aos alemães e era gerenciado pelo senhor Antonio de Deus Seixas. Os armazéns de fumo em folha ocupavam a maior parte dos espaços onde hoje está a Cesta do Povo indo até a Farmácia Popular, porém dividiam espaço com outros armazéns que comercializavam produtos alimentícios.

O cotidiano das mulheres no labor com o fumo

O cotidiano é a essência da substância social, é a vida do indivíduo em sua amplitude. Em seu cotidiano o indivíduo constrói suas relações interpessoais, deixando visíveis seus valores e costumes, seja no âmbito familiar, seja no ambiente do trabalho. O dia a dia das mulheres fumageiras traduzia uma rotina de luta, busca pelo seu espaço social e sobrevivência de sua família. Morando na zona rural ou urbana, a mulher trabalhadora da cultura fumageira depara-se com as mesmas limitações sociais, políticas e econômicas. Tomando por base seus relatos, verifica-se que elas enfrentavam seus desafios de forma resiliente.

Em sua maioria, estas mulheres eram moradoras da zona rural de onde precisavam se deslocar para trabalhar nos armazéns de fumo da cidade, saindo muito cedo de suas casas em direção ao local de trabalho com o intuito de levar o sustento para sua família, visto que acumulavam, ainda, o papel de mãe. Paralelamente à função de trabalhadora, muitas eram mães solteiras, levavam seus filhos para o trabalho e, mesmo se tratando de ambiente visto socialmente como masculino, buscavam conquistar seu espaço. Durante as entrevistas, ao buscar suas memórias da época do trabalho nos armazéns de fumo, as mulheres expuseram uma realidade muito conhecida no âmbito familiar da população em geral, onde o “sexo frágil” assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós. As memórias destas mulheres permitem que se lance um olhar mais para o seu cotidiano, o seu dia a dia, tanto na zona rural como na zona urbana.

A mulher e o trabalho com o fumo

A mulher, mesmo mergulhada no mundo do trabalho, em meados do século XX ainda era vista como o sexo frágil, aquela que inspira cuidados, porém as mulheres mostraram, por meio da sua força de trabalho, que sua sensibilidade estava apenas na essência maternal. Esta mentalidade resultou na fragilização da mão de obra feminina no âmbito profissional e de remuneração, se comparada com a mão de obra masculina. A mulher pobre, diferente da mulher da elite ou mediana, tinha de trabalhar fora de casa:

Outras, menos afortunadas, viúvas ou de uma elite empobrecida, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo, davam aulas de piano e solfejo, e assim puderam ajudar no sustento e na educação da numerosa prole. Entretanto, essas atividades, além de não serem muito valorizadas, não eram

muito bem-vistas socialmente. [...]. Por isso, muitas vendiam o produto de suas atividades através de outras pessoas por não querer aparecer (DEL PRIORI, 2008, p. 249).

As mulheres precisaram lutar por um espaço fora de seu âmbito familiar, local em que a sociedade sempre considerou não ser de domínio feminino. As mulheres fumageiras em Catu precisavam trabalhar para ajudar nas despesas de casa, mas, além dos fardos de folha de fumo, carregavam também o peso da desvalorização profissional por ser considerada mão de obra mais barata que a dos homens.

Durante seus relatos, muitas mulheres recordaram-se do período difícil do labor com o fumo, em que, acostumadas com a rotina da zona rural, em que se dormia cedo e também se acordava cedo, não era necessário ter horários predeterminados a cumprir. Nos armazéns, suas rotinas do campo foram sendo substituídas por horários de entrada e saída, estabelecidos por seus patrões. Elas tinham de começar seu trabalho às 7h, paravam para almoçar às 12h, retomando o trabalho às 13h. As atividades eram encerradas às 16h, levando para casa alguns fardos de folhas de fumo para dar continuidade ao trabalho. Oliveira Estrela (2011, p. 44), ao apresentar o cotidiano de mulheres fumageiras como D. Maria Regina, D. Valdenice e D. Margarida, trouxe luz ao conhecimento do dia a dia do trabalho destas mulheres, seja nos armazéns, seja nos campos de plantação na zona rural.

Em sua entrevista Nunes (2007 *apud* OLIVEIRA ESTRELA, 2011, p. 43) disse que “Começou a trabalhar nos armazéns de fumo com 24 anos e saía com sua família da Fazenda Bom Viver para trabalhar nos armazéns de fumo, chegando às 7 horas da manhã para trabalhar”. Trabalhou no Armazém de fumo Kueng & Co., que mais tarde passou a se chamar Exportadora Eichenberger Ltda., entre os anos de 1955-1959, entre 1961-1962 e finalmente entre 1963 e 1964. Sua família era muito pobre, por isso, tinham que levar 20 kg de fumo para casa para poder completar a renda. Sua função era a de escolhedeira, na qual separava as folhas de boa qualidade das de qualidade inferior.

Nunes (2007 *apud* OLIVEIRA ESTRELA, 2011, p. 43), entre as trabalhadoras fumageiras entrevistadas, foi a única que trabalhou de carteira assinada. Em seus relatos apresenta situações em que se percebe uma precariedade no desenvolvimento de suas atividades dentro dos armazéns, porém existe um ponto de convergência entre as mulheres fumageiras Maria Regina, Valdenice e Margarida: o trabalho era para elas uma oportunidade de levar o sustento para a casa.

Oliveira³⁸ (2007 *apud* OLIVEIRA ESTRELA, 2011, p. 16) nasceu em 1938 no município de Alagoinhas, BA, localidade vizinha a Catu. Começou a trabalhar no armazém de fumo aos 12 anos como escolhedeira, porém desde pequena já frequentava os armazéns de Alagoinhas com sua mãe, cujo nome fez questão de falar: “Minha mãe se chama Maria Trindade Nascimento”. Ainda pequena veio morar em Catu com sua mãe, que trabalhou de carteira assinada nos armazéns de fumo, mas “Nicinha”, como era conhecida, por ser menor, não teve sua carteira assinada e ficou ajudando sua mãe lavando de ganho.

As duas mulheres, por conseguinte, trabalharam com o fumo em circunstâncias diferentes, pois a primeira trabalhava com carteira assinada e a segunda, mesmo sendo criança, ia para o armazém de fumo onde sua mãe trabalhava. Ambas compartilhavam experiências que se encontravam, porém Seixas (2007 *apud* OLIVEIRA ESTRELA, 2011, p. 18), trabalhadora rural, desenvolveu todo seu labor nos campos de mandioca, fumo, entre outros. No caso do fumo, suas atividades eram o plantio, a colheita e a secagem das folhas do fumo.

[...] aquilo ali pra gente era uma festa, era época que a gente comia bastante arroz doce, bastante muncunzá [...], era muito gostoso e era só em noite de lua cheia. A gente cantava cirandinha, tinha uma tal de uma modinha é, que era pra ver quem era que sabia mais, aquele negócio de uns versozinhos assim, e a gente ficava lutando quando ouvia um verso que era pra decorar pra agente saber... Isso era muito gostoso!³⁹.

Ela relembra aqueles momentos com muita satisfação, principalmente ao rememorar os versos e modinhas cantadas. Significa que, não obstante a dureza do trabalho, ela recheava sua experiência com alegria e momentos de leveza, o que significa também formas de resistir às dificuldades do cenário. Ela trabalhava com seus familiares, e o pagamento pelo seu trabalho ia todo para o sustento da família.

O dia a dia das mulheres fumageiras de Catu refletia as ações desenvolvidas pela maioria das mulheres de sua época. Diferentemente do que a sociedade impunha a este grupo social, as mulheres sempre encontravam uma maneira de mostrar seu empoderamento, tanto por meio do trabalho

³⁸ Valdenice Nascimento Oliveira, quando foi morar em Catu, no Bairro da Coreia, rua próxima do Comércio, sua mãe também a levava. Com isso foi aprendendo o ofício de fumageira. Quando completou 12 anos, mesmo contra a vontade de sua mãe, foi trabalhar no mesmo armazém que ela, para poder ajudá-la financeiramente. Ex-trabalhadora de armazém de fumo, 69 anos, residente em Catu, BA. Entrevistada em 19 de setembro de 2007. Duração: 60 min.

³⁹ Margarida Marques Seixas, ex-lavadora de fumo, 70 anos, residente em Catu, BA. Entrevistada em 29 de setembro de 2007. Duração: 80 min.

como nas relações sociais com os homens ou até mesmo entre as mulheres que buscavam de todas as formas seguir os preceitos imputados pelos homens mediante suas regras e leis.

Considerações finais

O solo de massapé do Recôncavo Baiano favoreceu o plantio da cana-de-açúcar até o fim do século XIX. Após esse período, a produção do açúcar entrou em declínio, principalmente, por conta da abolição da escravatura. Associado ao plantio da cana-de-açúcar, sempre esteve presente o cultivo da mandioca, do fumo e do coco, em cuja produção agrícola famílias inteiras estavam envolvidas, assim como na cultura fumageira nos armazéns na cidade.

As atividades desenvolvidas com o fumo quase sempre eram uma tarefa feminina. Isso se explica por causa da fragilidade das folhas após longos períodos de secagem, o que exigia atenção e presteza em seu manuseio, ficando destinada aos homens a prensagem dos fardos. Todo esse processo era chamado de beneficiamento do fumo e consistia na separação da folha de acordo com qualidade, confecção de manocas, pesagem, prensagem e transporte para exportação. Em contraste ao manuseio com as folhas de fumo, que exigia suavidade e delicadeza, o cotidiano dessas mulheres era de luta e desafios para enfrentar as intempéries de um mundo visto como masculino, o ambiente de trabalho. A mulher fumageira catuense, porém, mostrou empoderamento ao sair de seu espaço privado e protegido para buscar seu sustento e de sua família no espaço público. Desempenhava papéis que iam de mãe, de mulher a trabalhadora e em muitos casos responsável pelo sustento da casa e de sua família.

Histórias de mulheres fumageiras, como D. Maria Regina, D. Valdenice e D. Margarida, surgiram num cenário trabalhista catuense para mostrar que o espaço feminino, na década de 1950, estava sendo reivindicado por mulheres que não aceitaram ficar restritas ao espaço de suas casas, saindo em busca de seu sustento e de sua prole. Portanto, a história destas mulheres se confunde com a história dos indivíduos que conquistam seus espaços de trabalho e de representação num ambiente que muitas vezes negligencia seus direitos, com o intuito de silenciá-las.

O estudo tratado neste capítulo pretende ser uma ponte para novas reflexões quanto ao papel da mulher catuense no ambiente privado de sua casa, assim como no espaço público, desenvolvendo suas atividades no mundo do trabalho, espaço historicamente masculino, mas ocupado cada vez mais

por mulheres. A voz da mulher catuense ecoa por entre estas páginas querendo ser ouvida por aqueles que, porventura, tenham anseio de conhecer a história daqueles indivíduos, em especial das mulheres, que construíram a Catu que é conhecida hoje. Que a história de vida e de luta destas mulheres possa inspirar outras a entender que o lugar da mulher é onde ela decida estar.

Referências

ALMEIDA, Paulo Henri de. *A manufatura do fumo na Bahia*. 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 1983.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo: 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

BATISTA, João. *Pojuca: o arraial da passagem*. Salvador: [s. n.], 2018.

DEL PRIORI, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo; Salvador: HUCITEC, 1978.

OLIVEIRA ESTRELA, Maridelza A. *Trabalho feminino e cotidiano na cultura fumageira em Catu-Ba – 1955 a 1965*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2011.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. *A Imperial Vila de Santana do Catu – Histórias de uma comunidade escravista no Recôncavo baiano*. Salvador: Quarteto. 2015.

ROCHA, Rafael Rosa da; PEREIRA, Júlia dos Santos; XAVIER, Filipe Matheus O. Santos. Caminhos e lembranças: a história do ouro negro nos limites do município de Catu (1950-1970). In: OLIVEIRA, Marcelo Souza; ROCHA, Rafael Rosa da. *De vila do açúcar à cidade do ouro negro: capítulos da história de Catu*. Salvador, 2022. E-book. No prelo.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. *As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres: um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

MEMÓRIA E HISTÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO, *CAMPUS CATU*

*Diene Israela da Silva
Marcelo Souza Oliveira*

Introdução

Na Rua Barão de Camaçari, no município de Catu-BA, localiza-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Catu*. Como instituição educacional é um elemento presente na vida de jovens e velhos catuenses e outros advindos de diversos lugares do Brasil. Entretanto, essa presença não é limitada apenas aos objetivos didáticos, extrapola essa dimensão desdobrando-se na dinâmica do desenvolvimento pessoal, nesse lugar a vida acontece. Entre aulas, laços afetivos são criados, projetos de vida são pensados durante e após a permanência na unidade escolar. Por essa razão é um lugar situado simultaneamente no tempo presente e no passado, existem sujeitos ansiosos para se despedir e outros que lembram com diferentes sentimentos como foi passar por esta instituição.

A localização, estrutura e corpo administrativo deste *campus* centenário exprimem histórias de múltiplas gerações: a que já partiu e dela já não pode testemunhar, a que hoje está mais velha e tem muito a contar e a contemporânea que das relações cotidianas constroem sua memória. Estas memórias estão contidas no fluxo de acontecimentos do contexto geral e particular, pessoal e coletivo, por isso são valiosas fontes para compreender questões próprias da História, a exemplo de “qual é a história do *Campus – Catu*?” O curto tempo de permanência dos alunos, a sobrecarregada vida dos profissionais de educação e a urgência de avançar para um suposto o futuro, pode fazer com que uma questão como essa fique despercebida ou não tenha tanta importância. Como se esse lugar nunca tivesse tido outra forma ou objetivos diferentes do atual, como se cada reforma administrativa ou estrutural com suas novas pinturas nas paredes pudesse ocultar uma longa história.

Porque conhecer a história dessa instituição? Levando em consideração a sua inserção no sistema educacional brasileiro, cuja políticas públicas influenciam diretamente no seu funcionamento e existência, conhecer a sua história é também conhecer a história da educação na modalidade do Ensino Profissional e Tecnológico, reconhecer que as mudanças não são espontâneas e estão atreladas as conjunturas políticas e econômicas. No sentido mais prático é essencial para refletir sobre a educação que se quer, não há como pensar o presente sem conhecer o passado, em tempo, ressalta-se a importância de para conhecer o tipo de educação ofertada pela unidade, sua identidade e a capacidade de mudar os destinos dos sujeitos que passam por ela.

Entende-se aqui História como a compilação crítica dos fatos, de acontecimentos passados cuja relevância conduz a uma análise e construção de um conhecimento acadêmico. São “escolhidos, aproximados e classificados conforme a necessidade ou regras” (HALBACKS, 1990, p. 80), e posteriormente socializados para que se possa considerar formas de melhorias sociais. Essa análise é feita através de fontes que podem ser escritas ou orais, essa última advém da memória compreendida como

[...] a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta á dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos usos e manipulações, susceptível a longas latencias e de repentinas revitalizações (NORRA, 1993, p. 9).

Logo, a memória é fonte da História que é essencial para compreender o passado e propor intervenções no tempo presente.

Compreendendo que essa instituição representa, revela e realça porção considerável do arcabouço cultural e intelectual de cidadãos e cidadãs catuenses, esse capítulo propõe expor parte da sua história através dos principais marcos históricos da instituição. Isto porque não há como esgotar toda a sua história visto que ela é centenária, mas é possível traçar os caminhos pelos quais ela percorreu ao longo do tempo por meio das mudanças observadas em constituição administrativa e estrutural. Esta é uma forma de valorizar não só esta unidade educacional e seu papel social formativo, mas a história da educação, sobretudo a profissional e tecnológica cujas mudanças direciona ou redireciona os destinos de vários sujeitos.

Metodologia

Essa narrativa é fundamentada na pesquisa bibliográfica e documental. Foram selecionados decretos e leis da legislação federal, dissertações, artigos e livros sobre esse tema, obtendo um embasamento que possibilitou fornecer um entendimento sobre como *o campus*- Catu atravessou os diversos períodos históricos desde sua criação até os anos dois mil. Buscou-se autores que abordassem a história de instituições com o ensino agrícola, da educação profissional e tecnológica e do sistema educacional brasileiro.

Na História, esses textos escritos elencados acima são chamados de fontes, Cellard (2012) orienta a análise crítica desses documentos em cinco dimensões: o contexto, o autor ou autores, a autenticidade, a natureza e os conceitos. Por exemplo, encontrou-se na *@livros gratuitos* o currículo proposto pelo Ministério de Educação em 71 e o manual para cooperativas escolares em 81, então sabe-se que foram escritos em governos diferentes e que são documentos oficiais, como têm carimbos da gestão governamental e são registrados nos arquivos públicos é pouco provável que não sejam autênticos, a natureza é instrutiva direcionada as escolas agrícolas e tem conceitos próprios da agropecuária. Verificar essas características possibilita tecer considerações sobre a relação outras fontes sobre o tema.

O outro fundamento é a história oral que segundo Thompson (1988, p. 44) “é uma história constituída em torno de pessoas” é um método em que a voz do sujeito, aquele que viveu a experiência, pode ser ouvida. Meihy (2012) aponta como uma das tipologias a história oral temática onde se escolhe um assunto, nesse caso o IF- Catu com o recorte de implantação do ensino médio quando ainda era Colégio Agrícola Álvaro de Navarro. Entre os anos de 2020 e 2021, foi utilizada a entrevista semiestruturada para coleta de narrativas sobre este instituto, foram escolhidos sete participantes que contaram suas versões sobre esse acontecimento possibilitando o cruzamento com as fontes escritas e cuja síntese é construção deste capítulo.

Os sujeitos serão tratados por codinomes para manter o anonimato dos mesmos, se atentando apenas a narrativa. São eles “O Diretor”, que foi aluno na década de 70 e posteriormente diretor da instituição; “A flor de Alagoinhas”, professora de letras e que participou de um projeto de memória da instituição; “O professor Sonhador”, professor de química que participou da primeira feira de ciências na escola; “O agricultor”, professor de técnicas agrícolas; “O Veterinário”, professor de zootecnia; dois alunos, “O economista” e o “O destilador” cuja principal características é terem sido das turmas da década de 1970 e hoje estarem nos seus municípios de origem.

Ambos os métodos levaram a identificação das relações de alteridade que foram construídas principalmente a partir do conhecimento/reconhecimento acerca dos outros sujeitos que outrora participaram do cotidiano de escola com ensino médio e técnico. Buscou-se perceber o desenvolvimento dessa unidade escolar além das relações cotidianas entre funcionário e aluno, a relação com o trabalho, a mudança na estrutura e no currículo e as políticas que culminaram na conformação do que se conhece por IF-Catu.

Contexto socioeconômico e a criação da fazenda modelo

A segunda metade do império no Brasil foi marcada por uma crise na economia açucareira e pelos processos históricos da abolição da escravidão, isto afetou principalmente o recôncavo baiano, maior expoente da produção de cana de açúcar. A desvalorização desse produto devido a concorrência externa, deslocamento do eixo econômico para a cultura cafeeira e a falta de mão de obra fez com que fosse necessário durante a primeira república tomar medidas para o desenvolvimento econômico das regiões abaladas.

Então foram criadas em algumas capitais e regiões metropolitanas as Escolas de Aprendizes e Artífices e os Aprendizados Agrícolas. Pretendia-se por meio do trabalho civilizar órfãos e desvalidos da fortuna dando-lhes um meio de sobrevivência que também auxiliaria no desenvolvimento local. O crescimento econômico se daria por meio do investimento em indústrias nas capitais e em técnicas agrícolas nas regiões metropolitanas e interiores, valorizando assim uma crença na chamada vocação agrícola do país, que por sua extensão de terras obteria sucesso se aplicasse os conhecimentos e técnicas corretamente. As instituições agrícolas com suas escolas e fazendas modelos deveriam difundir os conhecimentos científicos adquiridos segundo o ideário europeu adaptando-os à realidade brasileira, para o melhor aproveitamento da terra, Araújo (2006).

Nesse contexto se constitui a Fazenda Modelo de Criação em 3 de fevereiro em 1895. Ambrósio Baptista dos Santos se desfaz da denominada Fazenda Sant'Anna ao Governo da Bahia para implantá-la em Catu. Essas fazendas deveriam promover a criação de gado, através do ensino de técnicas agropastoris. Como acontece com algumas políticas educacionais, onde a coerência argumentativa esbarra nas condições concretas para efetivação do empreendimento, essas unidades de ensino tanto na capital quanto

nas demais regiões encontrava sérios problemas para se manter. Cunha (2000), Nery (2009) e Ramos (2014) mostram as más condições devido à falta de estrutura, prédios alugados, falta de equipamentos e alto índice de evasão.

Não foi diferente com a Fazenda Modelo em Catu que segundo informações do livro *Bahia de todos os fatos* (1997) encontrava-se em franco abandono, faltava investimento para cumprir os objetivos. Como a necessidade de alcançar o progresso por meio do desenvolvimento econômico se manteve durante toda primeira república o em 1918 ocorreu o processo de federalização da fazenda que agora com o apoio federal visava proporcionar aos trabalhadores rural acesso ao conhecimento zootecnia para melhoria do gado. Em síntese A Fazenda Modelo nasce de uma necessidade econômica advinda de uma crise sob a tutela do Ministério de Agricultura Indústria e Comércio, a fim de promover cursos práticos para os criadores locais, tinha uma característica assistencialista atuando em conjunto com as demais instituições e escolas agrícolas da Bahia.

Implantação do ensino médio e o Colégio Álvaro Navarro Ramos

A década de 1960 representou uma grande ruptura para Fazenda Modelo que não havia passado por grandes mudanças por 46 anos desde a sua criação. Os principais fatos foram a sistematização do ensino agrícola com o Decreto-Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946 e a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1961. Os anos anteriores dessa década testemunharam os avanços tecnolégisocos para indútria, a agropecuária e as constantes intervenções estadunidenses no Brasil. Em 1960 ocorre a propagação de vendas e cursos para manuseio de maquinários pesados, fertilizantes e insumos químicos para combate de pragas na lavoura. Nesse momento a educação agrícola é repensada pela United States Agency for International Development (Usaid), que traria apoio técnico par efetivar e acelerar o desenvolvimento econômico do Brasil.

Nessa década a Fazenda Modelo deixa de ser uma propriedade de cursos práticos para se tornar efetivamente uma Instituição escolar federal em 3 de maio de 1966 como mostra o decreto a seguir

Art. 1º O Colégio Agrícola de Catu, criado pelo Decreto nº 53.666, de 5 de março de 1964, localizado no município do mesmo nome, Estado da Bahia, subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, passa a denominar-se Colégio Agrícola “Álvaro Navarro Ramos” (BRASIL, 1964, s/p).

Sobre esse processo de mudança os sujeitos relatam:

Agora antes de Colégio Agrícola, o local, as instalações era colégio, colégio não, era uma Fazenda Modelo do Ministério da Agricultura, entendeu? Quando, eu acredito que aproveitaram as instalações, eu acredito não, foi isso que aconteceu, aproveitaram as instalações do Ministério da Agricultura, da Fazenda Modelo que era ligada mais a pecuária, ligada mais não, era ligado só pecuária, bovinos e suínos avicultura não tinha, isso não era o Colégio Agrícola. O Colégio Agrícola começou em 69, da seguinte, era uma fazenda do Ministério de Agricultura tá entendendo, não sei se você estava interessada nesse detalhe aí (O Agricultor, 2021).

Não, porque o seguinte, a escola tem uma história de escola de capataz de aprendiz, com te falei, Uruçuca também foi assim, preparar o vaqueiro a pessoa, o leiteiro o cara que vai tomar conta de fazenda. Mas não tinha, exatamente, não tinha no período realmente que era só mesmo técnico só formações técnicas curtas também, não era uma formação completa, era focada em uma demanda. Olha tá precisando de um ordenhador, ah vamos dar um curso de ordenhador de 30/40 horas, não tinha estruturação ainda de forma de currículo para ensino médio. Isso eu soube assim, mas não sei exato o período que foi que ficou essa predominância, aí foi 63/64 quando cria o Colégio vem a implantação (O professor sonhador, 2021).

O Colégio Agrícola teve origem na Fazenda Modelo de Criação, órgão ligado ao Ministério da Agricultura. Desde a época de Fazenda Modelo havia a oportunidade para a formação de mão de obra e havia uma grande influência dessa entidade na vida do povo catuense (O diretor, 2020).

Durante o regime militar foi dado prioridade ao ensino técnico que fosse capaz de formar mão de obra para suprir as necessidades das diversas atividades econômicas. Essa mudança ocorreu a nível nacional, pois o governo federal tinha diversas unidades de Fazendas Modelos espalhadas pelo Brasil, e ao entender que o ensino técnico era a prioridade transformou essas fazendas em Colégios Agrícolas (O diretor, 2020).

Como pode ser visto, a década de 1960 realmente foi um divisor de águas, pois, nesta instituição ocorreram três mudanças fundamentais: implantou-se o nível médio técnico, a fazenda foi transformada no Colégio Agrícola de Catu, posteriormente Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos e passou a fazer parte do Ministério da Educação em decorrência dos acordos com a Usaid. Destaca-se o curso de técnico agrícola e a possibilidade

de prosseguimento dos estudos uma vez que os alunos passaram a ter acesso as disciplinas do ensino médio que possibilitava acesso ao ensino superior. Em 1971 a primeira turma conclui o curso tronado-se técnicos em agropecuária.

Transformação em Escola Agrotécnica Federal

Na década de 1970 e 1980, o regime militar operou variadas mudanças no sistema de ensino, ocorrendo a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau, instituído pela Lei nº. 5.692/71. Em 4 de setembro de 1979, por meio do Decreto N° 83.935, passou a ser denominada Escola Agrotécnica Federal de Catu. Destaca-se o sistema Escola Fazenda cujo princípio educativo era o lema aprender a fazer fazendo, o currículo escolar intercalava aulas teóricas e práticas e o aluno tinha acesso direto às técnicas de plantação e criação.

As disciplinas eram divididas em “Cultura Geral”, “Cultura Técnica” e “Práticas Educativas” (BRASIL, 1970). Dentro da Cultura Técnica a disciplina de Economia Rural mostrava claramente a combinação de trabalho e educação, evoluindo para as cooperativas que foram bastante ativas durante a década de 1980. Sobre as cooperativas os sujeitos contam:

Tinha cooperativa, que inclusive todo ano tinha eleição para presidente da cooperativa, era aluno que era o presidente. Tinha o professor orientador, que era justamente a função do professor, para dar as informações necessárias para desenvolver a gestão da cooperativa, agora foi, era toda organizada. Mas, apareceram algumas cabeças, eu só falo a verdade, apareceram algumas cabeças que não pensavam assim, achavam que aquilo era trabalho escravo, trabalho de menor, entendeu? Pô, o aluno ia lá juntos, alguns professores iam juntos, outros já não ia né, achando que não era trabalho do professor, o trabalho do professor não era lá está junto. Por que alguns achavam que o professor estava sendo capataz. Eu fui da linha, eu trabalhei muito, trabalhei no campo junto com os meninos, eu falo os meninos, mas é os alunos, entendeu (O veterinário, 2021).

A cooperativa, o associativismo era uma disciplina, tinha disciplina cooperativismo, o currículo. Então o aluno, na verdade a cooperativa, a comercialização era uma prática em produzir, fazer as atividades de campo, e ele gerenciar como é que faz a nota, como é que calcula a produção o estoque, isso era feito na cooperativa, e tinha duas ou três horas na semana para ele passar por esse período

de vivência, mas eram experiências exitosas muito boas, excelente. É uma pena que nosso país, a gente não tenha essa cultura, hoje que está abrindo mais essa janela do empreendedorismo é uma coisa, uma gestão você focar, buscar um negócio, uma formação, mas é muito ainda acanhado. Mas na época, como te falei, a carga horária era tão pesada, tão forte que talvez duas ou três horas ali era mais só pra tomar conta, vender, anotar, fechar, mas tinha disciplina, tinha um professor que ensinava associativismo, cooperativismo, isso era bacana. E tudo dessa venda da cooperativa era revertido em prol dos estudantes, tinha uma conta, comprava os insumos, a escola tinha dificuldade financeira, a cooperativa ia lá e comprava, [...] (O professor sonhador, 2021).

Nesse período observa-se uma valorização do princípio aprender a fazer fazendo, nesse sentido os alunos saíam preparados para o mercado de trabalho agrícola, segundo relatos após a conclusão do curso os egressos poderiam trabalhar em fazendas pessoais ou como contratados, na expansão rural ou em projetos de reflorestamento. Também nesse período há uma mudança do público que durante a Fazenda Modelo era mais rural, e nesse momento atraía alunos de todos os municípios baianos e de todo o Brasil, o relato a seguir nos mostra:

Ela era uma escola para estudantes mais da zona rural, que pudessem, quando terminarem a escola, ir trabalhar no campo. Esse é o ideal, acontece que essa frequência algum tempo, como essa escola, que era pública e só tinha ela Federal, todas as outras do Estados eram escolas estaduais não tinham o nível de conhecimento que eles tinham aí na escola. Então a escola começou a mudar o perfil dos estudantes que adentrou e se interessou para escola. Os estudantes vieram também da zona urbana em função disso mudou também o foco, como escola que tinha muito conhecimento teórico também eles os resolveram iam para poder fazer o vestibular e passar nas universidades públicas também. Inclusive nossas escolas ela por muito tempo, ela formou grandes profissionais médicos, engenheiros, mesmo que fosse fora do agrícola, mas grandes profissionais que percorreram a da universidade os caminhos da universidade (A flor de Alagoinhas, 2020).

As décadas de 1960, 1970 e 1980 representaram são períodos onde ocorrem mudanças significativas na estrutura da instituição que precisa adequar salas de aula, no currículo, que deixa de ter cursos práticos e temporário para ter um currículo de formação técnica e no público que deixa de ser mais da zona rural para atender a filhos de proprietários de fazenda e indivíduos de diversos municípios que buscava na instituição a conclusão

do ensino médio e um oportunidade de seguimento nos estudos. Nesse contexto ela se firma como uma Instituição escolar agro-técnica.

A criação do Instituto Federal Baiano e o *campus* Catu

O contexto do surgimento do Instituto Federal Baiano é um embate entre as mudanças ocorridas na década de 1990 e os debates políticos, revogações de decretos dos anos 2000 até 2008. Sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) tem-se a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394/96 e do Decreto no 2.208/97. Esse decreto liga a formação ao mundo, exercício e ambiente do trabalho, dando um sentido mais utilitarista da formação técnica. Ramos (2014) mostra que foi justamente o oposto de 71 onde houve o decreto para a formação compulsória, em 97 há a separação do ensino técnico do ensino médio.

Tal separação é contestada e revogada no governo de Luís Inácio Lula da Silva com Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 que revogava o Decreto no 2.208/97, buscando uma formação que o governo considerou integral, e dando os princípios para a Educação Profissional e Tecnológica. Essa educação não desqualifica a formação para o mundo do trabalho mas afirma que deve ser integrada a formação humana nas dimensões emocional, física, cultural e que permita uma formação para refletir a realidade.

Durante esses contextos históricos ocorreram as seguintes mudanças no Colégio Agrícola: em 17 de novembro de 1993, de acordo com a Lei nº 8.731, de 16/11/1993, a Escola Agrotécnica Federal de Catu – Bahia passou a ser uma autarquia⁴⁰, em 2005 houve a implantação do Curso Técnico em Operação e Produção de Petróleo, em parceria com a Petrobras e finalmente em 2008, a Lei 11.892 instituiu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criando o Instituto Federal Baiano. Este último é resultante da integração das Escolas Médias de Agropecuária Regionais da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, (EMARC), presentes na Bahia e das antigas Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia, dentre estas a Escola Agrotécnica Federal de Catu, que passou a ser o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - *Campus* Catu**.

A política de expansão da educação profissional continuou com a implantação de novos cursos - inclusive de graduação, especialização e mestrado - ampliação das instituições e reformulações segundo o novo

⁴⁰ Serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada (DI PIETRO, 2006).

direcionamento e configuração para formação integral. Exigia que os institutos tivessem um sistema *multicampi e pluricurricular*, atendendo ao nível médio e superior.

A importância do instituto para seus alunos e profissionais

Verificou-se até aqui a relação entre os decretos/leis e as mudanças efetivas ocorridas nesta unidade educativa. Percebe-se que não é apenas uma alteração de nomes da Fazenda Modelo, escola ou instituto, mas, de todo o direcionamento educativo, o currículo, a disponibilidade ou fechamento de cursos, assim como, das relações cotidianas. Essas relações interpessoais não podem ser notadas, percebidas ou extraídas dos documentos oficiais, pois eles não expressam esperanças, dificuldades e nem os sentimentos sobre o que é passar por um itinerário formativo. É necessário que pessoas falem, pois elas sim são capazes de dizer o que essas mudanças significaram em termos práticos para sua vida.

Por essa razão, durante as entrevistas⁴¹ foi perguntado qual era a importância do Instituto para a vida dessas pessoas, esta é questão interessante porque os efeitos das mudanças propostas pelo governo são sentidas principalmente pelos sujeitos da unidade escolar, sejam como alunos ou como profissionais da educação e isto os torna capazes de contar o que foi viver neste lugar. Abaixo seguem algumas considerações apresentadas por eles,

Eu achei bastante interessante, eu acho que não me formou em técnico me formou em cidadão. O convívio com pessoas dos mais variados, das mais variadas regiões dos mais variados costumes, não é, e também a gente desvinculou um pouco da questão familiar que a gente vivia fora de casa, a gente adolescente vivendo fora de casa, uma certa emancipação como jovem, entendeu, acho que isso também serviu muito. E fora disso o próprio conhecimento, porque a gente também absorveu bastante conhecimento em relação não só a questão técnica, mas também conhecimento de um mundo em geral, conhecimentos gerais, por conta dessa convivência das oportunidades da própria dedicação que a gente dava praticamente 24 horas só para estudar (O destilador, 2021).

Para minha vida foi a oportunidade que eu tive que estudar, oportunidade que eu tive de sair de Euclides da Cunha, para

⁴¹ Essas entrevistas são produtos da pesquisa em andamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) intitulada: Contribuições do Instituto Federal Baiano - *Campus* Catu e de seus sujeitos para a história do ensino profissional e tecnológico no Brasil.

estudar, foi o colégio agrícola o que aconteceu posterior eu devo isso daí a Catu, ao Colégio Agrícola de Catu né, que na minha época não era Colégio Agrícola de Catu era o Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos, depois viro Colégio Agrícola de Catu depois virou o IFBA⁴², mas na minha época foi Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos, então ele foi muito importante, moça, teve uma importância que eu acho que foi essencial e também me deu muitos bons colegas que até hoje a gente mantém contato, eu não mantenho contato com os que morreram, esse daí não n tem como manter contato, mas os que estão vivo, eu mantenho contato com mais de 90% dos alunos dos ex-colegas. (O economista, 2021).

As falas desses sujeitos mostram como uma política mais geral para criar oportunidade de desenvolvimento econômico, afeta o particular no sentido também de oportunizar uma mudança de vida que está relacionada a família, a instituição de ensino, e ao próprio indivíduo. Ter um objetivo formativo, possibilidade de variados caminhos formativos, se sentir preparado para o trabalho ou para a continuidade de estudos. Essa é a importância da Educação Profissional e Tecnológica, também por isso é fundamental lembrar a sua história, para entender que a estrutura escolar, o currículo e as funções administrativas são produtos de modificações contextuais que perseguem um objetivo. Nesse sentido o IF de Catu é instituto porque continua com sua função social educativa e também é monumento, um lugar de memória das experiências passadas, presentes e futuras.

Considerações finais

A antiga fazenda-modelo que hoje se transformou no *campus*- Catu atravessou diferentes contextos históricos: primeira e segunda república, ditadura militar, a redemocratização nos anos de 1990 e a era Lula. Durante esses períodos tem-se na economia e educação uma relação de influência mútua pois, a conformação do sistema educacional e as demandas do desenvolvimento nacional se atrelam. De modo que as mudanças vistas nesta instituição ocorrem nos períodos de mudanças do governo e do direcionamento das políticas públicas. Esse processo de rupturas políticas e remanejamento administrativo continua, essa unidade escolar se consolida como instituto e monumento cuja existência permeia embates sociais que provocam e sofrem mudanças. Essas mudanças, quando perpassam a vida dos sujeitos, tornam-nos capazes de narrar suas experiências, enriquecendo

⁴² O colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos se transformou no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia.

assim as fontes que aportam a história. Ainda faltam pesquisas sobre o cotidiano na escola na década de 1990 e nos anos 2000, para saber como esses os sujeitos vivenciaram esses momentos e quais oportunidades para a vida conquistaram ou perderam. Mas aqui já temos algumas respostas de como foram os processos de mudanças entre as décadas de 1960 e 1980, o instituto se apresenta como um lugar familiar para o crescimento individual e coletivo, aquele que faz a ponte entre as aspirações juvenis e o mundo do trabalho e que contém profissionais engajados na formação integral humana. A seguir apresentamos uma breve cronologia com imagens e fotos do Instituto Baiano- *Campus Catu*⁴³.

⁴³ A imagem do menino em frente ao casarão antigo, da capa do manual para cooperativas e do prédio atual do *campus- Catu* foi retirada da internet. A da 1º turma cedida por um colaborador.

CRONOLOGIA DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO- CAMPUS CATU- IMAGENS E CONTEXTO



Na primeira República em 1895 cria-se a Fazenda Modelo de Criação, sobre a tutela do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1918 é federalizada. Mantém as características de assistência aos desvalidos e órfãos, educação moralizante pelo trabalho e alternativa econômica para o desenvolvimento local abalado, pela crise açucareira. Foto: jovem negro e gado, ao fundo o casarão da fazenda. Ilustra bem o público negro e masculino e o foco na criação de gado e técnicas agrícolas.

Após um hiato de 48 anos em 1966 cria-se Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos, resultado dos avanços na condução do sistema educacional, organização do ensino agrícola e da influência de empresas estrangeiras, continua a fazer parte do Ministério da Agricultura, mas como grande mudança tem a implantação do ensino médio técnico. Foto: professores da 1ª turma do curso de técnico agrícola, a partir da esquerda: Professores Cesar, Murilo, castanha, uma aluna cujo nome não foi lembrado, Hamiltom, Dorivaldo e Gileno.



Tendo sido integrada ao Ministério da Educação em 1967, passou por reformas para adequação de currículos em sala de aula. Na década de 70 em plena ditadura já estava estabelecido o sistema Escola-Fazenda com o princípio pedagógico aprender a fazer fazendo. Nessa mesma década ocorreu a formação técnica compulsória com a Lei n. 5.692/71 ampliando a formação de técnico agrícola. Foto: Novo prédio pedagógico e aluna, ilustra a importância do sistema escola fazenda e seus princípios pedagógicos.

1970

Na década de 80 passa a ser Escola Agrotécnica Federal de Catu-BA. Há consolidação do sistema Escola-Fazenda, o fortalecimento das cooperativas nas escolas agrotécnicas, ocorre a primeira feira de ciências. Há maior inserção do público feminino Foto: Manual de instruções para fundação de cooperativas nas escolas agrícolas lançado em 1981.



1990

Nos anos de 1990 a escola passa a ser uma autarquia com a Lei nº 8.731. Nesse período se conforma a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é um período em que há separação do ensino médio do técnico e uma inserção maior do público feminino nos cursos técnicos.

Os anos 2000 se configura com instalação de cursos de operação e produção de petróleo e a oficialização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pela Lei 11.892, criando o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano com a inserção de novos cursos técnicos e cursos de graduação especialização e mestrado, sendo Catu um *campus* integrante.



Referências

ARAÚJO, Nilton de Almeida. *A Escola Agrícola de São Bento das Lages e a Industrialização da Agronomia no Brasil (1877-930)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia e da Universidade de Feira de Santana. Salvador-Feira de Santana. 2006. 206f.

BAHIA de todos os fatos: cenas da vida republicana. [S. l.]: Assembleia Legislativa da Bahia, 1997.

BRASIL. Decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910. Cria o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 53.666, de 5 de março de 1964. Transfere a sede da Fazenda Federal de Criação de Catu, no Estado da Bahia, do Departamento de Promoção Agropecuária, para a área ocupada pelo Posto Agropecuário de Entre-Rios e cria o Colégio Agrícola de Catu *Diário Oficial*, Brasília, 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53666-5-marco-1964-393685-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 3 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 1909. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Estabelece as bases de organização e de regime do ensino agrícola. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial*, Brasília, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, ano. 2017 Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Estrutura curricular do ensino agrícola*. 2. ed. Brasília: MEC, 1970.

CELLARD, André. Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (org.) *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *Revista Trabalho Necessário*, [s.l.], ano 3, n. 3, p 1-20, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. São Paulo: Unesp, 200.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2005.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990.

LE GOFF, Jacques. Memória. 1924. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990. p. 535-599.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História oral e identidade: caipira, espelho, espelho meu? *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 411-425, 2012.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. Primeiras Escolas Agrícolas no Brasil: limites e falências (1877 a 1936). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 46, p. 309-324, jun. 2012.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). *Revista Tempos e Espaços em Educação*, Teresina, v. 2, p. 25-32, jan./jun. 2009.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. *Pelos caminhos de Deméter: os aprendizados agrícolas federais e as políticas para o ensino agrícola primário no início do século XX (1910-1947)*. 2010. 298 F. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-28, dez.1993.

PALMA FILHO, João Cardoso. A República e a educação no Brasil - 1ª República - 1889-1930. In: PALMA FILHO, J. C. (org.). *Caderno de Formação - Formação de Professores - Educação Cultura e Desenvolvimento - História da Educação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 71-84.

RAMOS, Marise Nogueira. *História e política da educação profissional*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil: 1930/1973*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Demerval. Política Educacional brasileira: limites e perspectivas. In: *Revista de Educação PUC-Campinas*, n. 24, 18/04/2012, 2012. Disponível em: <http://periodico.ouc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/108>. Acesso em: 02 abr. 2022.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado – História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA: PESQUISANDO O PASSADO E CONSTRUINDO OUTROS CAPÍTULOS SOBRE A HISTÓRIA DE CATU

Marcelo Souza Oliveira
Rafael Rosa da Rocha

Introdução

Esta coletânea, para além de coadunar historiadores e historiadores com variados níveis de experiência e áreas de atuação, é devedora de uma inquietação duradoura acerca da escassez de narrativas históricas sobre o município de Catu. Precede a esse resultado, corolário da mesma inquietação, o museu Catu em Retrato, que acabou por concentrar parte da história do município por meio de suas galerias e ramificar em iniciativas como *De Vila do Açúcar à Cidade do Ouro Negro*, focada em apresentar sob diversas perspectivas a história do município.

Segundo Circe Bittencourt (2011), a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. Nesse sentido, cabe o destaque à análise do protagonismo e da importância dada pelo estudo da história local pelos professores e por seu ensino na sala de aula.

Por outro lado, a internet tornou possível o acesso imediato a diversas fontes históricas que podem, com os devidos cuidados metodológicos, ser utilizadas em sala de aula. Mesmo assim, percebemos que o ensino de história ainda está muito focado no livro didático e o professor ainda é visto como o único detentor do conhecimento. O ensino de história tradicional, calcado na “decoreba” e na resolução de questões de vestibular, alija alunos e professores de serem autores e construtores do seu próprio conhecimento.

Os documentos não textuais, por seu turno, entraram em sala de aula de forma muito mais tímida do que no meio acadêmico, uma vez que o valorizado até então era a exposição de fatos de forma linear e o aluno deveria memorizá-los como verdades inquestionáveis. Essa metodologia foi baseada no positivismo, para o qual o fato é mais importante que o processo histórico (ROTA, 2020).

Porém, estudos indicam que o uso de fontes históricas iconográficas, em especial de fotografias, na sala de aula tem sido alvo de alguns estudos que refletem sobre a importância e as possibilidades pedagógicas desses recursos no ensino de história e ou na educação histórica na educação básica (AGUIAR, 2020; BITTENCOURT, 2011; FERREIRA, 2020; GEJÃO, 2011; PAIVA, 2002; PINTO; TURAZZI, 2012; ROTA, 2020; SEFFNER; PEREIRA, 2008). Outros pesquisadores se debruçaram sobre os estudos em que utilizaram um determinado acervo de fotografias no ensino de estudantes da educação básica, obtendo resultados que indicam a capilaridade desse recurso na aprendizagem histórica desses aprendentes (GAMBOA, 2018; LIMA, Carla, 2020; RUFFATO; REGINATO, 2019).

Algumas dessas pesquisas foram produzidas por professores da educação básica, tendo como sujeitos estudantes das escolas públicas em que eles atuavam. Tais atividades foram desenvolvidas em mestrados profissionais brasileiros com produtos educacionais delas resultantes (LIMA, Adilson, 2020; MALVERDES, 2018). Dessa forma, observamos que, embora ainda que pouco utilizado, o docente que desejar amparo teórico e pesquisas aplicadas na sala de aula sobre o uso de fotografias como recurso didático pode pesquisar e buscar subsídios para a sua própria prática pedagógica.

Para além das fotografias, que têm amparo no museu, esta coletânea oferece aos professores e às professoras do município um ferramental elementar que possibilita aos discentes uma percepção da interação entre personagens históricos de diferentes contextos, de variados momentos políticos e dimensões econômicas, sociais e culturais da história do município. As diversas autorias que compõem a coletânea possibilitam ainda perspectivas outras sobre o passado, enriquecendo o arcabouço analítico dos discentes.

Nesse estudo, apresentamos a possibilidades do uso de fontes históricas na sala de aula, na perspectiva da educação científica, pois acreditamos que essa perspectiva pode legar uma relevante contribuição no processo formativo dos sujeitos da educação básica. O entendimento de que professores e estudantes da educação básica podem atuar como pesquisadores dentro e fora da sala de aula

implica a formação de sujeitos que desenvolvem de forma mais apurada sua autonomia, sua criatividade, seu senso crítico, sua capacidade de leitura, de interpretação e escrita, além de perceberem a história não como uma ciência estática, mas como um conhecimento em constante construção e reconstrução, pautado em critérios científicos determinados pela comunidade científica.

Tendo em vista que a construção do Museu Virtual Catu em Retrato tem como objetivos não só a divulgação científica da história para o cidadão que o acesse, mas também a sua utilização como ferramenta pedagógica para a educação histórica – de importância e ratificação asseveradas pelos professores que validaram esse produto educacional, nesta sessão propõem-se possibilidades de uso do Museu Virtual em sala de aula, cuja coletânea que compõe este livro é de valor fundamental para a boa execução das possibilidades didáticas.

Discutiremos, portanto, como os professores e estudantes da localidade de Catu podem realizar atividades de pesquisa histórica como prática educativa, para uma Aprendizagem significativa⁴⁴ (MOREIRA, 2019), dentro do componente curricular da história (RUFFATO; REGINATO, 2019). Para isso propomos a construção e a aplicação de uma sequência didática que considere o uso do museu e de fotografias trazidas pelos alunos como ferramentas pedagógicas.

Para Zabala (1998, p. 18), sequência didática é “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecido tanto pelos professores como pelos alunos”. Nesse sentido, ao utilizar-se da educação pela pesquisa deve-se ter em mente que a pesquisa científica pode ser utilizada em sala de aula como uma espécie de simulacro da pesquisa realizada pelos cientistas. Traçando mais ou menos os mesmos passos e caminhos dos cientistas, nesse caso dos historiadores, os estudantes podem aprender diversas habilidades e competências inerentes a prática da atividade científica, além de aprender a entender a ciência enquanto linguagem para interpretar o mundo.

No caso da nossa proposta, a pesquisa dirigida, se bem realizada, pode ajudar a modificar a concepção de pesquisa vigente nas escolas. De acordo com Pozo e Crespo (2009), é necessário colocar o aluno em um contexto de atividade próximo ao exercido pelos cientistas. Eles acreditam que a partir da pesquisa dirigida os alunos mudem não só seus sistemas de conceitos,

⁴⁴ Para Ausubel *et al.* (1980), a aprendizagem significativa implica a aquisição de novos conceitos, ou ainda, é um processo pelo qual uma nova informação se relaciona com aspecto relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo, ou seja, aos seus conhecimentos prévios.

mas também seus procedimentos e suas atitudes. Isto é, que para chegar ao objetivo da pesquisa o aluno possa utilizar meios metodológicos diferentes dos habitualmente usados. É necessário, porém, que haja um acompanhamento e uma orientação do professor, profissional que domina a linguagem própria da pesquisa científica proposta na sequência didática.

Para efeitos de possibilidades de utilização curricular da sequência didática proposta, indicamos que o professor poderá adequá-la a qualquer série do ensino fundamental ii ou do ensino médio, observadas as questões relativas às faixas etárias e aos níveis de cognição da turma de estudantes que se deseja realizar a sua aplicação. Em nível de exemplo propomos a Unidade I, da 1ª série do ensino médio, quando se discute a natureza da História e a sua constituição e caracterização enquanto ciência. Muitos professores não dão muita importância ao debate dessas questões e simplesmente negligenciam esse conteúdo. Porém, chamamos a atenção para que em todo componente curricular, entre eles a História, os docentes discutam as características gerais e peculiaridades das ciências que são estudadas. Essa abordagem pode ajudar o estudante a desmistificar a concepção dessas ciências como conhecimentos prontos e acabados encerrados e sacramentados nos livros didáticos.

Sequencia didática

Objetivos

O objetivo central dessa sequência didática é contribuir para a educação histórica de estudantes da educação básica por meio do estudo e da pesquisa da história local. Para isso, propomos como recursos didáticos o uso das fontes e informações disponíveis no Museu Virtual Catu em Retrato, o estudo bibliográfico dos capítulos contidos no presente livro, além do estímulo a busca de novas fontes iconográficas de pesquisa dispersas na comunidade.

Tabela 01 - Objetivos de aprendizagem

Objetos de conhecimento (BNCC)	Habilidades (BNCC)
Os patrimônios históricos e culturais da cidade em que se vive.	A produção dos marcos de memória: os lugares de memória (ruas, praças, escolas, monumentos, museus etc.)
A produção dos marcos de memória: os lugares de memória (ruas, praças, escolas, monumentos, museus etc.)	A produção dos marcos de memória: os lugares de memória (ruas, praças, escolas, monumentos, museus etc.)

Fontes: Os autores

Desenvolvimento

Para a propositura da nossa sequência, utilizamos como referência a sequência didática de número quatro proposta por Zabala (1998):

Tabela 02 - Aulas 01 e 02 – A História enquanto Ciência: seus objetivos, métodos e fontes

Duração: cerca de uma aula de 100 minutos.

Organização dos alunos: em grupos e roda de conversa

Recursos e/ou materiais necessários: acesso à internet em dispositivos móveis ou em laboratórios de informática para acesso ao Museu Virtual Catu em Retrato; livro *De vila do açúcar à cidade do ouro negro: capítulos da história de Catu* (digital ou impresso); lápis e borracha; caderno; quatro cliques ou quatro envelopes para cada grupo de quatro a cinco alunos; lousa e giz.

Objetivos específicos: apresentar o conceito de fontes históricas aos alunos e levá-los a compreender os diferentes tipos de fontes, com foco em fontes iconográficas, e sua importância para o trabalho dos historiadores; conduzir os alunos à observação e à formulação de perguntas que podem gerar pesquisas históricas.

Sugestão de texto como referência: capítulos da coletânea de acordo com a temática escolhida pelos discentes.

Fonte: os autores

1º Momento - apresentar aos alunos a situação problema em relação ao tema estudado. Inicie essa aula perguntando aos alunos como, na opinião deles, os historiadores da atualidade fazem para estudar e investigar fatos da história de tempos passados. Essas pessoas deixaram vestígios que hoje são usados pelos historiadores como fonte para as suas pesquisas. O professor pode sugerir alguns objetos que podem ser estudados à luz da história local e que possam ser analisados por fotografias, tais como festas, religiosidade, infância, mulheres catuenses etc. É interessante provocar os estudantes para que surjam novos objetos. Sugere-se que o professor faça uma introdução à história de Catu. Para isso, poderá utilizar o capítulo 1 deste livro.

2º Momento - proposição de questões de pesquisa. Apresentar a História enquanto ciência e, como tal, fruto de uma construção que envolve: observação, formulação de pergunta, busca de fontes, interpretação a luz de outras pesquisa e construção de narrativas sobre o passado. Logo após o professor deverá propor aos estudantes que formulem suas próprias questões. Sugere-se que se provoque os alunos à observação, para isso, podem se remeter

a memórias familiares, à consulta ao Museu Catu em Retrato ou à leitura de um capítulo desta coletânea, por exemplo. A pergunta deverá ser formulada pelos alunos organizados em grupos. Se for necessário, o professor deverá fazer uma intervenção para discutir os passos de uma pesquisa, desde a constituição do objeto até a análise dos resultados. Ao final o professor pedirá aos alunos que realizem suas pesquisas para o levantamento de fontes que possam ser utilizadas para ajudar a responder à questão de pesquisa do seu grupo.

Tabela 03 - Aula 03 – Levantamento e análise de fontes sobre a história da cidade

Duração: cerca de uma aula de 100 minutos.

Organização dos alunos: em grupos e roda de conversa

Recursos e/ou materiais necessários: acesso à internet em dispositivos móveis ou em laboratórios de informática para acesso ao Museu Virtual Catu em Retrato; livro *De vila do açúcar à cidade do ouro negro: capítulos da história de Catu* (digital ou impresso); lápis e borracha; caderno; quatro clipes ou quatro envelopes para cada grupo de quatro a cinco alunos; lousa e giz; fontes impressas ou digitais sobre a história da cidade

Objetivos específicos: estimular os alunos a realizar pesquisas históricas para conhecerem mais sobre o passado da sua comunidade e perceberem-se como sujeitos dessa História.

Sugestão de texto como referência: capítulos da coletânea de acordo com a temática escolhida pelos discentes.

Fonte: os autores

3º Momento - proposta de fontes de informação. Nesse momento deverão ser analisadas todas as possíveis fontes de informação que poderiam fundamentar a pesquisa: pesquisa bibliográfica, experiência, entrevista. Devem ser observados a pesquisa bibliográfica e fontes documentais, em especial das fotografias. Nessa etapa o professor pode analisar com os alunos as fontes e os verbetes disponíveis no Museu Virtual Catu em Retrato. Poderá também utilizar como fontes bibliográficas: os capítulos deste livro, além da cartilha histórica produzida pela equipe do Museu, disponível no site, além do banco de pesquisas e produções sobre a história de Catu disponíveis no site do Catu em Retrato.

4º Momento - busca de informações. Cada estudante deverá buscar informações em sua comunidade que possam servir de fonte de análise para a temática e o problema elencado pela sua equipe. Será necessário que

os estudantes levem o material para a sala de aula (em formato digital e/ou impresso) para que possam discutir com os colegas e o professor a seleção daquelas que sejam pertinentes para a sua pesquisa.

5º Momento – quadro comparativo. Os discentes devem comparar as fontes catalogadas com registros do presente e observar as mudanças sociais nos espaços investigados, analisando o porquê das diferenças e por quais motivos elas ocorreram. A partir do quadro comparativo será possível compreender as transformações históricas no tempo e no espaço, bem como desenvolver noções conceituais substantivas (imigração, urbanização etc.).

Tabela 04 - Aula 5 e 6 – Discussão, análise dos resultados e produção de textos autorais sobre a História da cidade

Duração: cerca de uma aula de 100 minutos.

Organização dos alunos: em grupos e roda de conversa

Recursos e/ou materiais necessários: acesso à internet em dispositivos móveis ou em laboratórios de informática para acesso ao Museu Virtual Catu em Retrato; livro *De vila do açúcar à cidade do ouro negro: capítulos da história de Catu* (digital ou impresso); lápis e borracha; caderno; quatro clips ou quatro envelopes para cada grupo de quatro a cinco alunos; lousa e giz.

Objetivos específicos: estimular a construção e a socialização de textos autorais dos estudantes sobre a história de Catu.

Sugestão de texto como referência: capítulos da coletânea de acordo com a temática escolhida pelos discentes.

Fonte: os autores

6º Momento - elaboração de conclusões. Após acessar o Museu Virtual Catu em Retrato, fazer a leitura da bibliografia pertinente sobre a história de Catu, de algum modo concentrada neste livro, e sobre os temas propostos, reunir e selecionar fontes. Os estudantes deverão partir para a construção da análise e discussão dos resultados. Portanto, nessa etapa procurarão conferir uma interpretação histórica sobre as fontes e o tema pesquisado.

7º Momento - generalização das conclusões e síntese. O professor estabelecerá “pontes” entre as conclusões obtidas pelo grupo de estudantes e as contribuições de cientistas (historiadores) que já realizaram anteriormente o estudo do tema abordado. Dessa forma, serão analisadas as reflexões dadas pelos alunos ao problema proposto.

8º Momento – avaliação. Será pedido um texto em que os alunos tenham que descrever todas as atividades que foram realizadas e apresentar suas conclusões sobre a problemática proposta. O professor deverá fornecer um modelo simplificado e explicar como se produz um relatório de pesquisa aos alunos. Sugere-se um texto que tenham como tópicos introdução (essa sessão deve terminar com a questão de pesquisa); metodologia (indicando as fontes e referências utilizadas), resultados (contendo interpretações e reflexões sobre o passado estudado), conclusões e referências (seguindo as normas da ABNT). O professor também poderá pedir que as equipes apresentem esses resultados na forma de pôster.

Aferição de aprendizagem

Após a avaliação, com o produto educacional construído em sala de aula, o professor e os seus alunos podem compartilhar com a equipe do Museu Virtual as novas fontes iconográficas identificadas, além dos textos frutos das pesquisas realizadas para que possam ser publicizadas para toda a comunidade. Essa ação poderá motivar os estudantes, uma vez que eles verão suas produções serem publicadas no site e ficarem disponíveis para a comunidade.

Considerações finais

A história do município passou grande parte do seu tempo nos arquivos. Iniciativas como esta dão visibilidade a um passado que passou muito tempo em silêncio. Igualmente, grande parte dos cidadãos catuenses não teria como ter acesso aos museus não fosse pelo acesso virtual, uma vez que em suas localidades não existem tais espaços e que os museus mais próximos se localizam muito distantes, nos grandes centros urbanos. Assim, iniciativas, como esta: *Da vila do Açúcar à cidade do Ouro Negro e o Museu Virtual Catu em Retrato*, viabilizam a ampla divulgação da história local. Dessa maneira, como indicado pelos professores, o Museu Virtual pode ser utilizado nas salas de aula das escolas com o intuito de promover a educação histórica relacionados à história local. o ensino desses conhecimentos pode contribuir para a construção e a valorização da identidade cultural e para o interesse nos conteúdos estudados pelos discentes, uma vez que eles fazem parte da realidade, tanto do seu passado, quanto do seu presente.

Além de ser utilizado para a divulgação científica da história, o museu e esta coletânea podem ser utilizados como ferramenta para a educação histórica escolar. Contudo, observando os princípios da educação científica, devemos tomar cuidados para que as práticas educativas possam garantir o protagonismo estudantil no ato de pesquisa, bem como o importante papel do professor, enquanto mentor e orientador no processo de aprendizagem pela pesquisa.

Acreditamos que a proposta desta sequência didática possibilita a construção da autonomia, da criticidade e da criatividade dos estudantes, estimulando a sua capacidade de leitura, escrita e interpretação, bem como o seu letramento científico e a sua percepção da ciência enquanto produção do conhecimento humano em constante modificação.

Referências

- AGUIAR, Angelo Antônio de. A fotografia como ferramenta no ensino de história através das imagens de Claro Jansson na Guerra do Contestado. *In: ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA*, 11., 2020, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Associação Brasileira do Ensino de História, 2020.
- BITTENCOURT MARIA, Circe Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011.
- FERREIRA, Fabio Aparecido. *Fotografia e aprendizagem histórica: a presença das imagens fotográficas nos manuais didáticos de história*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.
- GAMBOA, Denise Maria Martins. *A fotografia de Georges Leuzinger no ensino de História: memória e imagem do Rio de Janeiro do oitocentos*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- GEJÃO, Natália Germano. *Fotografia e ensino de história: mediadores culturais na construção do conhecimento histórico*. Londrina: Eduel, 2008.
- LIMA, Adilson Carlos de. *Fotografia, memória e ensino de história: trabalhadores do café no interior paulista*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

LIMA, Carla Fernanda de. *De olho no Estado Novo (1937-1945): um estudo sobre o uso de imagens e da fotografia no ensino de História*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Programa do Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

PAIVA, Eduardo França. *História & imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PINTO, Júlio Pimentel; TURAZZI, Maria Inez. “Fotografia e ensino de história”. In: PINTO, Julio Pimentel. TURAZZI, Maria Inez. *Ensino de história: diálogos com a literatura e a fotografia*. São Paulo: Moderna, 2012.

POZO, Juan. CRESPO, Miguel Ángel Gonzalés. *A aprendizagem e o Ensino de Ciências*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MALVERDES, Clara Zandomenico. *Fotografia e ensino: uso e aplicação da fotografia no processo de aprendizagem no ensino de História e Educação patrimonial*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

MOREIRA, Marco Antônio. *Aprendizagem significativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

ROTA, Isabella Czamanski. Uma imagem vale mais do que mil palavras: considerações acerca do uso da fotografia no ensino da história. *História em revista*. publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v. 25/2, (ago. 2020). – Pelotas: Editora da UFPel, 2020.

RUFFATO, Katiani Monteiro; REGINATO, Lara Moncay. Fotografia, tempo e ensino de história: articulações para uma aprendizagem significativa. *História & Ensino*, Londrina, v. 25, n. 1, p. 279-304, jan./jun. 2019.

SCHERER, J. Documento fotográfico: fotografias como dado primário na pesquisa antropológica. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n. 3. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton Mullet. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008.

TURAZZI, Maria Inez. *História e o ensino da fotografia*. Projeto Araribá: informes e documentos. São Paulo: Moderna, 2005.

ZABALA, Antoni. *A Prática Educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOBRE OS AUTORES

Adriana Andrade Arnaut

Doutoranda em Geografia na Universidade de Coimbra (UC), mestre em Engenharia Cartográfica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), especialista em Geotecnologias pela Escola de Engenharia de Agrimensura (EEA), especialista em Educação Profissional e Tecnológica pela Faculdade Unina e graduada em Engenharia de Agrimensura pela Escola de Engenharia de Agrimensura (EEA). Professora da área de Agrimensura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - *campus* Catu. Pesquisadora em Cartografia Histórica e Geotecnologias, esta última com atuação em Cartografia Básica e Digital, Sistemas de Posicionamento por Satélites (GNSS/GPS) e Sistema de Informação Geográfica (SIG).

Orcid: 0000-0002-9060-6879

Delmaci Ribeiro de Jesus

Professor de História e diretor do Colégio Estadual Maria Isabel de Melo Góes, com vínculo efetivo na Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Tem experiência na área de ensino de História e Iniciação Científica Junior. Formação: mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Especialista em Educação Científica e Popularização das Ciências (2015), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). Graduado em História (2007), Universidade do Estado da Bahia (Uneb).

Orcid: 0000-0002-2310-4916

Diene Israela da Silva

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), licenciada e bacharela em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Orcid: 0000-0002-4382-2632

Ede Ricardo de Assis Soares

Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA). Coordenador do Gepea e dos grupos de estudos História, Literatura e Memória (*Campus* Uneb, *campus* II) e Politiza (FFCH-UFBA). *E-mail*: ede.soares@gmail.com. O presente trabalho foi

realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Brasil.

Orcid: 0000-0002-3332-2853

Filipe Matheus Oliveira Santos Xavier

Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisador das áreas humanas, mais especificamente da história local do Recôncavo da Bahia.

Orcid: 0000-0002-5498-0273

Herbert Willian Fernandes dos Santos

Estudante do curso *Data Science: Machine Learning*, pela Universidade de Harvard. Autor da pesquisa premiada com o segundo lugar na Febrace 2021, na área de ciências humanas: “Imagens de Catu: tipologia documental para construção de um museu iconográfico virtual para o município de Catu-BA”.

Orcid: 0000-0003-3938-7145

Joab Silva Santos

Licenciando em História pela Universidade do Estado da Bahia (– *Campus Uneb*) – *campus* II. Integrante do grupo de pesquisa A Bahia das Letras: História, Literatura, Trajetórias e Participação Política; bolsista pelo Programa Institucional de Iniciação Científica (Picin) e pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex).

Orcid: 0000-0002-0404-5199

Júlia dos Santos Pereira

Estudante do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Catu.

Orcid: 0000-0002-6518-2023

José Gomes dos Santos

Professor associado no Departamento de Geografia e Turismo da Fluc (Portugal) e investigador integrado no Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (Cegot). Desde 2018, é vice-coordenador da Rede Ibero-Americana Just-Side (Cyted). Investigador externo-convidado no Centro de Cartografia Aplicada, Universidade de Brasília (UnB), e no Laboratório de Cartografia (GeoCart), Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entre 2009 e 2011, foi CEO da empresa iNovmapping LDA — parceira da Google em 2010 e da Mozilla em 2011.

Em 2011, foi mentor e PEP para acreditação do curso de mestrado em Tecnologias de Informação Geográfica (MTIG), criado, em consórcio, pela Fluc e pela FCTUC, do qual foi também o primeiro diretor entre 2012 e 2015. Em 2014, foi mentor e *chair* do primeiro evento do ciclo de Congressos Internacionais Lusófonos sobre Ciências e Tecnologias de Informação Geográfica, que, em 2017, teve a organização do segundo evento na Unesp – Presidente Prudente, Brasil. Tem como principais áreas e interesse para investigação: geomorfologia aplicada, riscos e catástrofes naturais, sistemas de informação geográfica e webSIG, *open source software*, inovação e empreendedorismo, geodireito, ambiente e ordenamento do território.
Orcid: 0000-0003-0283-0289

Larissa Cheyenne Nepomuceno de Jesus

Graduada em História pela Universidade de Feira de Santana (Uefs) e mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia. Tem como principal interesse estudos de gênero, como também estudos sobre mulheres.
Orcid: 000-0002-4115-9136

Marcelo Souza Oliveira

Tem pós-doutorado em Educação e Contemporaneidade pela Uneb, é doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Estudo de Linguagens e graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia. É pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação Científica (IF Baiano). É professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Catu, atuando nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, na Especialização em Educação Científica e no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).
Orcid: 0000-0002-0171-8896

Maridelza Alves Oliveira Estrela

Graduada em História pela Uneb, especialista em Gestão e Planejamento Educacional pela Ucam. É professora de História, efetiva, pela Prefeitura Municipal de Catu, BA.
Orcid: 0000-0002-8501-0763

Paulo Márcio Leal de Menezes

Possui graduação em Engenharia Militar pela Academia Militar das Agulhas Negras (1969); graduação em Engenharia de Geodésia e Topografia (Cartográfica)

pelo Instituto Militar de Engenharia (1977), mestrado em Sistemas e Computação pelo Instituto Militar de Engenharia (1987) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). É professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde é o coordenador do GeoCart – Laboratório de Cartografia, do Departamento de Geografia. Tem experiência na área de geociências, com ênfase em cartografia básica, cálculo de ajustamento e geodésia, atuando principalmente nas seguintes áreas: cartografia, sensoriamento remoto, geoprocessamento, cartografia digital, cartografia histórica e toponímia (nomes geográficos). Membro da Sociedade Brasileira de Cartografia, onde ocupou cargos de vice-presidência executiva e assuntos internacionais. Vice-presidente da Associação Cartográfica Internacional (ICA/ACI), no período de 2011-2015, fazendo parte do Comitê Executivo da Associação. Organizador da 27ª Conferência Internacional de Cartografia e de diversos Congressos Brasileiros de Cartografia. É o *vice-chair* da Comissão Conjunta ICA/UGI em Toponímia. Orcid: 0000-0001 -7049-7081

Luis Fernando dos Santos Souza

Técnico em Química certificado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *campus* Catu, BA, certificado pela plataforma Apice, autor do projeto concluído e premiado como primeiro lugar em ciências humanas na Femmic 2018, “O pantera negra e o continente africano: da ficção a realidade. Representação cultural, alteridade e relações étnico-raciais”; da pesquisa premiada com o segundo lugar na Febrace 2021 na área de ciências humanas, “Imagens de Catu: tipologia documental para construção de um museu iconográfico virtual para o município de Catu-BA”. E autor do capítulo “Ensino de história e aprendizagens significativas com o jogo digital *Assassin’s Creed Revelations*”, do livro *Do ensino à inovação*, de autoria de Durães, Rezende, Santana de Jesus (Appris, 2021).

Orcid: 0000-0002-8729-1968

Rafael Rosa da Rocha

Doutor e mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), licenciado em História pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Catu. Realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGH) da UFBA (2022-2023). Tem interesse em práticas alternativas de cura, na trajetória desses sujeitos e nas relações que eles estabelecem com as instituições médicas, jurídicas e de notícias.

Orcid: 0000-0002-4849-7111

Sandi Ísis Santana dos Santos

Mestranda pela Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs/BA) e graduada em licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb).

Orcid: 0000-0002-2887-7686

ÍNDICE REMISSIVO

Anna Bittencourt
Anna Ribeiro
Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt
Araújo Góes
Barão de Camaçari
Cartografia
Catu
Colégio Agrícola
Convenções de gênero
Cotidiano
Crime do Catu
Desenvolvimento
Desigualdade
Escravidão
Fazendo-modelo
Freguesia de Santana do Catu
Fumo
História
História da educação
História de Catu
História do Petróleo
Instituto Federal Baiano
Literatura
Longos serões do campo
Memória
Mulher
Oscar Pereira Sobrinho
Partido Comunista Brasileiro
PCB
Planta topográfica
Pós-Abolição
Primeira República
Relações de gênero

Santana do Catu
Século XIX
Trabalho
Vivências socioafetivas

Esta coletânea reúne artigos de pesquisadores que estudaram a história de Catu, desde o período colonial até os dias atuais. Um levantamento bibliográfico sobre a história do município, em 2021, revelou que existiam apenas três publicações sobre a história do município. A comunidade catuense organizou-se nesse território desde o período colonial e vivenciou, ao longo dos séculos, muitos capítulos da história do Brasil. Os artigos ora apresentados são resultado do esforço coletivo para dar visibilidade à história do município, contribuindo de algum modo para a preservação da memória e do fortalecimento da identidade da comunidade catuense. Parte dos artigos é fruto de projetos de pesquisas e/ou extensão fomentados pelo IF Baiano (Pró-extensão 02/2015), com autoria ou coautoria de estudantes bolsistas Pibix Jr. (Edital 80/2021) e/ou Pibic Jr. (Edital 69/2020, 72/2020), todos ancorados atualmente pelo Museu Virtual Catu em Retrato. Outra parte, em sua maioria, é de autoria de jovens historiadores catuenses que têm desenvolvido pesquisas sobre a história da cidade. Os textos discutem direta ou indiretamente questões relacionadas a gênero, raça, classe, religiosidade, política, cultura, compondo interessante mosaico da história do município. Este livro dará visibilidade aos trabalhos nele condensados, e espera-se que contribua para a educação histórica não só de estudantes e professores da educação básica do município, mas também para a divulgação científica da história a todos os municípios catuenses. Boa leitura!

